

Myrt Thânia de Souza Cruz

**A Chapada Diamantina e a
convivência com o Semi-Árido:**
Ameaça de desarticulação e dissolução de comunidades locais

Doutorado em Ciências Sociais -
Antropologia

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC/SP
São Paulo
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Myrt Thânia de Souza Cruz

A Chapada Diamantina e a convivência com o Semi-Árido:

Ameaça de desarticulação e dissolução de comunidades locais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, área de concentração: Antropologia sob a orientação da Professora Doutora Carmen Junqueira.

Doutorado em Ciências Sociais -
Antropologia

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC/SP
São Paulo
2006

BANCA EXAMINADORA

RESUMO

Esta tese objetiva compreender o processo de ameaça de desarticulação e dissolução de comunidades do semi-árido da Chapada Diamantina. Foi feito estudo sistemático tomando como exemplo uma localidade denominada Cercado, situada no topo da Serra do Cigano, às margens da trilha cavaleira que dá acesso ao rio São Francisco. O estudo procura reconstruir a história do processo de povoamento da região, fortemente marcado pelo coronelismo materializado através dos fenômenos de mandonismo e voto de cabresto. Junto com seus moradores, recupera narrativas sobre a história da luta pela existência e manutenção da vida no lugar. De cunho eminentemente oral, as narrativas foram viabilizadas a partir da memória dos que lá vivem e também dos que migraram. O processo de reprodução das relações sociais, sob a égide do mundo da mercadoria, tem trazido sérias conseqüências para as comunidades rurais da Chapada Diamantina que vivem numa economia agrária de subsistência, degradando seu modo de vida e, não raro, conduzindo para sua dissolução. A incessante luta das pessoas em busca da satisfação de suas necessidades fornece consagração de práticas solidárias que viabilizam a convivência com a natureza semi-árida, mas não garante a manutenção dos modos de vida face às transformações decorrentes da modernidade. Frente às dificuldades impostas pelo processo de desarticulação, a singularidade de suas vivências os inscreve como agentes históricos ativos na construção de fazeres, no enraizamento e lida com a terra e na resistência pela manutenção dos conhecimentos das plantas medicinais, festejos, costumes e religiosidade.

Palavras-chave: Chapada Diamantina, convivência com o Semi-Árido, desarticulação de comunidades rurais, mandonismo e Psicologia Ambiental.

ABSTARCT

The objective of this thesis is to comprehend the process of disarticulation threat and dissolution of communities in the semiarid region of the Chapada Diamantina plateau. A systematic study was made, using as an example an area denominated Cercado, situated on top of the Serra do Cigano, following the horse trail that leads to the San Francisco River. The study seeks to reconstruct the history of the colonization of that region, strongly marked by despotism, materialized through the phenomena of bossing and coerced votes. From the local residents, tales of the fight for existence and life maintenance in that region were retrieved. Eminently verbal, the narratives were based on the memory of those still in the region and others that have left. The social relations reproduction process under the shelter of the merchant world has brought serious consequences to the rural communities of the Chapada Diamantina plateau which live in a mere subsistence agrarian economy, degrading their way of life and not rarely leading to their dissolution. The continual struggle of these people in search of ways to satisfy their needs promotes solidary practices that make viable to live in the semiarid nature, although this does not guarantee the preservation of their ways of life in the face of the transformations generated by modern times. As a consequence of the difficulties imposed by the disarticulation process, the singularity of their life experience makes them active historical agents in their settlement, in working the land, in putting together their tasks and in the resistance to maintain their knowledge about medicinal plants, folklore costumes and their religiousness.

Key Words: Chapada Diamantina plateau; to live in the semiarid; disarticulation of rural communities; bossing; environmental psychology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
O CENÁRIO DA PESQUISA	16
A ESTRUTURA DA TESE	21
1. O PROCESSO DE POVOAMENTO DO SEMI-ÁRIDO DA BAHIA E A CONSTRUÇÃO DO MANDOMISMO	25
2. A CHAPADA DIAMANTINA	33
2.1. O <i>EL DOURADO</i> E OS PRIMEIROS DUELOS PELO OURO	34
2.2. O CICLO DO DIAMANTE	37
2.3. O MANDOMISMO E AS RELAÇÕES DE PODER NA CHAPADA DIAMANTINA	43
2.4. O CORONEL HORÁCIO DE MATOS	54
2.5. A PERSEGUIÇÃO A CARLOS LAMARCA	60
2. EXPERIÊNCIAS DE CONVÍVIO COM O SEMI-ÁRIDO	69
1. O BIOMA CAATINGA E O RISCO DA DESERTIFICAÇÃO	76
2. A VIDA NO SEMI-ÁRIDO: DO COMBATE AO CONVÍVIO	84
3. APRESENTANDO A COMUNIDADE DO CERCADO	90
3.1. SOBRE A GEOGRAFIA E A HISTÓRIA DO CERCADO	90
3.2. UM PASSEIO PELA HISTÓRIA ORAL: DOS PRIMEIROS HABITANTES AO FLUXO MIGRATÓRIO DA DÉCADA DE SETENTA	97
3.3. MEMÓRIA E PROCESSOS MIGRATÓRIOS	100
3. AMEAÇA DE DESARTICULAÇÃO E DISSOLUÇÃO DA COMUNIDADE DO CERCADO	110
1. SOBRE FORMAS DE TRABALHO, RELAÇÃO COM A TERRA E A PRESENÇA DE MINERADORAS NA ÁREA	111
1.1. A LIDA NA CASA DE FARINHA: A FORÇA DO EMPREENDIMENTO COLETIVO	114
2. SOBRE RELIGIOSIDADE E SISTEMA DE CRENÇAS	116
2.1. FEITIÇO E HISTÓRIAS DE ASSOMBRAÇÃO	123
3. SOBRE O MODO DE VIDA, SOCIABILIDADE E CULTURA	126
3.1. MORTE E RITUAIS FÚNEBRES	128
4. REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE DESARTICULAÇÃO E DISSOLUÇÃO DA COMUNIDADE DO CERCADO	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
BIBLIOGRAFIA	170

INTRODUÇÃO

“A alma da terra pressupõe raízes, se não reais, pelo menos afetivas e simbólicas. Ela prende os indivíduos a traços, a marcas, a *habitus*, a pontos de ancoragem da memória, de identificação do cotidiano e a valores socializados”¹.

Habitar localidades rurais das caatingas da Chapada Diamantina tem significado conviver e lidar com a “liquidez” de tempo/espaço inscrita na modernidade fluída² que se coloca na atualidade. Dentre as diversas marcas deixadas pelo capitalismo em comunidades tradicionais, salientam-se aquelas que desarticulam e dissolvem grupos que se tornaram fragilizados, destituindo sua idéia e sentimento de pertença. As raízes possibilitadas pelo convívio comunal facilitam laços de sociabilidade, conforme Todorov,³ e permitem intercâmbio de valores e saberes, incentivam trocas e reciprocidades, fornecem as bases necessárias para o processo de construção de subjetividades forjadas na interface com os outros, além de facilitar as dinâmicas econômicas do lugar, permitindo a sobrevivência do grupo. Situadas em locais de difícil acesso, muitas dessas localidades que outrora foram cenário de vida em abundância, convívio festivo e sobrevivência garantida, foram desaparecendo nos últimos anos, deixando saudades dos tempos “*do bom viver*”⁴, rememoradas por aqueles que estão distantes, migrantes em metrópoles como São Paulo. Entre ruínas e achados da cultura material, sobrevivem alguns velhos, aqueles que não puderam migrar, quer por dificuldade de acesso à cidade grande, quer por não conseguir “*abandonar seu torrão*”⁵, por possuir forte apego à terra e aos

¹ Sandra Pesavento. Um Historiador nas Fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Página 16.

² Zygmunt Bauman. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001. O autor marca a distinção entre o que denomina de modernidade pesada, onde o território estava na centralidade das obsessões e conquistas, cuja metáfora plena pode ser obtida através da fábrica fordista, com a modernidade leve, por isso mesmo fluída. A busca da sociedade atual reduz a um só objetivo: a instantaneidade, onde “pessoas com as mãos livres mandam em pessoas com as mãos atadas”. Páginas: 137-138.

³ Tzvetan Todorov. A Vida em Comum: ensaio de Antropologia Geral. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

⁴ Expressão local, usada para falar de um tempo vivido, rememorado com boas lembranças, normalmente refere-se a tempo de fartura.

⁵ Expressão que significa o apego a terra.

costumes lá inscritos. Não é muito raro o visitante percorrer trilhas que cortam serras da Chapada Diamantina e encontrar ruínas de localidades desaparecidas, algumas se dissiparam ao longo do processo de povoamento da região, sendo incorporadas às cidades que foram se estabelecendo com o fluxo da mineração do ouro e diamante. Entretanto, nas áreas de domínios das caatingas, o processo ocorreu de modo diferenciado, evidenciado nas últimas duas décadas, através do fluxo migratório para os Estados do Mato Grosso e São Paulo. Acuados pela fome, aos poucos, foram saindo em busca de oportunidade de trabalho. Restava para aqueles que ficaram a missão de continuar lutando pela vida no lugar, procurando a toda sorte manter vivos os traços fundamentais que os uniam como grupo comunal. Esta luta esbarrava e ainda esbarra cada vez mais nas dinâmicas impostas pelo capitalismo a grupos que vivem relativo isolamento geográfico. Com isso, a possibilidade de manutenção do estilo de vida que outrora fora satisfatório para o grupo parece uma utopia cada vez mais distante.

Esta tese tem como objetivo central a compreensão do processo de ameaça de desarticulação e dissolução de comunidades caatingueiras da Chapada Diamantina. Para tornar vivo este processo, foi feito estudo sistemático tomando como exemplo uma localidade específica, denominada Cercado, situada no topo da Serra do Cigano, às margens da trilha cavaleira que dá acesso ao Rio São Francisco. O estudo procura reconstruir, junto com seus moradores, narrativas sobre a história da luta pela existência e manutenção da vida no lugar. De cunho eminentemente oral, as narrativas foram recuperadas a partir da memória dos que lá vivem e também dos que migraram. Carregadas de emoção e saudade fornecem a compreensão sob a ótica daqueles que vivenciaram e ainda vivenciam processos de desarticulação e dissolução de sua comunidade. A singularidade de suas vivências os inscreve como agentes históricos ativos na construção de fazeres, na lida com a terra e na resistência pela manutenção dos festejos, costumes e religiosidade.

Esta tese baseia-se, especialmente, nas investigações realizadas entre os anos 1996 e 2006⁶, período em que realizei os estudos de Iniciação Científica, Trabalho de Conclusão de Curso e Dissertação de Mestrado. A coleta dos dados foi feita através de observação e convívio com o campo, entrevistas abertas, análise de documentos históricos disponíveis nas Igrejas Católicas dos municípios de Oliveira dos Brejinhos e análise de documentos de domínio público⁷ como jornais antigos e revistas⁸ disponibilizadas de seu acervo pessoal por Carlon Castro Cruz⁹, além de conversas cotidianas¹⁰.

A noção de pesquisa de campo adere à aceção de campo-tema, conceito desenvolvido pelo Núcleo de Organizações e Ação Social do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da PUC/SP, no qual, destacam-se as seguintes preocupações: a importância da relação entre os envolvidos no processo de construção da pesquisa – pesquisado e pesquisador; os múltiplos usos de métodos diferentes dentro da mesma pesquisa; abordagem

⁶ Como sertaneja e habitante transitória do lugar, sinto-me impelida a estudá-lo, pretendendo compreender questões que são vivenciadas no nosso cotidiano. Para tanto, em 1996 iniciei uma trajetória de pesquisas, sempre preocupada em ouvir as pessoas que lá habitam e construir reflexões suscitadas por esta integração. A primeira pesquisa – Iniciação Científica: “*As Representações Sociais dos Sertanejos Sobre o Capitão Lamarca*”, objetivando compreender o imaginário popular a cerca deste personagem que já se tornou um mito no lugar. Em seguida, o Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia da PUC/SP: “*Os Sentidos da Gravidez e do Parto para as Mulheres da Chapada Diamantina*”, estudando como uma comunidade tradicional que não tem acesso a nenhum serviço básico de saúde, constrói suas práticas profiláticas durante estas fases da vida das mulheres. E na Dissertação de Mestrado: “*Uma História de Alijamento do Povo – Uma Análise psicossocial da Trajetória de Implantação e Interrupção do Programa Cidades Saudáveis na Chapada Diamantina*”, estudando as intervenções feitas por este programa num município da região.

⁷ O conceito de documento de domínio público é discutido por Peter Spink em: Mary Jane Spink (org.) *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 2004. E presta-se a este trabalho na medida em que faz uma distinção clara entre documentos oficiais, aqueles produzidos pela ideologia dominante cujo acesso é disponibilizado e categorizado de acordo com certos interesses e documentos de domínio público, normalmente aqueles cujo acesso é irrestrito ou torna-se irrestrito conforme o interesse daquele que o produz, como jornais, revistas, folhetos. O objetivo desse tipo de documento é difundir seu acesso a um público maior.

⁸ Estas fontes foram consultadas principalmente nas seguintes situações: pesquisa sobre Horácio de Matos e sobre Carlos Lamarca e sobre a história do município de Oliveira dos Brejinhos.

⁹ Desde a década de setenta, Carlon Castro Cruz, morador da região e ativista ecológico, coleciona materiais diversos sobre a vida nos domínios das caatingas da Chapada Diamantina. Seu acervo particular é acrescido cotidianamente por material doado por moradores locais que recorrem a ele como uma espécie de “guardião” da memória registrada do lugar.

¹⁰ Os métodos de investigação e coleta de dados lança mão tanto de recursos práticos da Psicologia Social, minha formação de origem quanto dos já consagrados métodos da Antropologia como a Etnografia. Este, entretanto, incipiente ainda, dada a questão de a formação básica ter ocorrido em outra área.

construcionista sobre processos sociais e a valorização das práticas discursivas e formas não ortodoxas de construir as narrativas da pesquisa¹¹. O posicionamento epistemológico está diretamente ligado às implicações ético-políticas em que o pesquisador não se isenta da responsabilidade decorrente da sua produção acadêmica; mais que isto, posiciona-se frente às transformações em curso na sociedade onde está trabalhando. Esta multiplicidade de acesso ao tema deve-se ao fato de compreender que o pesquisador não está separado do campo, como se este fosse um “lugar” específico. A idéia principal é que os pesquisadores não vão a campo, pois já se encontram nele.

Para a sistematização desse processo complexo, o trabalho lança um olhar sobre as conseqüências da modernidade em localidades rurais isoladas no Semi-Árido baiano, no que se refere à perda da “magia do mundo”, como condição para a inviolabilidade da tradição conforme Weber¹², ou na rejeição sacramental como via de eliminação da magia. Entendendo com isso, que não se trata do desencanto enquanto estado mental das pessoas, mas de um fenômeno complexo que se maxifica na racionalidade extrema da sociedade pós-moderna.

O processo de reprodução das relações sociais, sob a égide do capital, tem trazido sérias conseqüências para as comunidades rurais da Chapada Diamantina que vivem numa economia agrária de subsistência, degradando seu modo de vida e, não raro, conduzindo para sua dissolução. A incessante luta dos sujeitos em busca de satisfação de suas necessidades fornece consagração de práticas solidárias, cuja efetivação multilateral garante seu funcionamento, como demonstra Antonio Cândido, possibilita sociabilidade vicinal que transcende o âmbito familiar, ressoando em outros núcleos

¹¹ Peter Kevin Spink. Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. Revista Psicologia & Sociedade. Volume 15 nº 2, Porto Alegre jul/dez. 2003.

¹² Max Weber. Economía y Sociedad. Esbozo de sociología comprensiva. México: Fondo de Cultura Económica. 1964.

familiares, onde o povoado e roças vizinhas viabilizam trocas que garantem o funcionamento local. Segundo Antonio Cândido¹³:

“A necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola e a sua retribuição automática, determinava a formação de uma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional. Este caráter por assim dizer inevitável da solidariedade aparece talvez mais claramente nas formas espontâneas de auxílio vicinal coletivo, que constituíram modalidade particular de mutirão propriamente dito (...)”

Estes mutirões garantem a lida na casa de farinha, nas roças de arroz e no cultivo e beneficiamento do buriti, garantem, acima de tudo, que práticas lúdico-religiosas se viabilizem enquanto processo organizativo comunal. Antonio Cândido, analisando unidades de bairro em localidades paulistas, inscreve o caipira como sujeito da sua transformação histórica, o que possibilita um olhar ativo sobre as mudanças no seu modo de vida, além de subsidiar reflexões sobre as metamorfoses, rupturas e continuidades no contexto do Semi-Árido brasileiro, cujo esfacelamento dos modos de vida local indica que é necessária certa cautela na análise deste processo apenas como fruto de uma adaptabilidade ou ajuste ao meio. A condição decisória do sujeito inscrito na modernidade fluida não lhe permite escolha, uma vez que esta se encontra diluída nas novas possibilidades empreendidas pelo capitalismo e na perda do referencial identitário fornecido pelo grupo comunal.

Temos como premissa que não se trata de estudar somente a transformação de modelos culturais e valores, substituindo um modelo original por outro advindo de uma nova condição econômica. Nem de teorizar sobre processos de aculturação ou deculturação. Trata-se antes, de compreender esta “Gestalt ambígua¹⁴”, fruto da busca incessante pela sobrevivência econômica e psicológica de grupos marginalizados pelo Estado, cuja tradição de outrora, segurança básica e as garantias econômicas se esvaem frente ao cenário de incertezas, risco e vulnerabilidades impostas pela sociedade atual. Ficar não é mais possível, pois não há como sobreviver numa sociedade de economia de subsistência cuja posse da terra está em poucas mãos. Partir? Não resta dúvida. Só não se sabe para onde nem para fazer o quê. A desesperança e o

¹³ Antonio Cândido. *Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria duas cidades, 1971. Páginas: 68 e 69.

¹⁴ Pierre Bourdieu. *O Desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

ceticismo confundem-se com a racionalidade do tecnicismo e o cientificismo. Esta ambigüidade coloca-se como um desafio na distinção da metáfora figura-fundo, evidenciando o quanto difusa e confusa está esta vivência, tanto para aqueles que a vivem na pele, como para aqueles que se dispõe a estudá-la. As lacunas deixadas pela leitura deste fenômeno indicam que faltam peças neste complexo mosaico teórico-metodológico que se impõe como um desafio ao pesquisador.

A tensão vivida por populações rurais do Semi-Árido brasileiro, no que se refere à manutenção do seu modo de vida contrastando com os estilos de vida empreendidos pelo capitalismo nas principais cidades brasileiras, motivou esta investigação. O esfacelamento das tradições e a urgência de um sujeito inserido no mundo do capital impõem que novas lógicas de vida sejam apreendidas, assim como novos *habitus*, que o circunscreve numa nova relação tempo/espaço, desconhecidas por este sujeito. A temporalidade “pacata”, fornecida pelo ciclo da natureza, agora não mais tem lugar neste mundo de instantaneidade e descartabilidade. Seu João de Maria de Romana¹⁵, cujo processo identitário perfazia sua genealogia, agora padece de um “não lugar”¹⁶, que o destitui dessa relação tempo/espaço. Sua história reverbera pouco, ganha pouco sentido nas novas páginas da modernidade. Quem é ele afinal, se não pode recorrer à sua inscrição parental nem à sua inscrição territorial? Conforme Bauman¹⁷: “o advento da instantaneidade conduz cultura e a ética humanas a um território não- mapeado e inexplorado, onde a maioria dos hábitos aprendidos para lidar com os afazeres da vida perdeu sua utilidade e sentido”.

¹⁵ No Sertão Semi-Árido, os nomes oficiais são substituídos pelo nome que carrega a ancestralidade. No exemplo, seu João é o filho de Maria, filha de Romana. Este nome o inscreve numa identidade que fora forjada por aqueles que antes dele viveram. Conforme Ciampa em sua obra *A História do Severino e da Severina*, o processo de construção da identidade da pessoa, no contexto sertanejo, vai além daquilo que a pessoa representa. Esta carrega consigo toda sorte dos seus ancestrais. Se estes foram considerados pela comunidade como “alguém de bem”, este atributo é transferido para sua pessoa, da mesma forma se seus familiares “carregam consigo atributos negativos”, estes são transferidos para sua pessoa. Muitas vezes a identidade se congela em estigma que acaba prejudicando toda a família. A quebra desse processo é um trabalho penoso e nem sempre factível.

¹⁶ Marc Augé. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP:Papirus,2003.

¹⁷ Zygmunt Bauman. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001. Página:149.

Ao analisar a sociedade argelina entre os anos de 1958 e 1961, Pierre Bourdieu¹⁸ questionou a transformação das sociedades pré-capitalistas como resultante de uma “simples combinação lógica entre os modelos importados e os modelos originais, sendo ao mesmo tempo consequência e condição das transformações econômicas”. Enfatizando com veemência que “as desigualdades diante da economia “racional” e diante da “racionalidade” econômica, ou então, os ritmos desiguais (segundo os indivíduos e os grupos) da transformação das atitudes econômicas são fundamentalmente o reflexo das desigualdades econômicas e sociais”. Evidenciadas, por exemplo, no modo como a população do Cercado distribui os excedentes do processo de beneficiamento da mandioca. Seria ingenuidade imaginar a vida dos grupos que habitam as caatingas baianas como uma comunidade homogênea, carregada de nostalgia e ávida pelo retorno às tradições e ao estilo de vida “rústico”. As contradições estão presentes por toda parte, desde o modo como lidam com as diferentes “classes sociais” dentro do grupo, nas formas de distribuição das riquezas produzidas, até no posicionamento dos indivíduos frente ao sistema de crenças e rituais. Quem tem o direito de cantar loas em dias festivos, quem pode fazer o discurso na Roda de São Gonçalo, quem tem o privilégio de ser escolhido mordomo ou procurador da festa de Santa Luzia. Contradições, desmandos, opressões, submissões fazem parte da vida no lugar tanto quanto os conhecimentos das plantas medicinais que são socializados, ou a terra que pode ser beneficiada por todos, ou os instrumentos de trabalho que são de propriedade privada, mas cujo uso torna-se coletivo. De modo que não se trata de fazer apologia ou crítica ao modo de vida, mas conhecê-lo para compreender as facetas do processo de desarticulação e dissolução vivenciado nos últimos tempos.

Questões como: é possível conciliar aspectos de vida comunal cujas normas tradicionais impõem certos deveres de trocas solidárias para com o grupo familiar e comunidade com os imperativos de uma sociedade individualista, competitiva e híbrida imposta pela sociedade capitalista? É possível diminuir o hiato entre as diferentes lógicas de desenvolvimento empreendidas pelos diversos representantes do capital com as lógicas vivenciadas pelas

¹⁸ Pierre Bourdieu. O Desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. Páginas: 11 e 12.

populações tradicionais? Se do ponto de vista das estatísticas oficiais esta população é considerada miserável, de que noção de pobreza estamos nos referindo, uma vez que estilos de vida “rústicos”, próprios da ruralidade caatingueira são considerados impróprios à convivência humana e comparados enfaticamente com a gama de possibilidades à disposição do mundo mercadológico, ao mesmo tempo em que é transformado num produto a ser vendido para turista? O retorno torna-se fruto de delírios oníricos daqueles que migraram ou é uma utopia próxima daqueles que se preparam para voltar? É possível preparar-se para voltar? A comunidade desarticulada, agora, não se apresenta mais como antes, modifica-se, incorpora novos elementos. O que ela é agora? Tornou-se diferente, não é um “*lócus*” do capitalismo urbanizado nem do capitalismo agrário¹⁹, não é aquela “comunidade tradicional, fechada”, organizada em seu tempo/espaço. Modificou-se, adquiriu novos elementos, perdeu outros tantos e transformou-se: um híbrido, sem rosto, difícil de ser “categorizado”. O que é afinal? Estas questões impõem desafios, suscitam investigações. E esta tese não tem a pretensão de respondê-las, mas tem a proposta de pensar sobre elas como pano de fundo para a compreensão do aspecto maior que é a investigação de como a população local tem experienciado este fenômeno em suas vidas, razão pela qual, se propõe ao exame de três eixos principais que auxiliarão na compreensão do processo de desarticulação e dissolução da Comunidade do Cercado:

- 1- Desencantamento do mundo, expressão formulada por Max Weber, empresta seu complexo sentido que vai muito além do desencanto, viabilizando a compreensão do processo histórico de esfacelamento de “sociedades fragilizadas” operacionalizado por Bourdieu²⁰ em seus estudos sobre a sociedade argelina: “o desencantamento do mundo, isto é, o desaparecimento dos encantos e dos prestígios que propendiam para uma atitude de submissão e de homenagem para com a natureza, coincide com o prejuízo do esforço para cativar a duração pela esteriotipização mágico-mítica dos atos técnicos ou rituais que visavam fazer do desenvolvimento temporal “a imagem nobre da eternidade””.

¹⁹ Ricardo Abramovay. Paradigmas do capitalismo Agrário em Questão. São Paulo, Campinas: HUCITEC e UNICAMP, 1998.

²⁰ Pierre Bourdieu. O Desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. Página: 46.

Nesta “nova realidade” não há espaço para a sacralização da natureza: os ciclos naturais são rompidos; a seca e as águas enquanto temporalidades não ressoam sentido numa realidade onde os efeitos da poluição e devastação da natureza ditam o ritmo da vida, assim como os “sinais” naturais como previsores são substituídos pela “moça do tempo”, que diz como será o tempo amanhã. Ato de linguagem, normas técnicas e ditames comportamentais moldam o modo de ser e existir no *lôcus* da modernidade. A rusticidade e a estética rural são vendidos como produtos cujo diferencial exótico confere a sensação da vida no campo, assim como a própria noção de comunidade, “a última relíquia das utopias da boa sociedade de outrora”, conforme Bauman²¹, apresenta-se como “um charme”, disponível a poucos que podem arcar com o estilo pseudo comunal.

- 2- O fluxo de povoamento e processo histórico do Semi-Árido do Nordeste Seco do Brasil enquanto elemento que constitui o fenômeno do mandonismo, evidenciado no sistema coronelista imperante até os dias atuais dialoga com as formas de ocupação e apropriação dos quadrantes da Chapada Diamantina, forja práticas de gestão pública, constrói relações mando/obediência.

- 3- Convivência com o Semi-Árido e relação com a natureza do frágil ecossistema caatingueiro. O conceito de coronelismo empreendido por Victor Nunes Leal²² mesclado com elementos da modernidade originou fenômenos como “população refém da saúde”, onde os coronéis são substituídos por médicos, cuja medicina está a serviço do mandonismo. Neste cenário é factível pensar que outro modo de desenvolvimento é possível? Experiências de comunidades locais demonstram que conciliações são possíveis. Autores como Aziz Ab'Saber, Celso Furtado e Milton Santos indicam que este pode ser um exercício valioso.

²¹ Zygmunt Bauman. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001. Página 108.

²² Victor Nunes Leal. *Coronelismo, Enxada e Voto: o Município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

Optou-se por utilizar os três eixos de análise dada sua complementaridade e interconexão, visando, além de compreender o processo de dissolução, refletir sobre os modos de interação com o Semi-Árido e dimensionar a dinâmica de vida nas caatingas da Chapada Diamantina, atentando para: a) meios de vida que garantem a sobrevivência no lugar; b) a compreensão dos costumes, religiosidade e medicina popular; c) territorialidade e relações com a terra; d) processos subjetivos que envolvem conflitos e resistência ao sistema de mando que assola a região.

Os pressupostos teórico-metodológicos dessa investigação baseiam-se na interconexão do conceito de desencantamento do mundo, de Max Weber com o conceito de desenraizamento de Tzvetan Todorov, auxiliados pela discussão do conceito de modernidade líquida trazido por Zygmunt Bauman. Fundamental também se faz a compreensão do processo histórico de construção do fenômeno mandonismo presente nos Sertões Secos da Bahia, onde inscreve os habitantes do Cercado como sujeitos históricos marcados pelo processo de povoamento destas áreas da Chapada Diamantina, o que remete aos estudos de Victor Nunes Leal e Raimundo Faoro. Neste ponto, a reconstrução do fluxo de povoamento marca a inserção destes sujeitos nos territórios imaginários que cercam a busca pelo ouro e diamante, a escravidão, a luta pela terra e as batalhas pelo poder e comando entre coronéis rivais. O trabalho da memória, a partir da discussão feita por Ecléa Bosi,²³ permite dialogar com os diferentes tempos históricos, onde narrativas orais mesclam-se às narrativas empreendidas por autores como Capistrano de Abreu, Antonil, Roberto Simonsen, Victor Nunes Leal, Walfrido Moraes, Manuel Correia de Andrade, Marco Antonio Villa, Celso Furtado, Teodoro Sampaio, Josué de Castro, Donald Pierson, indicando que a perpetuação e o enraizamento de práticas de mando e opressão transcendem a relação tempo/espaço, reverberando nas subjetividades dos indivíduos fora da Chapada Diamantina.

Num cenário onde as dinâmicas de vida pouco se alteram, a cultura rústica, assim denominada por Antonio Cândido, como expressão social e cultural do

²³ Ecléa Bosi. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

universo das culturas tradicionais do homem do campo no Brasil, inscreve-se como dimensão da relação entre homem e meio natural, o que configura tempo/espço na peculiaridade desta própria rusticidade. Antonio Cândido se refere a um modo de ser que induz ao estreitamento dos laços comunais, em que a emergência das necessidades intensifica a produção das condições de existência ao mesmo tempo em que determina a maneira de viver das pessoas.

“Resulta uma solidariedade estreita que as oposições se obliteram, de tal forma vai o meio se tornando, cada vez mais, reflexo da ação do homem na dimensão do tempo. De fato, o desenvolvimento do tempo como duração social incorpora o espaço à história dos grupos e evidencia os diferentes aspectos da solidariedade de ambos. O espaço se incorpora à sociedade por meio do trabalho e da técnica, que o transformam sem cessar e o definem, por assim dizer, a cada etapa da evolução, fazendo com que o mundo sensível (possa ser concebido) como a atividade sensível total e viva dos indivíduos”.²⁴

Cabem cuidados para que não se estabeleça dicotomia entre homem e natureza, entre condições de obtenção da subsistência e processos organizativos de proteção dos excedentes, assim como urbano/rural como modo de categorização dos indivíduos dentro da relação espacial. O pano de fundo que se pretende traçar é aquele onde as dimensões subjetivas da realidade dialogam, conforme Odair Furtado²⁵, com as condições de produção da comunidade. Ou ainda conforme Antonio Cândido²⁶: “a obtenção, para cada grupo, do equilíbrio entre as necessidades e os recursos do meio depende dos tipos de organização que desenvolver neste sentido.”

O estilo de vida em localidades caatingueiras, forjado ao longo do processo histórico de povoamento da Chapada Diamantina, evidenciou a dizimação de grupos indígenas ali existentes, explorou o trabalho escravo com negros já livres, conforme Pires²⁷, intensificou a presença de bandeirantes e exploradores de garimpos de ouro e diamante, varrendo o sertão com diferentes práticas de violência. A equação resultante desse processo deu origem a diferentes núcleos de povoamento, cada qual com suas

²⁴ Antonio Cândido. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria duas cidades, 1971. Páginas: 23 e 24.

²⁵ Odair Furtado. *Dimensões Subjetivas da Realidade: um estudo de subjetividade social no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da PUC/SP, 1998.

²⁶ Antonio Cândido. *Obra citada*. Página: 25.

²⁷ Maria de Fátima Novaes Pires. *O Crime na Cor. A experiência escrava no Alto Sertão da Bahia: Rio de Contas e Caetité (1830 a 1888)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da PUC/SP, 1999.

peculiaridades, diferenciando assim daquela rusticidade discutida por Antonio Cândido, mas mantendo traços fundamentais que os compatibiliza. Na construção do processo identitário cada localidade foi se constituindo tendo como elemento básico o equilíbrio entre o mínimo social e o mínimo vital disponibilizado pelas atividades de subsistência e processos organizativos que a mantinham viva: algumas através de atividades açucareiras, outras da pecuária, ou vivendo da mandioca; algumas do garimpo, da caprinocultura, dentre outras atividades tais como a criação de animais de pequeno porte ou a horticultura.

Assim como no processo de construção da identidade do indivíduo, conforme Ciampa²⁸, no qual a atividade imprime no sujeito “a marca” do que ele é nas pequenas localidades, a atividade produtiva aparece como forma de conferir identidade a este lugar. Ainda de acordo com Antonio Cândido: “os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das “reações culturais”, desenvolvidas sob o estímulo das “necessidades básicas”. A interação entre o mínimo vital e o mínimo social confere a possibilidade da inscrição do grupo no processo identitário, compartilhado pela grande maioria daqueles que estão dentro, mas que também precisa ressoar para além das fronteiras territoriais, encontrando nos outros grupos circunvizinhos a legitimação desse processo. Não se trata de algo mágico que ocorre de uma hora para a outra, são processos construídos na interface com a subjetividade dos indivíduos, como sistemas complexos que se articulam e desvinculam-se ao mesmo tempo. Estes grupos se entrecruzam num emaranhado de conexões possíveis, segundo o que Eric Wolf²⁹ denomina de diferentes níveis de relação entre a comunidade, os grupos intermediários e a nação, segundo processos múltiplos de conflito e acomodação. Ocorrem com isso, trocas, rivalidades e antagonismos que vão estabelecendo, gradativamente, modos de operar a cotidianidade. Os indivíduos se organizam em sistemas de trabalho, distribuição, socializam crenças, costumes, reorganizam cerimoniais, intensificam religiosidades e festejos. A vida vai transcorrendo, ganhando

²⁸ Antonio da Costa Ciampa. A Estória do Severino e a História da Severina. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁹ Eric Wolf. Antropologia e Poder. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

elementos resultantes dessas trocas, mantendo outros conforme os processos organizativos e os arranjos cotidianos. Como todo processo histórico, alimenta-se da diversidade e das contradições, enquanto os indivíduos constroem e formulam sentidos sobre si mesmos, sobre suas condições de vida e sua humanidade. Esta dialogia institui o indivíduo como um sujeito de trocas, que se constrói no processo de reconhecimento, conforme assinala Todorov³⁰:

“Durante a interação entre o eu e os outros, mais do que uma relação se estabelece ao mesmo tempo: à troca presente juntam-se trocas anteriores, antigas ou recentes, e possíveis trocas futuras – tudo devidamente refletido no psiquismo da pessoa que deseja o reconhecimento. Esses encontros anteriores e posteriores, vividos como no tempo condicional ou como numa fase interrogativa, vêm orquestrar-se e transformar a ação na superfície. Têm como correlato a multiplicidade interna do ser humano: diversas instâncias estão sempre ativas em cada um de nós”.

Todorov afirma que “o reconhecimento do nosso ser e confirmação de nosso valor são o oxigênio da existência”. Cita Rousseau, Adam Smith e Hegel dentre aqueles que evidenciaram o valor do reconhecimento como determinante da entrada do indivíduo na existência especificamente humana. Distingue, pois, o reconhecimento material do imaterial, produto tanto do nosso consciente quanto do inconsciente. O reconhecimento também pode ser social na medida em que há distinção entre as sociedades tradicionais, hierarquizadas e as democracias modernas. Para ele, a sociedade tradicional favorece o reconhecimento social ao passo que a sociedade moderna confere a todos os cidadãos o direito político e jurídico, valorizando a vida privada, afetiva e familiar. A oposição entre estes sistemas é valiosa na medida em que se reflete nos sistemas de vida e bonificação das pessoas, imputando-lhes características que distinguem estilos de vida, valores e modos de ser. Se a localidade do Cercado, cujo estilo de vida rústico construiu sua existência a partir da interação com sua história, seu ecossistema, forjando dinâmicas de vida peculiar que, impelida pela fome, teve suas fronteiras achatadas e seu território diminuído, como esperar que transformações densas não ocorram no interior de sua estrutura? Como esperar que permaneça imutável como numa fotografia? Mas as questões que se colocam não são essas. As transformações são emergentes e quanto a isso não há o que fazer, pois não

³⁰ Tzvetan Todorov. A Vida em Comum: ensaio de Antropologia Geral. Campinas, SP: Papyrus, 1996. Página:126.

se trata de galgar a todo custo a imutabilidade num movimento de apego às tradições em oposição à modernidade.

A questão central é como ocorreu primeiramente a desarticulação da cotidianidade local, num processo de desenraizamento e destituição de modos de ser que configuravam a identidade do Cercado para posteriormente, dissolvê-la enquanto vida comunal que, pouco tempo antes, efervecia de festividades, rituais, conflitos e perseverança. Este modo rústico em que viviam continha toda sorte de ingredientes de uma vida plena: nascimentos, disputas, casamentos, morte, funerais, rezas, orações, festejos, trabalho, construção, enfim toda a lida que conferia um colorido à vida no lugar. A idéia de pobreza e miserabilidade não se configurava como algo que era sentido pela população local. Os imperativos do mundo da mercadoria alargaram as fronteiras do desejo, imputando nas coisas o qualitativo de felicidade. Se a vida de antes estava em xeque, a velocidade das transformações sociais acabou reverberando para além das fronteiras das cidades das caatingas via estradas asfaltadas que traziam elementos estranhos marcantes ao grupo. O fluxo de gente e mercadoria também transportava desejos e assim como questiona Pierre Bourdieu³¹, não se estende exclusivamente à esfera da economia.

“Se está fora de dúvida que o desraigamento da ordem tradicional e a entrada, muitas vezes brutal, no mundo da economia moderna conduzem e supõem transformações sistemáticas do *habitus*, reduzir à sua dimensão psicológica o processo de adaptação à economia moderna viria a ser tomar o efeito pela causa. De fato, “as transformações caracterológicas exigidas pela modernização” como as “transações culturais” de que falam os antropólogos são concretamente efetuadas por agentes particulares inseridos em condições econômicas e sociais particulares – o que não significa que elas nada devam à lógica das disposições adquiridas ou dos sistemas culturais em vista”.

A despeito do argumento de Bourdieu, como numa orquestra sem maestro, este fenômeno oscila da afinação à desafinação simultaneamente, onde um simples trompete pode pôr a música a perder, ou seja, a elegibilidade de um elemento em detrimento de outro põe em risco o seu exame. Fruto do processo colonial que sofreram, os trabalhadores argelinos foram empurrados para um processo de imigração, sofrendo o que Todorov³² denomina de transculturação, ou seja, a aquisição de um novo código sem que o antigo tenha se perdido. No caso dos moradores das caatingas chapadeiras, por

³¹ Pierre Bourdieu. Obra anteriormente citada. Páginas: 52 e 53.

³² Tzvetan Todorov. O homem Desenraizado. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

viverem em movimento de intersecção entre diversos grupos, onde o isolamento não se configura como ausência de intercâmbio, muito pelo contrário, as trocas são evidenciadas em diversos níveis da cadeia de comunidades locais, este processo se complexifica, dificultando o simulacro do “contato com a cultura moderna capitalista”. Sequer estas localidades podem ser consideradas como economias pré-capitalistas, *strictu senso*. A aproximação cada vez mais dos elementos da modernidade impôs novos desafios, que “tangeram” para longe, velhos e moços. “A sedução da mercadoria” expressão desgastada, serve para sublinhar o prelúdio do que está por vir: a liquidez e fluidez de tempo/espço, dificultando processos de adaptabilidade e rearranjos da vida comunal. A velocidade das transformações sociais indica que os novos valores que devem ser apreendidos não serão facilmente ancorados, uma vez que quando estes já estiverem sendo exercidos pela comunidade, já não mais serão válidos, pois sua descartabilidade urge. O mal-estar no sentido freudiano³³ do termo expressa-se na aventura moderna do auto-conhecimento, este pensar em si mesmo como num espelho refletido ao auto-exame, cuja pressão da transformação para a adaptabilidade ao mundo moderno parece ser um imperativo cada vez mais forte.

O exercício de pensar realidades rurais das caatingas da Chapada Diamantina impõe desafios ao pesquisador que se vê frente a uma ampla variedade de teorias voltadas para explicar a condição do “campesinato”. Entretanto, a pouca bibliografia disponível sobre a região específica, adiciona dificuldades a esta árdua tarefa. Eleger quais autores e vertentes teóricas que o auxiliarão exige posicionar-se frente às diferentes ideologias. Essa não é uma tarefa fácil. Ao contrário, torna-se um desafio que o pesquisador precisa enfrentar com discernimento. Qualquer escolha trará consigo as condições históricas que forjaram sua ideologia. Neste sentido, as escolhas aqui feitas tiveram a intenção de minimizar o hiato entre as diferentes lógicas pensadas pela academia e as lógicas formuladas pelos atores locais neste exercício de pensar sobre si mesmo. Isso não garante nada, mas tenta conciliar interesses.

³³ Sigmund Freud. O Mal Estar na Civilização. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

O CENÁRIO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na sub-região das caatingas que faz parte da área denominada Chapada Diamantina, no Estado da Bahia, compreendendo povoados e comunidades que fazem parte do município de Oliveira dos Brejinhos, centrando-se enfaticamente na localidade denominada Cercado, situada no topo da serra do Cigano, às margens da estrada cavaleira que dá acesso ao Rio São Francisco. A opção do povoado ou comunidade como unidade de análise, deve-se ao fato de compreender que estas unidades menores são apropriadas como legítimas pela população local, uma vez que a divisão oficial em Unidade Municipal não contempla o sentimento de pertença.

A delimitação geográfica da pesquisa alia motivações de cunho pessoal com a riqueza de uma área que poderá favorecer estudos sobre dinâmicas humanas no meio rural, onde impera a diversidade de culturas sertanejas, com a presença de povos de “culturas tradicionais”³⁴, onde a assimetria das relações sociais impõe-se como fator determinante no sistema de poderes locais, cuja manifestação mais evidente aparece sob a forma de coronelismo³⁵ e voto de cabresto. Do mesmo modo, a diversidade dos ecossistemas da região, permite estabelecer estudos sobre o viver e habitar no bioma das caatingas, além de permitir a compreensão das lógicas de ocupação humana em ecossistemas de transição. O uso e ocupação do espaço total da Chapada Diamantina ao longo da história tem sido o mais diverso possível: habita-se entre brejos, habita-se nas caatingas, entre capoeiras e carrascos, entre cerrados, nos morrotes, nas encostas das serras, nos marimbus, nas áreas de alagadiço, enfim habita-se em todos os pontos da imensidão desse território.

³⁴ A opção em utilizar o termo “população tradicional” entre aspas sugere a necessidade de reflexões mais aprofundadas sobre ele, pois o termo traz consigo uma bandeira de luta num determinado contexto histórico em que os povos em situação de alijamento reivindicam para si um trato diferenciado no domínio e posse da terra.

³⁵ Victor Nunes Leal, em sua obra *Coronelismo, Enxada e Voto*, define a complexidade deste fenômeno denominado coronelismo como sendo “sobretudo *um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil*”. Note-se que esta é uma obra de 1949 e ainda hoje suas discussões permanecem atualizadas no tocante ao complexo fenômeno do coronelismo, principalmente nos domínios dos sertões secos da Bahia.

O Município de Oliveira dos Brejinhos situa-se na região da Chapada Diamantina, próximo à BR 242 que liga Salvador a Brasília. Emancipou-se de Brotas de Macaúbas em 30 de agosto de 1933. Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³⁶, o município possui área de 3.564 km² e população de 22.024 habitantes, sendo 26,93% de população urbana e 73,03% de população rural. De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TER/BA³⁷, o município conta com 16.497 eleitores. Da sua população cerca de 3.500 pessoas com 10 anos ou mais de idade estão sem instrução ou completaram apenas um ano de estudo.

A comunidade do Cercado faz parte do município de Oliveira dos Brejinhos, distando cerca de 20 km da sede do município. Situa-se em área montanhosa no topo do vale da serra do Cigano. Atualmente seu acesso é permitido tanto por uma estrada de terra que possibilita tráfego de automóveis quanto pela trilha a partir do distrito do Riacho Frio. Sua população³⁸ atual é de cerca de cinquenta pessoas, distribuídas em nove famílias distintas.

³⁶ Dados retirados do site oficial do IBGE: www.ibge.gov.br e do Censo Demográfico 2000: resultados preliminares. IBGE, Rio de Janeiro:2000.

³⁷ Dados retirados do site do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia: www.tre-ba.gov.br.

³⁸ Realizei contagem por domicílio.

Quando usamos o termo Chapada Diamantina estamos nos referindo a uma região delimitada geograficamente, portanto, socialmente construída e historicamente datada. Quem se reconhece como habitante da Chapada Diamantina são basicamente os moradores dos municípios de Lençóis, Mucugê, Andaraí e Palmeiras. Para os moradores dos 28 municípios restantes, há uma grande variedade de autodenominações como: região da caatinga, região dos bodes, região do feijão, região dos brejos, região da mineração, região dos garimpos e outras tantas. Há, inclusive, moradores de uma comunidade pertencente a um município que não reconhece como sede do seu município a sede oficial, mas a do município vizinho. Portanto chamar todo este conglomerado de Chapada Diamantina não traduz prontamente o ponto de vista das populações do lugar, embora geograficamente esses se localizem na área de domínio da Chapada. No corpo da tese, em muitos momentos referir-me-ei aos nomes utilizados pela população.

A Chapada Diamantina deste trabalho não é aquela vista em belos cartões postais, dos casarios de Lençóis, saudada pelos turistas, em busca do tão aclamado turismo ecológico. Nem tampouco aquela povoada pelo burburinho de turistas indo e vindo com seus possantes *Land Rovers*, mochilas verdes e botas de cano alto. A Chapada Diamantina apresentada aqui não é famosa; quando veiculada em mídias, costuma ser representada pelas cenas de miséria, seca, pobreza, desmando e outros adjetivos que reforçam a idéia de ser um lugar impróprio para a vida humana. Ao contrário das representações construídas por mídias, escritores e formadores de opinião, este trabalho pretende mostrar um pouco das caatingas da Chapada Diamantina, um lugar por onde a vida flui. E por ser um lugar de fluxo da vida, contém miséria, abundância, seca, brejos, riqueza, escassez, nascimento, morte, continuidade, rupturas, enfim, um lugar de complexidades, povoado por contradições como um outro qualquer.

Historicamente esse tem sido um território dominado por desigualdades e abuso de poder, no qual a tensão entre o exercício discriminatório do mando, a exploração econômica e modos de resistência impulsionam transformações na natureza das relações sociais. É preciso conhecer os diversos pontos dessa

tensão, os principais nós e desafios, partindo da relação que estabelecem com o território, passando pelas questões que tangem ao poder, como consentimento, reconhecimento e recusa. E mais ainda, ampliar para além da fronteira do tangível, e buscar reflexões nas dimensões subjetivas da realidade que transitam entre a parte ideal do real.

Foram percorridas as seguintes fases para delimitação do estudo na sub-área das caatingas:

- 1) Foi feito um levantamento bibliográfico sobre a região da Chapada Diamantina;
- 2) Visita a todos os municípios que compõem a região (vide mapa página 18), com o objetivo de conhecer melhor a problemática humana subjacente à vida no lugar. Partiu-se de observações mais genéricas para se chegar à delimitação do problema de pesquisa.
- 3) Num terceiro momento, já com a escolha da área das caatingas como prioridade de pesquisa, optou-se por realizar explorações de campo, através de contato com as comunidades rurais, os povoados e a sede dos municípios.
- 4) Retorno à região para compreender o processo de transição política entre o último mandato e os atuais governantes.
- 5) Recorte dos municípios de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos como área de investigação, através de pesquisa nas sedes dos municípios e visita a povoados, distritos e comunidades.
- 6) Após constatar a problemática da desarticulação e dissolução de muitas dessas localidades, optou-se por fazer este recorte de pesquisa, o que levou à escolha de uma dessas localidades como exemplo prático para o exame e análise. A escolha do Cercado pautou-se no fato da localidade conviver mais enfaticamente com este dilema, o que a torna importante no exercício de pesquisa.
- 7) Convívio intenso com a localidade do Cercado, unidade menor de análise da pesquisa. Além de entrevistar seus moradores, partimos em busca daqueles que saíram de lá, encontrando-os na cidade de Oliveira dos Brejinhos e na cidade de São Paulo.

A ESTRUTURA DA TESE

A tese está dividida em três capítulos, introdução, considerações finais, bibliografia e anexos.

O capítulo 1 intitulado **O Processo de Povoamento da região da Chapada Diamantina e a construção do mandonismo** - procurou estabelecer um panorama do fluxo de povoamento do Nordeste Seco do Brasil, detendo-se enfaticamente às áreas que compreendem a Chapada Diamantina, Sertão da Bahia, pormenorizando a unidade municipal com o objetivo de chegar a apreensão dos processos históricos que subjazem o fenômeno do mandonismo, constitutiva desta área do território brasileiro. Através de levantamento bibliográfico, discute a perversa estrutura fundiária do Nordeste Seco, bem como as homéricas lutas entre coronéis rivais no processo de disputa de terras e estabelecimento do mando/obediência. Procura trazer à tona os temas violência, poder e resistência como configuração de um território forjado no processo da expansão pecuária e exploração das lavras de ouro e diamante. A narrativa procura transmitir o colorido e matizes que compõem o imaginário da Chapada Diamantina, oscilando entre descrições da geografia, cujo ecossistema complexo e frágil faz deste espaço um dos locais mais visitados por turistas no Brasil e os pormenores do seu fluxo de ocupação e apropriação, com descrições de consagrados historiadores brasileiros, como Frei Vicente do Salvador, Antonil, Capistrano de Abreu, Teodoro Sampaio e Walfrido Moraes, dentre outros.

A versão da História do lugar aqui narrada, procurou privilegiar fontes orais e documentais produzidas pelos próprios moradores do lugar, de modo que, quando o recorte é feito para as caatingas, o foco é dado a essas fontes, envolvendo-as em conexões com as versões contidas em documentos de domínio público e documentos oficiais. O material foi colhido em folhetos produzidos pelos moradores⁴⁰ e também através da narrativa oral. Houve também uma consulta à Enciclopédia dos Municípios Brasileiros⁴¹.

⁴⁰ Folhetos produzidos a partir da pesquisa feita por ocasião do Fórum Faz Cidadão do Governo do Estado da Bahia. Folhetos de propaganda do município feitos tanto pela Prefeitura

O Capítulo 2 – **Experiências de convívio com o Semi-Árido** – articula novas formas de enfrentamento da problemática do convívio com a natureza semi-árida, que acabam por intensificar os dilemas antigos: fome, seca, poder e resistência com saberes tradicionais que historicamente foram responsáveis pela manutenção dos agrupamentos organizados. Estabelece discussão sob a égide da convivência com o Semi-Árido como forma de contraposição às correntes de pensamento que definem a semi-aridez brasileira como inóspita à vida humana. Traz o exemplo da comunidade do Cercado, apresentando-a em termos de sua história e da geografia chapadeira do vale da serra do Cigano, ilustrando as diversas riquezas da Chapada Diamantina. O vetor teórico fundamental deste capítulo centra-se no trabalho coordenado pelo Professor Aziz Nacib Ab’Saber⁴² junto ao Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo que resultou no Dossiê Nordeste Seco e no trabalho desenvolvido pela equipe da Universidade Federal de Pernambuco, *Ecologia e Conservação da Caatinga*⁴³.

O capítulo também procura estabelecer discussão sobre como as diferentes lógicas de desenvolvimento empreendidas por diferentes atores sociais e instituições não convergem para as lógicas dos atores locais, intensificando o hiato entre as políticas governamentais (e não governamentais) e os interesses da população local. Muito mais do que desperdiçar recursos públicos, a falta de sinergia dessas ações proporciona o sentimento de impotência, descrédito e desesperança, dificultando a aplicação de ações que poderiam ser efetivas e úteis ao povo do lugar. Nesta atmosfera há espaço para se pensar em modos alternativos de enfrentamento desses problemas? A proposta é lançar um olhar crítico e esperançoso, tendo como base a discussão de modos de

do Município de Oliveira dos Brejinhos quanto por Carlon Castro Cruz. Alguns deles estão disponíveis nos anexos da tese.

⁴¹ Juradyr Pires Ferreira. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: Instituto de Geografia e Estatística, 1957. Esta obra traz estudos sobre a história dos municípios do Brasil. Trata-se da História do ponto de vista oficial. No caso dos municípios estudados na pesquisa, a obra acrescentou informações como: data de emancipação, responsáveis pelo empreendimento e outros dados relevantes.

⁴² Aziz Nacib Ab’Saber. Em: Dossiê Nordeste Seco. Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida. Estudos Avançados. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. vol.13, Número 36 – maio/agosto de 1999.

⁴³ Inara R. Leal, Marcelo Tabarelli e José Maria Cardoso da Silva (editores). *Ecologia e Conservação da Caatinga*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

solidariedade entre os povos das caatingas, através das diferentes micro-estruturas de poder presentes nas micro-organizações de base comunitária, que poderão de alguma forma se pôr frente aos poderes imperantes dentro e fora das caatingas.

O Capítulo 3 – **Ameaça de desarticulação e dissolução da localidade do Cercado** - apresenta o Cercado enquanto localidade cuja cotidianidade sofre a ameaça de desagregação das práticas cotidianas que sustentam seu sentimento de pertença e configuram seu processo identitário. O desencantamento do mundo como baliza da tensão entre a economia racional e a manutenção das tradições, da religiosidade e da fraternidade são fenômenos já observados por Weber nos tempos da Grécia clássica. Com o advento do capitalismo esta tensão só veio a se intensificar, encontrando na modernidade atual um *lócus* apropriado à desarticulação e dissolução destas localidades. A modernidade fluída de Bauman é muito mais do que o alicerce dessas novas relações sociais e, assim como a qualidade dos líquidos e dos gases, a fluidez torna-se amorfa que não fixa o espaço nem prende o tempo, cuja mobilidade a faz impregnar-se por todos os lugares, ao mesmo tempo em que sua inconstância permanece incógnita e imprevisível. A resultante disso é a ausência de rumo que esta localidade tomará. Sem dúvida, o hibridismo está posto, segundo a definição de Canclini⁴⁴, como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. Ao trazer o Cercado como experiência, procura estudar as diversas dimensões da sua territorialidade; do território imaginário ao território de luta, cuja recuperação da história do lugar fornece um rico trabalho da memória de seus moradores, tanto daqueles que lá permanecem quanto daqueles que migraram. Os eventos discutidos são corriqueiros, mostrando as diversas conexões de como a vida segue seu passo: desde o nascimento com suas festividades, a figura da parteira e das práticas profiláticas que garantem a continuidade do grupo, até os rituais fúnebres, passando pela lida cotidiana, a divisão do trabalho, festividades, diversão, rezas, mandingas, feitiços.

⁴⁴ Nestor Garcia Canclini. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. Página: 19.

Convencionou-se destacar em *itálico, tamanho 10* as falas e os diálogos das pessoas envolvidas. Em *itálico, tamanho 12* estão as expressões em outros idiomas. As citações literais de autores estão em letra reduzida: arial, tamanho 10. E as referências das obras encontram-se nas notas de rodapé da própria página.

1. O PROCESSO DE POVOAMENTO DA REGIÃO DA CHAPADA DIAMANTINA E A CONSTRUÇÃO DO MANDONISMO

1. PERCORRENDO OS CAMINHOS INICIAIS: DOS BANDEIRANTES ÀS TRILHAS DE TROPEIROS

Para dar conta da expansão e ocupação do imenso território do Brasil, D. João III dividiu as terras da Colônia em latifúndios, as Capitânicas Hereditárias. A divisão oficial tinha como objetivo sistematizar uma prática que, segundo Capistrano de Abreu⁴⁵, já existia, pois aqui já habitavam capitães-mores nomeados para as Capitânicas do Brasil. A estes capitães foi dado o direito à propriedade da terra e do que tinha dentro dela, além de hierarquia suficiente para dominar e subjugar colonos, índios e escravos que dela faziam parte.

Estas grandes extensões territoriais que foram doadas aos detentores de poder seguem criando práticas de ocupação e apropriação das terras do Brasil, gerando ao longo do processo uma aristocracia rural detentora de grandes propriedades, cujos domínios extrapolam fronteiras e territórios, imprimindo relações de mando/obediência àqueles desprovidos de propriedades. Neste cenário, surgem como unidades produtoras duas instituições fundamentais: a sesmaria e o engenho. As Sesmarias, em caráter de doação, foram destinadas às famílias que tivessem recursos para ocupá-las e povoá-las.

Por ordem da corte portuguesa, em 1548, o governador geral da colônia brasileira ordenou incursão sertão adentro, com o objetivo de chegar ao Rio São Francisco. A expedição comandada por Francisco Bruza de Spinoza, acompanhado pelo jesuíta Aspicuelta Navarro, subiu o Jequitinhonha e chegou às cabeceiras dos rios Pardo e das Velhas, alcançando, mais adiante, o São Francisco, onde encontrou indígenas na margem direita, com os quais

⁴⁵ João Capistrano de Abreu. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

manteve relações amistosas, e na margem esquerda, indígenas de comportamento hostil. O objetivo da missão ia além da exploração, buscando o aprisionamento de indígenas como forma de suprir mão de obra escrava. Dessa expedição não se tem registros de grandes avanços.

Em 1561, Vasco Rodrigues de Caldas partiu de Salvador, subindo o rio Paraguaçu, chegando à Chapada Diamantina. Logo após, João Coelho de Souza segue a mesma rota, passando pelo atual município de Rui Barbosa chegando até o rio Utinga, de onde segue primeiramente para Morro de Chapéu e depois Jacobina. Seu objetivo era a busca pelo ouro. Lá encontra vestígios do metal. Entretanto não consegue explorá-lo, pois morre em seguida. Seu irmão, Gabriel Soares de Souza, de posse dos mapas e documentos produzidos pelo primeiro, consegue financiamento de Felipe II, rei da Espanha e Portugal, e parte em busca do ouro. Alcança o São Francisco, mas morre na missão.

Entre os anos de 1595 até 1604, Belchior Dias Moreira percorreu diversos tributários do São Francisco como Verde de Baixo e Paramirim, passando pelo que hoje é o município de Macaúbas, na Chapada Diamantina, desembocando próximo à Paratinga, no Rio São Francisco. Ao retornar, narrou que encontrara várias jazidas e tesouros. Conta-se que o aventureiro levou para o túmulo os segredos de onde estariam as jazidas. Restou, entretanto, no imaginário da população de Salvador, a idéia de que a Chapada Diamantina escondia tesouros valiosos, imagem que até hoje é mantida. Durante muito tempo houve exploração diamantífera e aurífera na região e, mesmo atualmente, de tempos em tempos, alguém encontra uma pepita, um diamante ou um bojo de cristal de rocha puro. A missão comandada por Belchior Dias Moreira notificou a presença de ouro, embora não tivesse realizado explorações, foi o início do reconhecimento do lugar como área apropriada para a pecuária. Ao retornar, é agraciado com imensas glebas de terras. Inicia-se um processo de dizimação das populações indígenas das margens do Rio São Francisco, sendo que alguns grupos foram aprisionados como escravos.

Em 1590, Cristóvão de Barros penetra pelo que é hoje Sergipe até o Baixo São Francisco, abrindo caminho para os futuros povoadores. Toda a margem do São Francisco era habitada por grupos indígenas. Grande parte deles resistiram à ocupação de suas terras, lutando contra os invasores, como é o caso dos Cariri, na área do sub-médio, os Pimenteiras e os Rodelas.

Por volta de 1560, onde hoje é a Praia do Forte, estabelecia-se a família Garcia D'Avila, responsável pela chamada Casa da Torre, localizada na região de Mata de São João, proprietária de imensas terras no litoral, onde prosperou a lavoura canavieira e que penetrou nos sertões secos, pelo Rio São Francisco e expandiu até o Maranhão. Garcia D'Avila veio trazido por Tomé de Souza em 1549, logo em seguida, devido à amizade que com ele mantinha, foi agraciado com imensas terras, lá instalando dez currais para criação de gado. Seus descendentes povoaram os domínios do Alto Sertão da Bahia. Em 1663, na margem oriental da bacia do São Francisco, Antonio Guedes de Brito, construiu o império da Casa da Ponte, associando-se às terras de Bernardo Vieira Ravasco, limitando suas propriedades com as da Casa da Torre. De acordo com Antonil⁴⁶, Antonio Guedes de Brito, residente em Morro do Chapéu, na Bahia, de onde partiu com 200 homens, combatendo em breve espaço de tempo os indígenas da área, fundando a atual cidade de Itaberaba e empurrando os limites de suas propriedades rio acima, dominou faixas de terras que se estendiam desde o Morro do Chapéu na Bahia até a cabeceira do Rio das Velhas em Minas Gerais⁴⁷.

De acordo com Pierson⁴⁸:

“os currais formados por homens que se deslocavam de Salvador e de Olinda e Recife, ao Norte, e, mais tarde, de São Paulo, no Sul, vieram a ser núcleos básicos em torno dos quais se desenvolveram povoados na área do São Francisco. As estradas de bois a que também deram origem, tornaram-se vias de transporte e comunicação ao longo das quais outros povoados com frequência apareciam”.

⁴⁶ André João Antonil. Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas. São Paulo: Melhoramentos, 1938.

⁴⁷ Manuel Novaes. Memórias do São Francisco. Brasília: CODEVASF, 1989.

⁴⁸ Donald Pierson. O Homem do São Francisco. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco - SUVALE, 1972. Tomo III. Página:183.

Durante os séculos XVI e XVII, as chamadas entradas baianas buscavam encontrar metais e pedras preciosas. Muitas delas partiram de Salvador em direção à região central da Bahia. Algumas sequer retornavam, pois seus participantes eram mortos em combate e ciladas ou acometidos por doenças. Muitos combates foram travados com índios e, posteriormente, com aventureiros e proprietários de terras da região. As duas entradas mais importantes foram as chefiadas por Belchior Dias Moreira e Gabriel Soares de Souza. Este partiu das margens do Jaguaripe, subiu em direção ao norte até Jacobina, onde encontrou ouro e prata. Após alguns anos, Belchior Dias Moreira seguiu seus caminhos, chegando ao que hoje denominamos região da Chapada Diamantina⁴⁹.

Os descendentes de Garcia D'Avila vieram a possuir quase metade das terras do São Francisco e, segundo Capistrano de Abreu⁵⁰, constituíam o maior latifúndio jamais possuído no Brasil, ou seja, 10% do atual território brasileiro, somando uma área de cerca de 800.000 km². De acordo com Antonil⁵¹, este império incluía uma faixa de duzentas e sessenta léguas pelo Rio São Francisco acima, à mão direita indo para o sul, e entre o São Francisco e o Parnaíba, ao norte, mais oitenta léguas, sendo que o Velho Chico⁵², como é carinhosamente conhecido, torna-se o centro do Império da Casa da Torre. Os D'Avilas promoveram três expedições armadas sertão adentro, guerreando contra os índios e obtendo, em recompensa, grandes sesmarias, onde expandiriam seus rebanhos.

A ocupação propriamente dita dos Sertões semi-áridos da Bahia deu-se de forma lenta, descoordenada, a partir de três frentes principais: uma saindo de Salvador – Cachoeira; outra advinda da parte Sul, via São Francisco e outra do Norte do mesmo rio. Deu-se de forma mais sistemática a partir do século XVII, justificada pelas grandes distâncias da faixa litorânea e motivada

⁴⁹ Josildete Gomes. Povoamento da Chapada Diamantina. Em: Anais do Congresso de História da Bahia, 2. Salvador, 1952.

⁵⁰ João Capistrano de Abreu. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

⁵¹ André João Antonil. Cultura e Opulência no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1982.

⁵² Rio São Francisco.

principalmente pela expansão das atividades pecuárias na região, pelo Rio São Francisco. O início de exploração aurífera e, num segundo momento, a exploração das lavras de diamante e as missões de catequese realizadas pela igreja católica, sob a responsabilidade dos padres franciscanos, estimularam a penetração e permanência na região. O fluxo de povoamento da Chapada Diamantina deu-se pelo Rio São Francisco numa série de incursões, por tentativa e erro, na intenção de dominar o gigante rio. As incursões se depararam com índios arredios que entraram em conflito com os forasteiros que buscavam tomar suas terras e aprisioná-los.

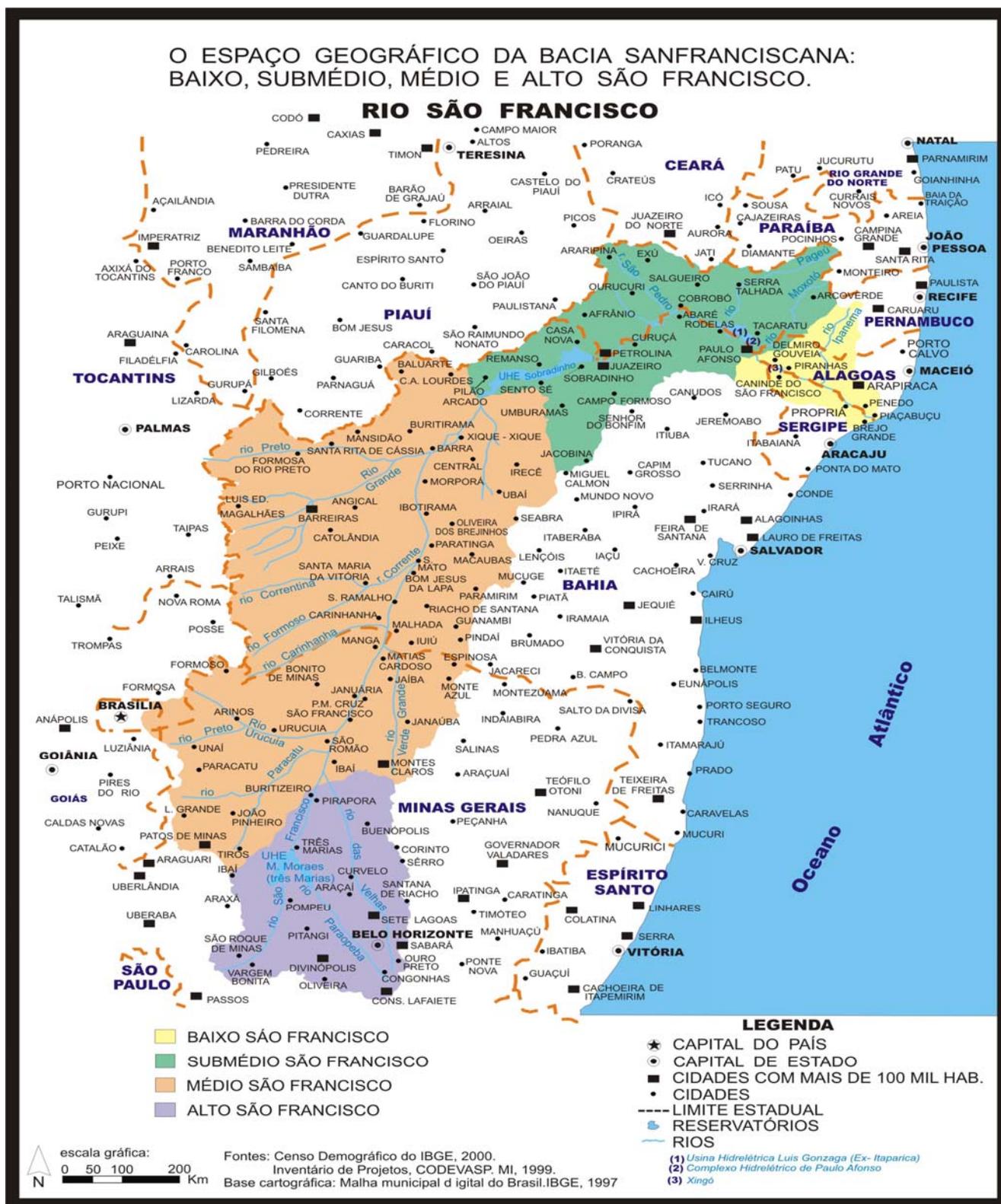
De acordo com Pierson⁵³, após dominar os Maracás, em 1673, em expedição comandada pelo bandeirante paulista Estevam Ribeiro Baião Parente, por ordem do Governador da Província, iniciou-se a distribuição de terras na faixa situada a leste da Chapada Diamantina, desde Maracás até a serra do Orobó. Também foram distribuídas enormes faixas de terra entre os rios Paraguaçu e de Contas. No final do século XVII toda a bacia do Paraguaçu já tinha sido distribuída a proprietários privados, inclusive importantes faixas de terra que compreendiam Lençóis e Palmeiras.

Em princípios do século XVIII, homens que se dirigiam para oeste partindo de Salvador, seguindo o Paraguaçu até suas cabeceiras e daí subindo o Paramirim, tributário do São Francisco até leste, usavam um desses caminhos de gado que, segundo Antonil, passava por Cachoeira ou pelas suas proximidades, por uma Aldeia conhecida por Santo Antônio, por João Amaro, Tranqueira do Rio de Contas, e seguiam o Paramirim até o ponto onde este tributário atinge o São Francisco; e então seguindo o próprio São Francisco, para o Sul, atingiam o tributário Verde Grande, na fronteira da Bahia com Minas Gerais via Bom Jardim (hoje Ibotirama), Urubu (hoje Paratinga), Bom Jesus da Lapa e Malhada, áreas que se avizinham das caatingas da sub-região que hoje é chamada de Brotas de Macaúbas.

⁵³ Donald Pierson. O Homem no Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco. Tomo I., 1972.

O mapa a seguir destaca o espaço geográfico da bacia do Rio São Francisco, principal centro de comunicação entre as diversas localidades povoadas do Nordeste Brasileiro, servindo inclusive de escoamento da produção açucareira, agropecuária e mineradora da região da Chapada Diamantina.

Mapa retirado da Tese de Pós-Doutorado de José Vieira Camelo Filho, apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2005, intitulada: Rio São Francisco: problemas e soluções: uma questão de políticas públicas. Página 48.



E foi percorrendo essas trilhas do gado, abrindo picadas e estradas que os primeiros bandeirantes chegaram às terras que hoje são chamadas de Chapada Diamantina. Essas trilhas que inicialmente guiavam gado, num período posterior, traficavam riquezas como ouro, diamante e outras pedras preciosas. O fluxo de ocupação da Chapada Diamantina deu-se de forma desarticulada, em diversas frentes, via Rio São Francisco, rio de Contas, rio Paraguaçu, tendo os mais diversos objetivos motivadores, como a criação de gado, a escravização de índios, a exploração de ouro e, num período posterior, a exploração diamantífera. Os conflitos eram presentes nos diversos grupos e missões, rivalizando por riquezas, por animais, pela captura de indígenas e pela posse de terras.

Muito próximas às áreas de engenho de cana-de-açúcar, estas terras foram sendo povoadas por pessoas advindas dos engenhos, que não mais viam nessa atividade a possibilidade de enriquecimento. Com os incentivos e políticas derivadas para a pecuária, os herdeiros das capitânicas hereditárias que cobriam a região seca vislumbravam a possibilidade de exploração destas terras. Começam a se estabelecer as primeiras famílias, agora não mais com a intenção de serem passantes, constroem núcleos de propriedades, das quais surgirão “sub-núcleos” de pequenos proprietários, normalmente trabalhadores desses primeiros. Num segundo momento, trarão levadas de trabalhadores, agora os agregados, e posteriormente os meeiros.

Surgem aí os primeiros núcleos de povoamento da região. Sabe-se entretanto, que embora pertença à região denominada Chapada Diamantina, seus diversos quadrantes, as sub-regiões tiveram diferentes processos de povoamento. Conforme o mapa da página 27 destaca-se a área que pertenceu ao ciclo do diamante, sendo os municípios de Lençóis, Mucugê, Palmeiras e Andaraí, núcleos regionais urbanos cujo status de cidade deu-se ainda no século XIX. Para os municípios das áreas de domínios das caatingas, a ocupação propriamente dita ocorreu posteriormente tendo, inclusive, seu processo de emancipação na primeira metade do século XX.

2. A CHAPADA DIAMANTINA

O recorte geográfico desse estudo abrange a área das caatingas da Chapada Diamantina, sertões secos da Bahia. A Chapada Diamantina é a maior região geográfica do Estado da Bahia e marca o centro desse estado, abarcando uma área do Médio São Francisco, conforme o mapa. Dista cerca de 450 quilômetros de Salvador, atingindo uma área de aproximadamente 370 km de comprimento por 228 km de largura. É composta por 33 municípios, sendo que cerca de 70% da população é predominantemente rural.

Trata-se de região montanhosa, ocupando cerca de $\frac{3}{4}$ da superfície do Estado da Bahia.” É um desdobramento da Cordilheira do Espinhaço e dela ramificam as serras das Almas, da Tromba, do Sincorá, do Assuruá, em vários segmentos menores, concentrando nas nascentes dos rios de Contas e Paramirim as maiores altitudes da Bahia e do Nordeste do Brasil.”⁵⁴ A Chapada Diamantina tem solos rasos e arenosos ou rochosos, com possibilidade de abrigar pedras semi-preciosas.

Há grande variedade de rios temporários, sendo os mais importantes os rios Paraguaçu, Contas e Paramirim. Seu nome origina-se das explorações de diamantes, no final do século XIX e início do século XX. Seu relevo serrano é composto de vários morros: do Pai Inácio, do Camelo, Serra do Roncador, Serra da Mangabeira e Pico das Almas, dentre outros. Possui também grande variedade de cachoeiras, cascatas e corredeiras, como: cachoeira da Fumaça, do Ramalho, do Bom Sossego, Donana, Roncador, Livramento.

Avizinhando a Chapada Diamantina, o Rio São Francisco marca decisivamente a vida nos municípios da região. Embora não passe no centro histórico da Chapada, o rio beneficia toda a área que compreende desde o município de Bom Jesus da Lapa até Xique-Xique, o que lhe confere importância na escala

⁵⁴ Eivaldo Fagundes Neves. Dimensão histórico-cultural: Chapada Diamantina; Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 1997. Página.47.

econômica e religiosa da região. O que no passado servia como meio de transporte fundamental para a Região, transformou-se em importante fonte de renda para a população dos pequenos municípios que acabam espalhando pela região os produtos e recursos retirados do rio. No que tange à religiosidade, o padroeiro de grande parte da Chapada Diamantina é o Bom Jesus da Lapa⁵⁵, cujo santuário situa-se em uma caverna às margens do rio. Todos os municípios possuem seu próprio padroeiro, do mesmo modo que algumas comunidades e povoados.

2.1. O EL DOURADO E OS PRIMEIROS DUELOS PELO OURO

O processo de colonização da Chapada Diamantina se consolida a partir do advento do ciclo da mineração. De acordo com Accioli,⁵⁶ em 1701 a Coroa Portuguesa já detinha documentação comprobatória sobre as descobertas de ouro na região de Itapicuru, em Jacobina. Nesta ocasião, o Brasil estava descobrindo seu potencial minerador, sendo que Minas Gerais representava a região com maior presença de ouro e pedras preciosas. Temendo que o frágil povoamento do interior do Brasil se esfacelasse, a Coroa ordenou a suspensão da exploração de ouro na Bahia e no Espírito Santo.

O êxodo da população brasileira para Minas Gerais assustava a Coroa, uma vez que a cultura do fumo e da cana de açúcar na faixa litorânea do Nordeste, encontrava-se em declínio. Muitos se aventuravam em busca de riquezas e outros simplesmente partiam em busca da sobrevivência. Foi em busca de riquezas que partiu o bandeirante paulista Sebastião Raposo em direção ao Sertão da Bahia. Desceu pelo rio de Contas e chegou onde hoje é Brumado. Lá nasce, por volta de 1718, a sede da primeira Freguesia do Sertão de Cima. Neste mesmo tempo, foram descobertas pepitas de ouro, rio abaixo, onde se

⁵⁵ A grande maioria dos fiéis da região, que visitam o santuário de Bom Jesus da Lapa, o fazem utilizando-se da BR 242, via Ibotirama. Organizam-se em excussões específicas para esse fim. As viagens são realizadas em caminhões, ônibus e caminhonetes que se enfeitam para cumprir esse objetivo. Numa viagem que dura em torno de seis horas, os romeiros seguem cantando músicas do Bom Jesus, fazendo suas orações. Utiliza-se trajes próprios, com o uso de chapéus de palha, lenço no pescoço ou na cabeça e muitos rosários e fitas do Bom Jesus.

⁵⁶ Ignácio Accioli. *Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia*. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1917.

instalou um núcleo de povoamento, dando origem ao atual município de Livramento.

A proibição da exploração do ouro pela Coroa Portuguesa não acabou com a ação mineradora em Jacobina. Surgem então, os primeiros garimpos clandestinos na região. Temendo perder o controle social da área, o Marquês de Angeja solicita, em abril de 1718, a El-Rei, a liberação da mineração em Jacobina, bem como sua transformação em Vila.⁵⁷ Carta Régia de 1720, libera a extração de ouro nessa área, mas estende a proibição para a região de rio de Contas. D. Vasco Fernandes Cezar Menezes, Conde de Sabugosa, encarrega o sertanista baiano, Pedro Barbosa Leal, de fundar vilas em Jacobina e Rio de Contas.

Neste ínterim, começam a surgir desordens, conflitos e mortes por conta do ouro. As autoridades da época dão início à construção de estradas que ligavam os centros de mineração, temendo as emboscadas nas áreas despovoadas. Vilas são aos poucos construídas, atraindo interessados de diversos cantos do Brasil, especialmente de Salvador. Em 1726 são criadas casas de fundição em Jacobina e em Rio de Contas para trabalhar o ouro encontrado na região.

Entretanto, por volta de 1729, com a descoberta de diamantes na região de Minas Gerais, muitos garimpeiros deslocaram-se para lá, abalando o então frágil povoamento existente. Aqueles que ficaram, continuam trabalhando e obtêm relativo sucesso, atraindo novos interessados.

Com localização geográfica estratégica, Minas de Rio de Contas, transformou-se numa espécie de capital regional, pois avizinhand o Rio São Francisco, servia de ponte entre Salvador e a produção mineradora de Minas Gerais e Goiás⁵⁸.

⁵⁷ Ignácio Accioli. *Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia*. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1917.

⁵⁸ Roberto Simonsen. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1937.

A atividade mineradora e a pecuária extensiva foram as principais responsáveis pelo processo de povoamento na região da Chapada Diamantina. A pecuária se sustentou concomitante à mineração, uma dependendo da outra, mas também, uma rivalizando e conflitando com a outra. O criatório de gado foi responsável pela fixação do homem no lugar, uma vez que as descobertas de jazidas de ouro eram sazonais, muitas vezes se exaurindo logo em pouco tempo. A importância da descoberta do ouro na região propiciou o surgimento de uma malha importante de estradas, sendo que muitas delas confluíam para o São Francisco, por onde era escoada parte da produção. Muitos municípios foram desmembrados a partir da constituição dos núcleos de povoamento de Jacobina e Minas de Rio de Contas. Por exemplo, Caetité tornou-se ponto estratégico para o fluxo de povoamento, pois se situava à beira de importantes estradas da região.

Concomitante à atividade do ouro, surgem descobertas importantes de jazidas de diamante, o que acaba atraindo mais interessados. E assim, o ciclo do ouro segue, tornando ricos alguns e trazendo a destruição e morte para muitos. Conflitos de toda ordem surgem ao mesmo tempo em que a esperança da riqueza se expande. Acontecem duelos, vendetas, cobrança de sangue, desgovernos, brigas pela posse da terra, matança e perseguição concomitante ao estabelecimento de núcleos familiares, construção de vilas, de povoados.

O Condado da Ponte, de domínio de Antonio Guedes de Brito já havia se firmado na região, estabelecendo seus imensos currais de gado. A pecuária já estava no local, o que por um lado facilitava o fluxo de povoamento, pois se consumia a carne, o couro e os produtos derivados do leite; mas por outro lado, instaurava conflitos pela posse da terra, roubo de animais, posse de mulher e de escravos. A supremacia do Condado da Ponte mantinha relativo controle social, mas os conflitos eram presentes em toda a região, mesmo porque se tratava de imensas terras despovoadas, de solo montanhoso, com elevados picos e montes, de subsolo cavernoso, o que dificultava a localização daqueles que cometiam crimes e delitos.

No início do século XX, as jazidas de ouro na região começam a dar sinais de exaustão. A região sentiu o impacto da perda, mas novas descobertas de diamante ainda estavam em franco desbravamento. As atividades mineradoras com o ouro continuavam agora na região da Serra do Assuruá, onde hoje se localizam os municípios de Gentio do Ouro e Santo Inácio.

2.2. O CICLO DO DIAMANTE

De acordo com Accioli⁵⁹, em 1732, a Coroa já tinha conhecimento da descoberta de diamantes em Jacobina. Mas por conta da desvalorização do produto no mercado internacional, resolveu proibir sua lavra. A única lavra que estava autorizada a funcionar era a da região de Diamantina, em Minas Gerais. Entretanto, sabe-se que apesar da proibição, os garimpos clandestinos estavam funcionando.

“De início, as notícias do achado de algumas pedras translúcidas, aqui e alhures, sobretudo no Tijuco, hoje cidade de Diamantina, foram-se acentuando, não faltando quem enviasse notícias à Coroa, em amostras das preciosas gemas, na esperança de recompensas reais. E a Corte de D. João V, que enxergava, lê logo, naquelas novas fontes de riquezas dos gerais brasileiros, a continuidade da manutenção do seu fastígio e da sua inoperância, logo após as festas de júbilo que soube levar a efeito e a celebração de *te-déuns* em Lisboa e em todo o reino, pelo evento, começa a estabelecer providências para a aplicação, nas minas, de uma série de leis profundamente rigorosas e restritivas, que vão da Portaria de 2 de dezembro de 1729, que declarou nulas as datas doadas em terras diamantíferas, até o Regime da Real Extração, que teria vigência, como teve efetivamente, até 1832, quando foi definitivamente decretada a liberdade de exploração”⁶⁰.

Os representantes da Coroa tentavam a todo custo fazer valer a proibição, conforme relata Walfrido Moraes. Se a Coroa mantinha em segredo suas descobertas, o mesmo não ocorria com os garimpeiros interessados em vender suas pedras. A Coroa tinha seus interesses e os defendia através de seus representantes legais, o que acabava por criar uma série de conflitos em torno da mineração diamantífera.

Por volta de 1839, um explorador descobriu diamantes em Tamanduá, área de Gentio do Ouro. Não demorou muito e foram descobertas na Serra do Assuruá, em Santo Inácio, novas jazidas. Pouco depois, descobriram-se mais diamantes

⁵⁹Ignácio Accioli. *Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia*. Salvador, Imprensa Official do Estado, 1917.

⁶⁰Walfrido Moraes. *Jagunços e Heróis, a civilização do diamante nas lavras da Bahia*. Bahia: Imprensa Gráfica da Bahia/Assembléia Legislativa, 1997. Página142.

em Morro do Chapéu. Mas o melhor estava por vir. Encontraram aquele que viria a ser um dos mais ricos locais mineradores na região, na Chapada Velha, serra das Aroeiras. Seu reinado se estendeu até por volta de 1844 quando descobriram diamantes em Mucugê. Esse sim, viria a mudar o padrão de qualidade das pedras até então encontradas. Se antes, mesmo com pedras pequenas, a cobiça era muito grande, agora maior ainda se tornou quando foram encontradas pedras abundantes, de boa qualidade e de peso superior.

Os conflitos se acirravam cada vez mais. Subornos, punições, revoltas, levantes, crimes de toda natureza configuravam a dinâmica ocupacional da Chapada Diamantina. A corrida ao ouro e ao diamante estava posta. Aquele que estivesse disposto a lutar venceria numa terra onde somente os batalhadores sobrevivem.

A notícia das riquezas se espalhava como um rastilho de pólvora, Brasil adentro. Pessoas saíam de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Salvador para se aventurarem nas serras e grotões da Chapada. Segundo Walfrido Moraes⁶¹, há quem atribua a Spix e Von Martius a primeira colheita de belos diamantes nas vertentes da serra do Sincorá, quando de sua viagem pelo interior da Província da Bahia lá pelo ano de 1822. Entretanto, os naturalistas somente comunicam o fato à Coroa em seus relatórios. O que pode ter ocorrido na região é a presença de atividades mineradoras clandestinas espalhadas pelas serras. Aproveitando-se das informações cedidas pelos naturalistas, o latifundiário Sargento-Mor Francisco José da Rocha Medrado, cercou-se dos dispositivos legais da época para assim se apropriar da maior parte das terras onde existia potencial diamantífero.

A corrida para a região não tinha precedentes na história. Leitões de rio, corredeiras, brejos, encostas, serras, morros, todos os cantos começavam a ser ocupados por homens, mulheres e crianças em busca de ouro e diamante. Remexiam os quatro cantos com seus instrumentos de garimpagem. Muitos vinham até da região do Tijuco em Minas Gerais, na esperança de enriquecer.

⁶¹ Walfrido Moraes. *Jagunços e Heróis, a civilização do diamante nas lavras da Bahia*. Bahia: Imprensa Gráfica da Bahia/Assembléia Legislativa, 1997.

“Eram bons e maus. Decentes e malfeitores. Idealistas, imaginando uma vida melhor e mais afortunada, e criminosos profissionais...”⁶²

Walfrido Moraes⁶³ narra o seguinte episódio: “Ao que se conta – e Gonçalo de Ataíde Pereira⁶⁴, historiador e cronista honestíssimo o confirma – viajando para Andaraí, a fim de efetuar compra de farinha ou estabelecer contatos com roceiros que a esse tempo já ali existiam, deparou aquele negociante com o córrego que passa em Santa Isabel e vem desembocar no rio Combucas, reconhecendo mais ou menos o mesmo cascalho que estava acostumado a ver em Chapada Velha. Com a experiência que já possuía fez algumas tentativas, a princípio infrutíferas; mas, com alguma perseverança e com informações que colheu no local onde deu começo à experiência, tentou novamente unido a alguns auxiliares que mandou vir, e então aconteceu que seu afilhado de nome Cristiano Nascimento encontrou, na primeira lavagem que fez, dois diamantes de fina água, pesando um mais ou menos quatro quilates e o outro pouco mais de um quilate. Estavam eles – acrescenta adiante o historiador – senhores e possuidores de riquezas imensas e combinados em não dar conhecimento da descoberta a ninguém. O segredo da descoberta, entretanto, não pôde ser guardado por muito tempo. José do Prado – mais conhecido por Cazuzinha do Prado – voltou ao local da descoberta com os seus companheiros, tendo intensificado os trabalhos de extração. Tirando seis oitavas de diamantes grossos, um dos companheiros de Cazuzinha do Prado (Pedro Antonio da Cruz, vulgarmente conhecido por Pedro Ferreiro) foi vendê-las na Chapada Velha. Ali chegando, despertou suspeitas num capangueiro, que o denunciou como provável assassino de algum comprador ou negociante de Minas, de viagem para a Bahia. Para se defender, Pedro Ferreiro foi obrigado a revelar o lugar da descoberta dos diamantes “que produziram verdadeiro alarme na Chapada Velha””.

Não tardou a aparecer gente de todos os cantos para explorar as novas riquezas. Esse e outros episódios foram responsáveis pelo surgimento de vários núcleos de povoamento na região. Pautados eminentemente na atividade mineradora, as famílias moravam muitas vezes em grutas, cavernas ou barracas. Somente após se fixarem por alguns anos na região é que começavam a construir suas casas.

Inicialmente na área de Mucugê, a atividade mineradora acaba se expandindo por toda a região, atingindo o Vale do Rio de Contas, nas vilas de Barra da Estiva, Caetitê, Rio de Contas, Xique-Xique de Igatu, Andaraí e Lençóis até alcançar Morro do Chapéu.

Graças à descoberta de diamante em abundância nos leitos dos rios Lençóis e São José, a cidade de Lençóis passa a ser o principal ponto de desenvolvimento da Chapada Diamantina, onde ficou conhecida como a

⁶² Walfrido Moraes. Jagunços e Heróis, a civilização do diamante nas lavras da Bahia. Bahia: Imprensa Gráfica da Bahia/Assembléia Legislativa, 1997. Página: 34.

⁶³ Walfrido Moraes, 1997. Páginas: 33 e 34.

⁶⁴ Gonçalo de Ataíde Pereira. Memória Histórica e Descritiva do Município de São José do Paraguaçu, 1909, Bahia. Citado por Walfrido Moraes.

Capital das Lavras. O apogeu foi tanto que o governo francês instalou seu Consulado por lá. Cogitou-se também da transferência da capital da Província para Lençóis.

A presença de estrangeiros era grande, principalmente de franceses. Inicia-se, então, a era de glória com a construção de casarios altos em estilo colonial. As ruas e praças ganham colorido de cidade. As marcas da urbanidade estão presentes no sistema de iluminação e abastecimento. Lençóis se coloca como um importante centro comercial e político. As novidades chegam de Salvador e do Rio de Janeiro. Porcelanas, sedas importadas e perfumes são trazidos por comerciantes, os mascates, que enfeitam as praças e os lugarejos. Vários estudiosos para lá se dirigem: são poetas, escritores, geólogos, naturalistas que observam, registram, retratam e pesquisam a região. Uma importante malha de estradas opera ao lado das facilidades das embarcações fluviais via Rio São Francisco, Paraguaçu e Rio de Contas. A ferrovia está a todo vapor, escoando riquezas em direção à Europa. Enfim, a efervescência vigora em Lençóis que se destaca como o mais importante centro urbano do Estado da Bahia.

De acordo com Camelo Filho⁶⁵, foi a partir da lei de 1852 que se deu início à navegação ferroviária no Brasil, tornando-se um grande negócio, principalmente para a iniciativa privada. Serviu prioritariamente para expandir os negócios agropecuários ligados à exportação e também para garantir a ocupação do território brasileiro. “Depois, muitos outros produtos passaram também a ser transportados pelas estradas de ferro Recife ao São Francisco, com seu primeiro trecho entregue ao tráfego em 1858, e a Bahia ao São Francisco, inaugurada em 1860; ambas transportavam açúcar, café, fumo, algodão, cereais e passageiros”. O autor enfatiza que mesmo sendo consideradas estratégias, as primeiras estradas de ferro do Nordeste (Recife e Bahia ao São Francisco) tiveram seus prolongamentos estacionados por treze anos.

⁶⁵ José Vieira Camelo Filho. A Implantação e Consolidação das Estradas de Ferro no Nordeste Brasileiro. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Economia Política da UNICAMP, 2000. Página: 231.

“Era a Estrada de Ferro Central da Bahia que perfazia a direção Leste-Oeste da Província, com o ponto inicial no Recôncavo, na cidade de Cachoeira e São Félix, e deveria estabelecer ligação com o Rio de Janeiro através da Estrada de Ferro Dom Pedro II. O encontro entre estas estradas estava previsto para ocorrer em Monte Azul-MG. A ferrovia Central da Bahia só chegou ao seu ponto final em 1950; ou seja, 84 anos após a sua concessão, feita em 1866 pelo Imperador Dom Pedro II. As estradas de ferro de Baturité e Central da Bahia atravessariam uma parte significativa do interior brasileiro, embora nunca ultrapassassem uma distância superior a 700 km da faixa litorânea.”⁶⁶

Embora percorrendo um trecho relativamente curto, a ferrovia que atendia o trajeto São Francisco a Bahia transportava parte das riquezas produzidas nos garimpos da Chapada Diamantina até os principais pontos comerciais e rotas de exportação para os países europeus. As pedras preciosas, para chegarem até a ferrovia, percorriam um longo caminho nos lombos de mulas, jegues e burros, através de caminhos, carreiros e trilhas até desembocarem no Rio de Contas, seguindo para o São Francisco. Posteriormente, utilizavam-se do transporte de animais para chegar à estação de embarque ferroviário. A rota deixada pelo trânsito de riquezas, pessoas e animais possibilitava a ocupação de pessoas interessadas em oferecer hospedagem, vender provisões, instalando-se por ali pequenos comerciantes que também se ocupavam de estabelecer roças de subsistência. O fluxo de vida da região dependia das riquezas produzidas e comercializadas em Lençóis que se consagrou como a capital das lavras diamantinas.

Entretanto, esse legado estava com seus dias contados. O ouro entrava em franca decadência e o diamante, em função das descobertas de jazidas extraordinárias na África do Sul, colocava em sério risco o que fora construído. Famílias poderosas, fazendeiros, homens influentes temiam perder poder, prestígio e dinheiro. Foi quando então surge um francês, de nome A. Chibaribere que começa a comprar pedras de carbonato. Essas pedras eram usadas na fabricação de brocas para perfurar rocha no início dos trabalhos no Canal do Panamá (1880).

Como um dos poucos locais onde havia sido encontrado esse tipo de rocha, a Bahia passa a ser fonte de referência, mais especificamente na região de

⁶⁶ José Vieira Camelo Filho. Obra citada anteriormente. Página 232.

Lençóis. O chamado diamante negro começa a ganhar preço e assim a região volta a se recuperar.

Entretanto, a era do carbonato não se estende por muito tempo. Paralela à atividade de mineração, a população segue fazendo roças para a produção de subsistência, criando animais de pequeno porte, como galinha, porco e cabra. As atividades econômicas começam a se diversificar, principalmente após a desagregação do latifúndio da família Guedes de Brito. O Condado da Ponte começa a ruir e suas propriedades passam a ser vendidas, apropriadas e ocupadas. A pecuária extensiva também entra em declínio. Surge com isso, a policultura, como o algodão, cana-de-açúcar, café e feijão. A crise assolava a região, a fome ameaçava a vida de muitos. Era necessário diversificar a produção de alimentos.

Por volta do final do século XIX, intensificou-se a produção de toucinho, carne seca, requeijão, queijo de cabra, leite, rapadura, farinha e açúcar. Muitas pessoas que não conseguiam sobreviver do garimpo passaram a se dedicar à agricultura e atividades artesanais. A agricultura de pequena escala e a criação de animais de pequeno porte acabou “salvando” o sertão seco. A forma como cultivavam e ainda cultivam os alimentos, dispensando o uso da refrigeração, representa, segundo Josué de Castro⁶⁷, a garantia de potencial calórico e protéico necessário para uma dieta satisfatória. O modo como conservam a carne, o queijo em forma de requeijão, os beijus, rapadura, aguardente, açúcar mascavo, toucinho e outros alimentos, garante o transporte seguro, sem risco de putrefação, permitindo o armazenamento por um período razoável de tempo.

Outros se dedicaram ao artesanato, presente em Lençóis, Rio de Contas e Mucugê, principalmente o artesanato feito de pedras e palha. Marvin Harris⁶⁸ realizou um estudo por volta de 1951 em Rio de Contas, constatando que esta cidade tinha como principal atividade econômica o artesanato. Com a presença

⁶⁷ Josué de Castro. Geografia da Fome – o dilema Brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁶⁸ Marvin Harris. Town and Country in Brazil. New York, Columbia University Press, 1956.

de vários ourives e artesãos que trabalhavam com metais, couro e barro, a cidade foi se transformando num importante pólo produtor de celas, estribos, bruacas, facas, facões, cutelos, tachos de cobres, panelas e outros.

No final do século XIX começam a se diversificar também as atividades mineradoras. Se antes o interesse se restringia ao ouro, diamante e carbonato, agora o cristal de rocha, o quartzo, começa a atrair as atenções. Essa atividade vai se consolidar, no entanto, somente após a Segunda Guerra Mundial. Os municípios de Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos e Boquira aos poucos vão se tornando pontos importantes no garimpo de pedras semi-preciosas. Com a raridade de pedras preciosas, as semi-preciosas começam a ganhar preço no mercado. Num período recente, descobriu-se a potencialidade da região para o mármore azul de modo que atualmente a garimpagem e a mineração ainda se encontram presentes nos domínios da Chapada Diamantina.

2.3. O MANDOMISMO E AS RELAÇÕES DE PODER NA CHAPADA DIAMANTINA

Como vimos, a Chapada Diamantina teve seu fluxo ocupacional fortemente marcado pelas explosões das descobertas de ouro, diamante, carbonato, quartzo e outras pedras semi-preciosas. Suas terras que inicialmente foram doadas em sistema de sesmarias para a família dos Garcia D'Avila, posteriormente sofreram partições seguindo uma lógica de desigualdade e antagonismos. A enorme diferença social entre seus habitantes esteve presente desde o início do fluxo de povoamento.

O ouro e o diamante deixaram poucos ricos e muitos famintos, aleijados e órfãos. O antagonismo inicial entre os Condados rivais, a Casa da Ponte e a Casa da Torre, se estenderam para suas famílias, agregados, meeiros, empregados e escravos, fecundando relações assimétricas e desiguais, o estopim necessário para pequenas revoltas, levantes e duelos.

Motivados pela rivalidade inicial dos dois grupos dominantes da Chapada Diamantina, de um lado, aqueles provenientes do Planalto Central, da Serra

Geral e do Vale do São Francisco, formados por boiadeiros, lavradores, pequenos exploradores e foragidos da justiça, do outro lado, os representantes dos interesses da aristocracia, normalmente portugueses ou ricos comerciantes que migraram para a região com seu aparato formado por escravos e empregados, entraram em conflito, registrando a primeira revolta de que se tem notícia na região. A popularmente chamada de “Guerra do Mata-Maroto”, ocorrida em 1831 em Rio de Contas, culminou por ocasião da renúncia de D. Pedro I e prosseguiu até 1840 quando D. Pedro II assume o poder. Nesse meio tempo, ocorrem vários levantes, a ponto do Governo da Província realizar intervenção na cidade.

De acordo com Walfrido Moraes, por volta de 1861, por ocasião das eleições em Lençóis para o Senado Estadual e Conselho Municipal, ocorreu disputa violenta entre os chamados “serranos”, cujo controle estava em mãos do mineiro, Coronel Felisberto Augusto de Sá e os “bairanos”, chefiados pelo coronel Antonio Gomes Calmon, da área do recôncavo baiano. Criaram-se os primeiros partidos políticos:

“..que refletem, no seu bojo, as desconfianças naturais das correntes humanas que se encontraram na Chapada em busca de riqueza, mas que são originalmente de regiões ecológicas diferentes: o *serrano*, constituído de todos aqueles elementos procedentes do Planalto Central Brasileiro, do Sertão Alto, de Caetité, de Riacho de Santana, de Monte Alto e de muitas outras zonas da chapada ou do Rio São Francisco...; e o *baiano*...constituído de elementos que subiram o Paraguaçu, oriundos de Cachoeira de São Félix, Feira de Santana, Santo Amaro, Nazaré das Farinhas, Salvador e outros pontos. O choque das tendências é terrível. Toda aquela gente que veio de cima, cuja atividade mineira já vinha constituindo um meio de vida tradicional, considera-se, por extensão, com prerrogativas absolutas naqueles novos domínios, e encara a gente que veio do litoral como adventícia, como estrangeira, dir-se-ia melhor, como intrusa. É a repulsão natural.”⁶⁹

Os coronéis do sertão seco ganharam poder com o novo cenário político colocado pela República. Após a Proclamação da República e Abolição da Escravatura, os novos governantes, agora eleitos, se viam obrigados a pedir favores eleitorais aos coronéis em troca de votos. Estes, por sua vez, barganhavam poder econômico e político. Com o posto e patente da Guarda Nacional, os coronéis se viam e eram vistos como detentores de grande poder. A Guarda Nacional “chapadeira” era organizada em companhias locais e

⁶⁹ Walfrido Moraes. Jagunços e Heróis, a civilização do diamante nas lavras da Bahia. Bahia: Imprensa Gráfica da Bahia/Assembléia Legislativa, 1997. Página 43.

batalhões municipais. Dentre os coronéis de maior visibilidade, destacam-se: Coronel Francisco José da Rocha Medrado; Coronel Antônio de Souza Spínola; Coronel Antonio Goés Calmon; Coronel Reginaldo Landulfo; dentre outros.

De acordo com Barbosa Lima Sobrinho⁷⁰: “A Guarda Nacional, criada em 1831, para substituição das milícias e ordenanças do período colonial, estabeleceu uma hierarquia, em que a patente de Coronel correspondia a um comando municipal ou regional, por sua vez dependente do prestígio econômico ou social de seu titular, que raramente deixaria de figurar entre os proprietários rurais. De começo a patente coincidia com um comando efetivo ou uma direção, que a Regência reconhecia, para a defesa das instituições. Mas, pouco a pouco, as patentes passaram a ser avaliadas em dinheiro e concedidas a quem se dispusesse a pagar o preço exigido ou estipulado pelo poder público, o que não chegava a alterar coisa alguma, quando essa faculdade de comprar a patente não deixava de corresponder a um poder econômico, que estava na origem das investidas anteriores”.

Divididos entre as responsabilidades e ônus do cargo e os benefícios proporcionados por ele, os coronéis da Chapada Diamantina instauraram seu domínio, alargando pela força suas terras, usurpando gado e nascentes de água daqueles que não tinham tal poder. Para Victor Nunes Leal⁷¹, o fenômeno coronelismo envolve um complexo de características da política municipal, resultante da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada, manifestação do poder privado. O que denota “um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.” O coronelismo é um fenômeno marcadamente importante para a compreensão dos modos de vida na Chapada Diamantina. “Desse compromisso fundamental resulta as características secundárias do sistema ‘coronelista’, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais”.⁷²

O federalismo implantado pela República deu lugar ao crescimento desse fenômeno em germinação desde a implantação da estrutura de distribuição das terras do Brasil. As bases da governança republicana eram legitimadas na esfera estadual, tendo como coadjuvantes as oligarquias locais, cujos coronéis

⁷⁰ Barbosa Lima Sobrinho. No prefácio da obra: Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo, no Brasil. De autoria de Victor Nunes Leal. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. Página 13.

⁷¹ Victor Nunes Leal. Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo, no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. Página 40.

⁷² Victor Nunes Leal. Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo, no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. Páginas: 40 e 41.

eram seus principais representantes. Em 1898, após a implementação da política dos Estados, feita por Campos Sales, os embates políticos entre os representantes do Estado e os representantes das oligarquias locais acabou por fortalecer o papel dos coronéis que, através de barganhas e conchavos, “costuravam” os cenários políticos da Primeira República. Estes conchavos e barganhas passaram a ser parte integrante da vida política nacional e na esfera estadual, ganhava “ares de batalhas e insurgências”. Haja vista o episódio que culminou com a prisão no estado da Bahia de vários coronéis insurgentes.

Neste trabalho interessa discutir a dimensão relacional de como o mandonismo se estabelece como uma das principais características das relações de poder na Chapada Diamantina. O conceito weberiano de dominação parece fornecer elementos para a reflexão do sistema coronelista, entendendo que a relação mando/obediência dar-se-á numa via de mão dupla. Para Weber⁷³, “a dominação, ou seja, a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato, pode fundar-se em diversos motivos de submissão. Pode depender diretamente de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações utilitárias de vantagens e inconvenientes por parte daquele que obedece. Pode também depender de mero “costume”, do hábito cego de um comportamento inveterado. Ou pode fundar-se, finalmente, no puro afeto, na mera inclinação pessoal do súdito. Não obstante, a dominação costuma apoiar-se internamente em *bases jurídicas*, nas quais se funda a sua “legitimidade”, e o abalo dessa crença na legitimidade costuma acarretar conseqüências de grande alcance. Em forma totalmente pura, as “bases de legitimidade” da dominação são somente três, cada uma das quais se acha entrelaçada – no tipo puro – com uma estrutura sociológica fundamentalmente diversa do quadro e dos meios administrativos”. Da dominação legal sustentada pelo autor como um ato de obediência burocrática até a dominação tradicional, que decorre da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito existentes, surgem espaços para outras formas de dominação. Para Weber, seu tipo mais genuíno é o da dominação patriarcal. Obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade. O conteúdo das ordens está fixado pela tradição, cuja violação desconsiderada por parte do senhor poria em perigo a legitimidade do seu próprio domínio. Este tipo de dominação pode estar associado à dominação carismática, fruto da devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (*carisma*) e,

⁷³ Max Weber. Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 2004. Página:128.

particularmente: a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória.

Max Weber entende por poder “a oportunidade existente dentro de uma relação social que permite a alguém impor a sua própria vontade mesmo contra a resistência e independentemente da base na qual esta oportunidade se fundamenta”⁷⁴. Para o autor o termo é sociologicamente amorfo e polissêmico. Já o conceito de dominação exige maior precisão e demanda a obediência, ou seja, torna-se relacional na medida em que depende daquele que manda e daquele que obedece. Foucault⁷⁵ contrapõe-se a essa idéia weberiana de poder, assumindo que não se pode falar em poder sem atrelá-lo ao conhecimento como condição de indissociabilidade do seu exercício pleno. A visão foucaultiana de poder traz a lógica relacional como ponto principal no processo de efetivação do poder. Para ele, o poder só se torna aparente quando exercido. Quanto mais conhecimento você adquire, maior será o seu poder e vice-versa. São dimensões inseparáveis que coadunam para o exercício efetivo do poder. Neste sentido, o poder não é uma via de mão única, mas construído na relação. O reconhecimento do poder torna legítimo seu exercício na medida em que a própria noção de indivíduo para o autor refere-se a um sujeito historicamente produzido, construído por meio de elementos correlatos de poder e conhecimento. Entretanto, esta não é uma tarefa que se restringe ao nível da consciência. A intersecção entre os níveis das escolhas do consciente e o fenômeno inconsciente está presente no reconhecimento daquele que exerce o poder da mesma forma que está presente naquele submisso aos processos de poder.

Uma somatória de dimensões complexas corrobora práticas cotidianas que atualizam o sistema coronelista no dia a dia. Elementos novos são agregados ao velho sistema, permanecendo lógicas de aprisionamento do povo aos ditames e vontades daqueles que detêm o poder e o conhecimento. Mas longe de ser uma relação maniqueísta, dicotômica, as dimensões do mando foram constituídas a partir da estrutura de distribuição das terras do Brasil, passando

⁷⁴ Max Weber. *Conceitos Básicos de Sociologia*. São Paulo: Centauro, 2005. Página 75.

⁷⁵ Michel Foucault. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

pelos poderes conferidos à Guarda Nacional, que deliberadamente compravam suas patentes, estreitando ainda mais a hierarquia social e econômica já agravada pelo sistema de latifúndio em vigor nas terras da Chapada Diamantina. As intersecções entre os mandatários do regime de terras e os mandatários do regime político eram intensas uma vez que se tratavam dos mesmos personagens, atuando na esfera econômica, burocrática e política: os coronéis, personagens que reuniam as características do dominador descritas por Max Weber. Na prática, todos os mecanismos de controle social estavam nas mãos do representante do sistema coronelista. Os cargos de delegados, subdelegados e inspetores de quartirão eram designados pelos coronéis que através de conchavos, alianças e barganhas desenhavam o cenário político nos sertões secos da Bahia. Essa lógica permaneceu atuante durante o século XX, sendo gradativamente atualizada, ganhando sofisticções e elementos da modernidade, rarificando práticas ilegais como o crime de mando, por exemplo, mas mantendo essencialmente o regime que a sustenta: a apropriação privada dos bens públicos por parte de uma elite rural que historicamente tem usurpado aquilo que é destinado ao povo.

Os embates políticos com coronéis rivais eram travados com violência, usando de estratégias com jagunços, tocaias, armadilhas e perseguições. A morte era iminente: usava-se de facas, facões, armas de fogo e combate homem a homem. O objetivo era a obtenção do poder, tanto econômico, quanto político e se estendia desde cargos políticos para privilegiar familiares e protegidos até o poder de nomear altos funcionários da Justiça, de Bancos, de repartições públicas que controlavam as terras, principalmente.

Em plena decadência da mineração, dois coronéis rivais, duas famílias, duas facções lutam pelo domínio da região. De um lado os “pinguelas”, liberais, do outro, “os mandiocas”, conservadores, dentre outras alcunhas. E assim, a Chapada Diamantina vai sendo colonizada com a marca do bipartidarismo, da dicotomia fortemente marcada pela violência. Os duelos são partes constitutivas do modo de ocupação do território chapadeiro. Os duelos mais famosos se referem às figuras dos coronéis Horário de Matos e Militão Rodrigues, que guerrearam por terra, poder e riqueza. Coronéis de outras

idades também duelavam, sendo que o destaque ocupado por Horácio de Matos no imaginário local é grande. O coronelismo figura-se como um sistema político da história do Brasil, sendo que o mandonismo é uma característica importante desse sistema, ao lado de outras como o clientelismo e o filhotismo. O fenômeno mando/obediência dá-se de forma assimétrica, corroborada pelas práticas de gestão pública que traduzem na apropriação privada dos bens e recursos públicos, bem como no usufruto da máquina estatal para manutenção da rede de privilégios que sustenta essas práticas de poder.

Na região de Oliveira dos Brejinhos, Boquira e Paratinga, duelavam Capitão Custódio e seu sobrinho, o também Coronel, Chico Teixeira. Os principais motivos dos duelos eram disputas por terra, por mulher e por rezes. Quando da vitória de um coronel, os jagunços do coronel perdedor passavam então a compor a tropa do coronel vencedor. Restava um ou outro jagunço de confiança, fiel, cuja lealdade, muitas vezes era cobrada com a vida. O coronel derrotado formava sua nova tropa, agora composta por jagunços inexperientes e em busca de trabalho.

Os duelos eram marcados por mortes de ambos os lados. O que se iniciava com o confronto entre os dois coronéis, se estendia por toda a tropa. Quando algum jagunço cometia algo que desagradava o coronel, este então o castigava. Os castigos mais comuns iam desde fazer o jagunço comer pimenta, colocar pimenta nos seus olhos, até chicotear-lhe em pelo vivo. Conta-se, em Oliveira dos Brejinhos, que o Coronel Chico Teixeira era tão valente que fazia o sino da Igreja tocar com o zunido da bala. Todas as manhãs e tardes, ele passava em frente à Igreja e disparava sua arma contra o sino para ouvir as badaladas das seis da manhã e das seis da tarde, quando então o padre ia celebrar a missa.

Após a abolição da escravatura, os ex-escravos juntaram-se á famílias de trabalhadores que possuíam pequenas porções de terra. Sem o amparo dos seus senhores são obrigados a trabalhar para qualquer um que lhes dê em troca alimento e moradia. Originou-se daí uma forte dependência em relação ao proprietário da terra, resultando na constituição de parcela significativa da

população em estado de miséria na região. Os homens partiam para fazendas em busca de trabalho, enquanto as mulheres e as crianças ficavam nas pequenas comunidades, plantando nas roças ao redor das casas. Surgem com isso inúmeros capangas, à disposição dos proprietários de terras que, muitas vezes se utilizavam dos serviços dos capangas como pagamento por morarem em suas propriedades. Serviços esses os mais variados, dependendo das ordens do coronel e/ou proprietário de terras, sendo os mais comuns os serviços de segurança privada; aplicação de “corretivos” que consistia em castigos para aqueles que desafiavam as ordens do coronel ou, em casos extremos, o crime de encomenda, em que o coronel encomendava a morte de um inimigo seu.

Geralmente, as duas famílias de Senhores, que tinham rivalidades anteriores, estenderam esta rivalidade para seus colonos e ex-escravos. A rivalidade tem, provavelmente, uma forte raiz na política atual que impera nos municípios, onde prevalecem os mesmos núcleos familiares. Da época da escravatura, do coronelato, até os dias atuais, o que se observa é um bipartidarismo mascarado com os nomes dos partidos oficiais, mas que na realidade obedece à lógica antiga. Atualmente temos de um lado, “os corinas”⁷⁶, partido apoiado por Antônio Carlos Magalhães, a ARENA I e de outro lado, “os rabudos”, partido de oposição, a ARENA II e, ocasionalmente o MDB, também chamado de Manda Brasa.

As práticas cotidianas reforçam e sofisticam estas características, encontrando, por exemplo, na manipulação das urnas eletrônicas uma forma de

⁷⁶ “corina” e “rabudo” são nomes utilizados para designar os dois lados que tradicionalmente disputam as eleições no município de Oliveira dos Brejinhos. As pessoas não se referem aos partidos políticos. Para elas, alguém só pode ser “rabudo” ou “corina”. Se pertence a esse ou àquele partido oficial, pouco importa. Essas facções duelam em busca do poder, na segunda metade do século XX até a década de 1980, onde havia a predominância da ARENA e MDB, ou mais enfaticamente, a ARENA I e a ARENA II.

Até por volta da década de 80, as pessoas não migravam de facção, ou seja, ela nascia “rabudo”, morria “rabudo”. Possuía uma espécie de “lealdade” na família: nenhum membro ousava violar esse princípio, pois a penalidade poderia ser grande. Após a eleição de Fernando Collor de Mello, essa situação sofreu transformação, pois ambos os lados resolveram apoiar Collor. Havia na época uma rejeição muito grande ao Partido dos Trabalhadores e em especial à figura de Luiz Inácio Lula da Silva. A partir de então, esse bipartidarismo torna-se frágil e o fluxo migratório de facção torna-se mais complexo. Ocorre daí, a intensificação do processo de compra de votos e a “lealdade” parece dar lugar “àquele que melhor pagar pelo seu voto”. A respeito dessa dinâmica, o capítulo 3 tece considerações.

perpetuação. Por ocasião das eleições de 2002, muitos moradores do Cercado externaram suas preocupações e medos ilustrados no seguinte depoimento:

*“Se antes eles já sabiam em quem a gente ia votar, agora com essa maquininha é que eles ficam sabendo mesmo. A gente aperta aquele botão e na hora eles sabem em quem a gente votou”.*⁷⁷

Episódios como a queima do Cartório de Oliveira dos Brejinhos na década de setenta, assim como a destruição de “provas” incriminando velhos “caciques” da política local exemplificam como as dinâmicas internas corroboram a manutenção das relações de poder sob a égide dos “coronéis”. Esses coronéis proliferam “crias” por vários distritos, povoados e localidades sob a forma de “cabo eleitoral”, muitos acabam se elegendo vereador ou se tornando uma importante força política no nível das microestruturas de poder. Dessas micro-esferas estabelecem conexões que se estendem para além das fronteiras do município, culminando com apoio e conchavos que garantem a permanência dos aliados no poder, tanto em nível da micro-região, em nível Estadual e Federal. Essas conexões são necessárias para a sustentação do regime coronelista como um sistema onde o mandonismo se materializa através de consagradas formas estabelecidas ao longo da história regional, mas principalmente através da sofisticação e modificação dessas velhas práticas que são atualizadas conforme os usos que se fazem delas.

Uma das atualizações mais recorrentes nos domínios da Chapada Diamantina é o caso da “população refém da saúde”, termo que denomina uma modalidade de coronelismo que está relacionada ao exercício discriminatório da medicina. Muitos filhos desses coronéis foram estudar medicina e retornaram para seus municípios onde exercem função de médico com o aparato público disponível nos postos de saúde ou hospitais públicos. Entretanto, o acesso ao atendimento público só é garantido àqueles partidários do “coronel”, “pai” do médico. Esse jovem médico começa a ser preparado para a vida pública, através da popularização dos seus feitos: *“salvou fulano que chegou entre a vida e a morte!”* *“ Ah! Se não fosse o Doutor, minha filha tinha morrido!”* *“Como posso votar contra o Doutor se é ele quem salva a nossa vida quando estamos entre a vida e a morte”.*

⁷⁷ F.L.S. depoimento de um morador do Cercado.

Essas falas são comuns em muitos municípios da Chapada Diamantina e reforçam o exercício discriminatório do mando. Tanto para os médicos que mantêm clínicas particulares que atendem pelo SUS – Sistema Único de Saúde, quanto os médicos que trabalham em postos de saúde e hospitais municipais acabam reproduzindo práticas discriminatórias, onde se privilegiam os aliados políticos. Os inimigos políticos não são atendidos com a mesma prontidão e quando o são, normalmente isso é feito como forma de persuadi-los a “virar contra”, passando a ser um aliado. A qualidade do atendimento está diretamente relacionada à pertença partidária, ou seja, para que lado o paciente vota. Se votar nos partidários do médico, terá seu atendimento garantido. Caso contrário sofrerá sanções, como demora no atendimento ou mesmo falta de atendimento. De modo que no interior do bipartidarismo chapadeiro, o lado perdedor se enfraquece cada vez mais e, num espaço de dois ou três mandatos consecutivos, começa a perder aliados, permanecendo apenas “os apaixonados”, os velhos “coronéis”, matrizes dos fundadores. A cada nova conquista, a depender do grau de importância política e social daquele que “virou”, fazem-se comemorações, festas e soltam-se fogos.

Atualmente as heranças do coronelismo se materializam através de várias práticas cotidianas. A dominação tradicional se reproduz em cima do atual cenário sócio-político da região, adaptando-se aos dinamismos da atualidade, mas mantendo o cerne de sua essência, a dominação senhorial e política exercida e legitimada através da figura do “homem bom e poderoso que a todos ajuda”. Suas características de generosidade, anteparo e proteção servem de “mediação” para o acesso às instituições formais do poder público através dos seus serviços essenciais como saúde, educação e transporte. Esta relação garante o acesso à burocracia que insere o sujeito no sistema de usufruto dos serviços básicos e nos benefícios possibilitados pelos programas sociais dos governos Federal e Estadual, além de facilitar os processos da aposentadoria rural.

No interior de pequenas localidades chapadeiras, há grande proximidade entre a população e os representantes do poder, possibilitando a legitimação do

mandonismo. A tendência de enfraquecimento das suas relações se intensifica quando estas se burocratizam em estruturas profissionais da administração pública. A ausência de práticas profissionais de gestão pública possibilita a manutenção do sistema coronelista, uma vez que dá margem a desvios. Quando há profissionalismo na administração pública a tendência é que estas relações se complexifiquem ganhando outros contornos, dificultando as práticas coronelistas. A impessoalidade fornecida pela profissionalização da gestão pública enfraquece ou modifica antigas práticas.

Embora enfraquecidas e com contornos diferentes, as diversas expressões do coronelismo estão ainda presentes na complexa rede de inserção das pessoas junto aos direitos básicos garantidos pela Constituição Brasileira. Na região, estes direitos são transformados em privilégios na medida em que se inicia o processo de negociação do acesso a eles. Uma série de agentes responsáveis pela sua distribuição cria logística peculiar que coloca o “coronel, homem bom que a todos ajuda” no epicentro da distribuição, deixando os “contras” fora da rede de beneficiados. Os benefícios são direcionados aos partidários daqueles que estão frente ao poder, como por exemplo, ter o direito de usar o sistema de ambulâncias para transportar pessoas doentes para Salvador ou Seabra; ter as despesas pagas por ocasião de uma festa de casamento; ter passagens pagas para São Paulo por ocasião de tratamento médico ou visita a parentes doentes; ter a possibilidade de enviar um filho para estudar em Salvador; poder concluir a reforma da casa, dentre outros.

Acentuadas pelo relativo isolamento da geografia chapadeira, as dinâmicas sócio-políticas da região inscrevem este “novo ator – o médico” como o signatário de um processo de mandonismo cuja efetivação se materializa em práticas como o exercício discriminatório da medicina como forma de aprisionar a população a um sistema de mando/obediência, além de dificultar o acesso aos bens e serviços públicos que, em mãos de poucos, condiciona seu usufruto ao voto não só seu, mas a lealdade da família como um todo. Os acordos exigem reciprocidade: o uso do serviço público está atrelado à lealdade do voto. Este complexo sistema explicitado por Victor Nunes Leal em sua referida obra demonstra as intersecções entre os vários atores envolvidos desde o nível

das microestruturas de poder até o nível da macroesfera Federal, materializado a partir da unidade do município.

Após ter seu trabalho consolidado ao longo de quatro, cinco anos, lança-se o jovem médico na candidatura ao cargo de prefeito. Poucos se interessam pelo cargo de vereador, mas como a medicina está se popularizando, não há prefeituras para todos os aspirantes, então o cargo de Secretário da Saúde ainda permanece atraente. O jovem médico assume a prefeitura e como normalmente entende pouco de gestão pública, permanece no cargo figurativamente, sendo que a gestão dos recursos públicos fica nas mãos dos “velhos coronéis”, responsáveis pela sua estadia no cargo de prefeito. O rateio e distribuição dos cargos de confiança também permanecem nas mãos dos “velhos coronéis”. Em alguns municípios já houve insurgências, criando intensas batalhas, onde a “quebra de braço” pendeu para o lado dos velhos caciques. Como resultante, fragmenta-se o município num novo bipartidarismo, modificando as alianças e conchavos, mas permanecendo a dicotomia entre duas facções: “a favor” e “contra”. Podem-se mudar até os apelidos, mas o sistema permanece o mesmo.

O que parece não mudar é a fascinação que o povo nutre por “grandes figuras”, coronéis lendários, como Horário de Matos, Militão Rodrigues Coelho e Francisco Teixeira, dentre outros. O imaginário local enaltece ao mesmo tempo em que teme estas figuras, perpetuando sua existência para além das fronteiras da modernidade, reverberando nas narrativas de feitos heróicos que ainda hoje povoam a “ boca da noite” das casas chapadeiras.

2.4. O CORONEL HORÁCIO DE MATOS⁷⁸

Em 1882, no distrito de Chapada Velha, no município de Brotas de Macaúbas, nasce um menino de nome Horário, filho de Quintiliano Pereira de Matos e

⁷⁸ Foram consultadas as seguintes obras: Walfrido Moraes. Jagunços e Heróis, a civilização do diamante nas lavras da Bahia. Bahia: Imprensa Gráfica da Bahia/Assembleia Legislativa, 1997. Juvenal Neves. Vilarejo – A Vila de Bom Sossego: verdadeira história da Chapada Diamantina. Salvador, Governo do Estado da Bahia, 2001. Claudionor de Oliveira Queirós. O Sertão que eu conheci. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

Hermínia de Queirós Matos. Desde pequeno, Horácio se destacava dos demais meninos, seu comportamento pacifista rompia com os costumes agressivos de brigas e duelos aos quais os varões estavam acostumados. Não pôde freqüentar a escola e ainda rapazote resolve migrar para Morro do Chapéu, onde se estabelece como um modesto comerciante. Faz amizade com um chefe político local e este lhe confere o título de Tenente-Coronel das Brigadas da Guarda Nacional. Cai nas graças desse importante político e ganha assim certo prestígio.

Sua família, no entanto, ficou estabelecida na Chapada Velha, de onde recebe, certo dia, um chamado de extrema urgência de seu tio Clementino. Temendo o que estava por vir, apressa-se a chegar ao local. Chegando lá, vê que seu tio está nas últimas e deseja passar seu legado de chefe supremo da tribo dos Matos para Horácio. Após tecer considerações e recomendações, faz uma retrospectiva das injustiças, perseguições e violências pelas quais a família tinha passado, ressaltando os feitos heróicos dos antepassados. Entrega então, em suas mãos, o bastão de sua tribo, contendo o Código de Honra⁷⁹ da família:

“Não humilhar ninguém – mas também nunca se deixar humilhar, por quem quer que seja”;

“Não roubar, jamais, sejam quais forem as circunstâncias – nem permitir que alguém roube e fique impune”;

“Ser leal com os amigos e parentes, protegendo-os sempre”;

“Ser leal com os inimigos, respeitando-os em tempo de paz e enfrentando-os em tempo de guerra”;

“Não provocar nem agredir – mas se for ofendido, colocar a honra acima de tudo, e reagir na melhor extensão da palavra, porque de nada adianta a vida sem dignidade”.

Num gesto de afirmação do legado patriarcal, Clementino pede a todos os demais sobrinhos, primos e afilhados que formem um círculo em torno de sua cama. Pede então, que Horácio, de posse de uma palmatória, aplique meia dúzia de bolos em cada um, para que saibam que de agora em diante devem-lhe obediência.

⁷⁹ Walfrido Moraes. Obra citada. Página: 58.

Horácio volta a residir na Chapada Velha a fim de assumir o poder da família Matos. Na cidade vizinha, Barra do Mendes, o poder está em mãos do Coronel Militão Rodrigues Coelho. As duas cidades se rivalizam, a ponto de as pessoas não se falarem, não estabelecerem nenhum intercâmbio comercial, alimentando um ódio crescente, cada vez maior. Horácio então resolve entrar em diálogo com o Coronel Militão para pôr fim à rivalidade. Durante algum tempo a rivalidade ficou suspensa. Parentes que não se viam há anos voltaram a se encontrar, pessoas passaram a circular de uma cidade para a outra, tornando visível o clima de troca. Entretanto, a paz reina por pouco tempo. Com a morte do Coronel José João de Oliveira, chefe político de Brotas, Militão entende que deveria ocupar seu posto.

Os ânimos acirram-se, pois Militão é temido por seus desmandos e violência. As principais lideranças locais temem que ele tome o poder para si, utilizando-se de expedientes desonestos. A revolta toma conta de Brotas. Horácio de Matos se oferece para ser o negociador, o pacificador nesse processo político, visando à desistência da candidatura de Militão. Vai então sozinho ao seu encontro no povoado do Pega. Todos temem pela sua vida. Horácio consegue, com sucesso, dissuadir o Coronel desta empreitada. Ao retornar para Brotas, consagra-se como um importante negociador.

A Chapada ganha tempos de paz que é interrompida na noite de 4 de dezembro de 1914, com o assassinato de um dos irmãos mais velhos de Horácio. Os mandantes dos crimes eram chefes locais e coronéis. Os assassinos fogem e são protegidos pelo Coronel Manuel Fabrício de Oliveira. A Justiça local, em vão, os intima, para prestar depoimentos. Em todas as ocasiões, zombam do Oficial de Justiça. Na última tentativa, rasgam com zombaria a notificação oficial. Horácio parte em busca de justiça. Vai à Esfera do Estado clamar por justiça. Não recebe apoio algum. Decide então fazer justiça com as próprias mãos. Reúne sua gente e vai cobrar o sangue de seu irmão.

Arma um plano para invadir Campestre que fica distante de Brotas, cerca de 150 quilômetros. Segue acampando no caminho e volta e meia alguém junta-se

ao bando, oferecendo seus préstimos. São inimigos do Coronel Manuel Fabrício de Oliveira e seguem com o intuito de vingança. Chegando ao destino, revisam a estratégia. Esperam a noite cair e começam a atacar. São contra-atacados e durante o dia o tiroteio prossegue. Percebem que serão aniquilados, pois são em menor quantidade, e resolvem partir em retirada.

O Coronel Clementino sabe que o clã dos Matos não ficará em silêncio com a derrota e resolve pedir ajuda oficial de Salvador. O então chefe do executivo baiano, o Dr. J.J. Seabra determina o atendimento da solicitação e envia para a Chapada, sob o comando do Temente Pedra, uma diligência.

Os soldados e os jagunços do Coronel Clementino cavam trincheiras, preparam armadilhas e esperam os Matos. A espera é longa. As famílias começam a se retirar para outras localidades, temendo os conflitos. A cidade fica vazia. Nem mesmo a feira funciona. Num certo dia o duelo começa: são tiros por todo lado. As perdas atingem ambos os lados. Os dias passam e a fome assola os combatentes. Horácio percebe que pode tirar proveito da situação, pois dispõe de alimentos em maior quantidade. Resolve contatar o chefe dos soldados e sugere que estes partam em retirada para Salvador. Temendo ver sua tropa morta pela fome e sede, o Comandante retorna a Salvador. No caminho encontra novas tropas que vieram ao seu socorro. São cerca de trezentos homens dispostos a lutar. Estes não desistem da empreitada e marcham em direção aos Matos. Lá se aproximando, deparam com uma “chuva de balas” que logo põe a tropa em retirada.

O Governo do Estado teme pela situação nas Lavras Diamantinas e nomeia o respeitado Coronel José Pedreira Lapa como Delegado Especial, cuja função era ser negociador entre as partes no intuito de restabelecer a paz no lugar. O Coronel então negocia e consegue pôr fim aos conflitos. Horácio no entanto, pede, como condição para sua trégua, que os assassinos de seu irmão sejam punidos pela lei.

A trégua dura até 1916 quando o Coronel Militão Rodrigues Coelho toma, em assalto, Brotas de Macaúbas. Houve certa resistência, mas instala-se lá na

esperança de ser nomeado Intendente. Seu reinando é regado a “ferro e fogo”, dando “para os amigos, tudo e para os inimigos, a força da violência e da perseguição”. Os moradores mais tradicionais não concordaram com sua ocupação e o prestigiado escrivão local, de quem Militão mandou retirar o Cartório, resolve escrever uma carta aberta às autoridades da capital, denunciando os desmandos do Coronel em Brotas. Militão ordena a caça ao escrivão que é preso imediatamente.

Horácio resolve combater em Barra do Mendes, os jagunços de Militão. Consegue êxito nesta empreitada. No caminho de volta a Brotas, recebe a notícia da ação de Militão na região. O saldo são vários mortos, saques, humilhações e desmandos. Horácio se apressa em chegar a Brotas. Lá chegando, iniciam-se os tiroteios que não cessam por meses.

Enquanto isso, em Barra do Mendes, Militão instala seu quartel general e se prepara para a batalha. Munições e provisões chegam de todos os lugares, tanto para um lado quanto para o outro. Horácio dá um ultimato às famílias de Barra do Mendes: todos devem partir até determinada hora, porque será travada uma batalha sangrenta.

De fato a batalha começa e guerreiam por exatos quatro meses e vinte e oito dias. Quando então, após derrotar todos os focos de resistência, todas as trincheiras, em duelos homem a homem, Horácio explode com uma granada de mão o quartel general de Militão. Este foge para longe e é perseguido pelas tropas de Horácio que consegue pegar um filho de Militão. Seguem para Barra do Mendes e devolve Nestor Rodrigues Coelho à sua mãe.

Seus feitos correram a Chapada, sendo contados como atos heróicos, desprovidos de interesses materiais e políticos. O imaginário local tratou de reproduzir suas façanhas, aumentando seus poderes, ora sendo-lhe atribuído caráter sobrenatural, ora caráter heróico no manejo das armas de fogo e do combate corpo a corpo.

A fama de Horácio persiste e se consolida com a Revolução de 1930. Antes, porém, aconteceu uma série de insurgências e levantes em virtude da intervenção federal da Bahia. Estes levantes causaram mortes sertão adentro. A fama de Horácio, como homem forte, justo e sóbrio cobriu toda a Chapada. Em pouco mais de uma década, ele era a figura mais popular, querida e temida da área. Colecionava amigos, mas também inimigos que em vão montavam estratégias de acabar com sua vida e pôr fim ao seu poder. Várias foram as emboscadas, registradas pela história, das quais ele sempre se safou.

Horácio combate fortemente a Coluna Prestes e se consagra como um grande guerreiro nos domínios dos sertões secos da Bahia. Com o triunfo da Revolução de 1930 se vê obrigado a entregar pacificamente as armas e munições às autoridades em Salvador. Entrega cerca de 30.000 armas e é levado preso para a capital, onde permanece até 1931, quando então é solto, dada a pressão das autoridades da Igreja católica, de Magistrados, comerciantes e homens influentes. Dois dias após sua soltura é assassinado a mando dos familiares do Major de Polícia João da Mota Coelho que fora morto, dias antes, por comparsas de Horácio. Sua morte abala os sertões secos da Bahia, tomado por muito choro, tristeza, desespero e alívio para alguns. Os inimigos comemoram e os aliados agora estão órfãos do grande pai, herói de muitos chapadeiros.

A Chapada Diamantina inicia um ciclo de decadência continuada que vai culminar no fluxo migratório de muitos para os garimpos em Mato Grosso, para São Paulo e região Amazônica. Lençóis, que outrora ostentava o título de capital das lavras diamantina, agora amarga a solidão dos casarios desabitados, as ruas desertas e levadas e mais levadas de retirantes que, dia após dia, partem em busca da esperança de uma vida melhor.

Outros Coronéis importantes também figuraram na batalha contra os revoltosos da Coluna Prestes, dentre eles Coronel Franklim Albuquerque, de Pilão Arcado e Abílio Wolney. Dentre aqueles que ofereceram apoio tático, destacam-se: Coronel Leonídio Ambrósio de Abreu, Coronel Francisco Borges de Figueiredo

Filho, Coronel Manuel Alcântara de Carvalho, Coronel Marcionílio Souza e Coronel Francisco Teixeira.

Para quem ficou, resta continuar a batalha cotidiana. Alguns coronéis de menor importância procuram estabelecer seu domínio. Entretanto, nenhum deles se configurou no imaginário do povo da Chapada com características heróicas como Horácio de Matos. Seus feitos foram e ainda são transmitidos oralmente por aqueles que presenciaram ou reproduziram o imaginário de lutas e batalhas.

A partir de então, as terras chapadeiras ganham “novos ares”: os filhos das famílias tradicionais são enviados para Rio de Janeiro, São Paulo e Europa para estudar, normalmente Direito e Medicina. Ao retornarem não incorporam mais as mesmas práticas de seus antecessores, desprezando os levantes e batalhas. Estas práticas ganham elementos novos, ora mesclando violência e poesia: continuam com crimes de mando para a manutenção do poder, enquanto escrevem poemas e se lançam na vida política. Durante a Ditadura Militar de 1964, cometem atrocidades pelas mãos de seus jagunços contra os que representam discordância ou ameaça ao sistema imperante. Desse modo, seguem incorporando práticas novas advindas de outras regiões do país, sem com isso, perderem práticas violentas que, historicamente, têm mantido o povo sob seu jugo, tolhidos de qualquer participação popular.

2.5. A PERSEGUIÇÃO A CARLOS LAMARCA

Ao lado de Horácio de Matos, Carlos Lamarca figura como um dos personagens importantes na história das caatingas da Chapada Diamantina. Embora tenha vivido na região pouco menos de dois meses, Lamarca deixou um importante legado no território imaginário da Chapada. Perseguido pelo Exército Brasileiro, por ocasião da Ditadura Militar, Lamarca se escondeu na região de Brotas de Macaúbas, onde já se escondia o guerrilheiro Zequinha Barreto.

Carlos Lamarca, nascido em 27 de outubro de 1937, no Estácio, bairro da zona norte do Rio de Janeiro, filho do sapateiro Antônio Lamarca e Dona Gertrudes, ingressa em 1954 na Escola Preparatória de Cadetes, em Porto Alegre. Então, com 17 anos abraça a carreira militar com o entusiasmo de quem, meses antes, se havia misturado às massas populares nas ruas do Rio de Janeiro, mobilizadas em torno da campanha 'O Petróleo é Nosso'- a luta contra a invasão do capital estrangeiro no país.⁸⁰

Em 1962 vai servir como Segundo-Tenente nas forças da Organização das Nações Unidas na ocupação do Canal de Suez. Permanece em Rabah por treze meses. Em 1963 volta ao Brasil. Em 1967, torna-se capitão do Exército Brasileiro. Em 24 de janeiro de 1969, juntamente com o ex-sargento Darcy Ribeiro e o ex-cabo José Mariani Ferreira roubam dois caminhões carregados de armas do 4º Regimento de Infantaria em Quitaúna, subúrbio de São Paulo. A partir daí o Capitão passa a ser um desertor, condição que o torna um dos homens mais procurados do país. Lamarca era um dos chefes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) razão que o levou a fazer, por intermédio do médico simpatizante do movimento revolucionário, Almir Ferreira, uma operação plástica no rosto. Sua arcada dentária superior foi diminuída, provocando sensível encolhimento do lábio superior. O nariz foi modificado, tendo sido achatado pela retirada de uma parte do osso nasal, desaparecendo, assim, o nó com que ele aparecia nas fotos antigas. Além disso, a ponta do seu nariz foi reduzida e os seus olhos foram amendoados.

Em 1970 seqüestra o embaixador alemão E. Hrenfriend Von Holleber e como parte do resgate exige que seja publicado na grande imprensa nacional uma longa carta criticando o poder, a repressão e apontando soluções para a melhoria do quadro político brasileiro.

Em 27 de junho de 1971, desembarca na Ponte sobre o Rio Paramirim, na BR 242, Sertão da Bahia. Encontrava-se à sua espera Zequinha Barreto. A partir

⁸⁰ Emiliano José e Oldack Miranda. Lamarca, o Capitão da Guerrilha. São Paulo: Global Editora, 1989.

daí, começa a viver longos dias no sertão, sob o abrigo de Zequinha e seus familiares.

Lamarca troca correspondência com colegas da guerrilha. Sua correspondência é interceptada e o Exército sai à sua captura, sertão adentro. Zequinha e Lamarca iniciam fuga pelas caatingas, a fim de se esconderem. Percorrem serras, sobem e descem morros, enquanto a força militar está no seu encalço, perseguindo-os com um aparato jamais visto pelos caatingueiros. São metralhadoras, fuzis, tanques, helicópteros; um batalhão fardado e outro a paisana, disfarçado, montado a cavalo, guiado por experientes vaqueiros da região.

O Exército se instala nos municípios de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, abrindo picadas, abrindo pistas de pouso para helicópteros e aeronaves de pequeno porte. Mais uma vez, o sertanejo se vê diante de conflitos, na linha do fogo cruzado, só que desta vez, desconhecem a razão da batalha, pois sequer sabem quem é Lamarca. As armas usadas na batalha, também são desconhecidas, pois a grande maioria jamais havia visto um avião antes.

Não tarda, e o Exército se ocupa de disseminar imagens negativas acerca dos foragidos, dizendo se tratar de terroristas, comunistas, mas estas palavras soaram vazias para o vocabulário local. O que ficou, no entanto, foi a truculência com que o Exército tratou a população local. Ao sair em busca dos guerrilheiros, o Exército interrogava, torturava e humilhava pessoas. O medo tomou conta de todos.

Os guerrilheiros continuaram sua fuga, muitas vezes com a ajuda da população, que os esconde, fornece comida e água. Por onde quer que passavam, o Exército estava em seu encalço. Eles conseguem fugir. Estão sempre um passo à frente da força policial. Suas peripécias e perspicácias na rota de fuga, diante do forte aparato bélico, logo os colocam como homens espertos e heróis. Mais uma vez é a história de “Davi vencendo Golias”. E

assim, dia após dia, sua fama corre sertão adentro. Não demora e o imaginário local trata de atribuir-lhes poderes mágicos, sobrenaturais.

“Eu achava que Lamarca era uma espécie de homem misturado com animal, destas pessoas que têm o poder de ver as coisas que a gente comum não consegue ver. Eu fiquei com isso na cabeça por muitos anos.”

“Para você ter uma idéia, eu ouvi dizer que lá para os lados da Passagem da Manga, Zequinha e Lamarca passaram por uma fazenda e mataram umas criações e um bezerro...eu via a imagem dele virando lobisomem, com uns dentes assim pontudos”.⁸¹

O cotidiano da comunidade foi de tal forma alterado que em períodos mais críticos, quando a polícia era comunicada da presença próxima de Lamarca em determinada comunidade, havia uma espécie de toque de recolher, onde ninguém podia entrar ou sair do local.

Lamarca e Zequinha foram mortos numa emboscada, em 17 de setembro, de 1971, no povoado de Pintada. Deixaram um legado no imaginário local, que lhes atribuiu poderes de transformar-se, tornarem invisíveis, quando assim o desejavam. Por ocasião de vinte e cinco anos de suas mortes foi erguido um pequeno monumento em sua homenagem. Uma missa foi rezada pelo Bispo de Barra, Dom Luiz Cappio que abençoou o lugar. A partir de então, outras homenagens, missas e visitas ao local começaram a ser freqüentes. Todos os anos em 17 de setembro, comemorações e eventos são realizados no lugar onde se ergueu uma pequena capela e um cruzeiro. Representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, como o MST –Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Grupo Gambá de Ação Ambiental, o Grupo Jatobá de Ação Ambiental, representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região e dos sindicatos de garimpeiros artesanais, reúnem-se para palestras, conferências, oficinas e cursos sobre temas diversos como questões ambientais, educação, reforma agrária, consciência política, convivência com o semi-árido, dentre outros. Durante a comemoração é realizado culto ecumênico celebrado por representantes da Igreja Católica, da

⁸¹ Falas das pessoas da Comunidade do Bom Sossego, citadas no Relatório de Iniciação Científica de minha autoria, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PIBIC-CEPE, 1997.

Igreja Protestante e outros líderes religiosos locais. Autoridades como Deputados Federais, Prefeitos, Delegados também participam do evento ao lado de romeiros, que para lá se dirigem em caminhões pau de arara, com o intuito de pagar promessas e pedir graças. Os moradores da região, demonstrando sua religiosidade, atribuem milagres aos guerrilheiros e acreditam que tanto Lamarca como Zequinha possuem poderes santos e que estão realizando milagres e graças. Os pés de baraúna, onde os guerrilheiros foram mortos, tornou-se um lugar mágico; uma vez embaixo de sua sombra, o romeiro fica abençoado. Neste feriado de finados, obtive informações que os cemitérios de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos ficaram vazios, pois as pessoas foram rezar na capela, algumas para lá se dirigiram a pé, pagando promessas. O local permaneceu lotado durante toda comemoração do dia de finados. A estória da perseguição e fuga dos guerrilheiros é contada pelos que viveram na época e reproduzida pelos mais jovens, tendendo a se perpetuar na memória coletiva.

Ao concluir o capítulo, é importante destacar que a versão da história do povoamento da Chapada Diamantina produzida aqui procurou estabelecer conexões entre as diferentes versões trabalhadas pela pesquisa: as oriundas de levantamento bibliográfico, baseadas em historiadores relevantes, com as versões narradas pelos seus moradores quer transmitidas oralmente, quanto aquelas registradas em literatura de cordel, poesia, material do Fórum Faz Cidadão⁸², poemas, jornais e anotações particulares. As várias versões coletadas, muitas vezes conflitantes, podem fornecer pistas para a compreensão de como seus habitantes produzem sentidos acerca de sua história. Longe de querer identificar uma versão predominante ou “verdadeira”, a pesquisa procurou registrá-las e compreendê-las como dinâmicas de vida dentro da complexa rede de compromissos, poder e relações com os quais os habitantes estão em interlocução com seus pares de vida comunal e com aqueles considerados de fora dela.

⁸² O Programa do Governo do Estado da Bahia, coordenado pela Fundação Luiz Eduardo Magalhães, tem como objetivo desenvolver capacitações nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Local, busca fortalecer este espaço democrático de participação e gestão para uma melhoria da qualidade de vida da população dos 100 municípios baianos com os mais baixos índices de desenvolvimento humano – IDH. Esta é a definição que se encontra nos relatórios do Programa Fórum Cidadão, 2001.

Cada comunidade, localidade, povoado ou sítio possui uma versão oral da sua história. Nas comunidades mais organizadas, onde há associações comunitárias, por exemplo, há um movimento de reconstrução escrita dessa história. O Fórum Faz Cidadão, Programa do Governo do Estado da Bahia, parece ter possibilitado, através dos técnicos da Companhia Agrária Regional, uma prática de resgate e registro histórico, além daquelas comunidades que possuem práticas associativas e cooperativas fomentadas pela presença da Igreja Católica⁸³.

Esta não é uma história linear, homogênea; narra conflitos de toda natureza: pela propriedade da terra; por propriedade da mulher, do gado e outros elementos que agregam poder ao possuidor. Tais conflitos causaram várias mortes nos Sertões Secos do Brasil, inclusive na Bahia e foi parte constitutiva das lógicas de ocupação e apropriação das caatingas da Chapada Diamantina.

A ocupação tem seu fluxo contínuo e se coloca no presente como um emaranhado de fenômenos que permeiam o cotidiano desses lugares. São teias do passado, cujas marcas são re-significadas a cada lida diária. O passado está presente não como passado, mas como dialogia entre tempo e espaço na concretude dos modos como ocupam e se apropriam de um lugar físico e inter-subjetivo.

Tão complexa quanto as dinâmicas de vida natural da Chapada Diamantina, suas dinâmicas políticas, determinações históricas e culturais dizem de um lugar povoado por contradições, dominação, luta e resistência. Essas lutas se estenderam pela região e quando da emancipação de algumas cidades, os coronéis vitoriosos tomaram para si os novos municípios. Em decorrência, mantinham sob seu jugo grande parte dos moradores que, por força da falta de opção de trabalho, eram obrigados a trabalhar nas suas propriedades como meeiros, agregados, diaristas e serviços de defesa, ou seja, feitos através de jagunços. Tanto a mineração quanto o criatório de gado serviram como

⁸³ O termo comunidade foi inserido na região pelas missões católicas dos anos 70 e 80, numa alusão às comunidades eclesiais de base.

elemento de barganha política, estabelecendo-se relações de trocas e concentrando o poder em mãos de poucos, aqueles que detinham jazidas, ou intermediários, ou grandes proprietários de terras, criadores de gado.

Atualmente, os descendentes destes grandes coronéis continuam sendo proprietários da maioria das terras que compreende o espaço da Chapada Diamantina. Inicialmente pertenciam a ARENA, Aliança Renovadora Nacional e, a partir da segunda metade da década de 1980, passaram a fazer parte do PFL, Partido da Frente Liberal. Continuam a duelar em partidos políticos, normalmente em consonância com a situação de mando do Governo do Estado. Desenha-se, desse modo, um bipartidarismo que, de longe, segue valores políticos partidários, sendo associado à figura do grande coronel. Hoje, tais coronéis estão presentes, por exemplo, na figura do médico que orienta o atendimento a pacientes em função da filiação política e representam assim uma nova forma de dominação e aprisionamento das populações em estado de pobreza. A ausência de serviços de saúde coloca a população à mercê dessas dinâmicas.

A presença de setores da Igreja Católica como a FUNDIFRAN e a Pastoral da Criança, através da Cáritas Brasileira e o Programa Um Milhão de Cisternas, com a assessoria da Central de Assessoria do Assuruá, presentes em diversos municípios da Chapada Diamantina, parece ter incentivado práticas de mobilização, o que favoreceu a organização de muitas comunidades. É notável que os domínios das caatingas vêm sofrendo modificações nos seus ambientes culturais e processos organizativos, o que favorece ações de empreendimentos coletivos, como o surgimento de cooperativas, associações e outros empreendimentos de natureza coletiva.

Se estas práticas são estimuladas por organismos internacionais, governo federal e estadual, encontram forte resistência no nível municipal, que vê nas mobilizações uma “perda de tempo” ou uma ameaça aos sistemas imperantes. Um exemplo refere-se ao Programa Fome Zero do Governo Federal. Muitos prefeitos da região se recusam a receber o Programa, mostrando desinteresse,

pois o controle e distribuição dos benefícios do Programa não poderiam ser submetidos aos seus interesses pessoais. Deste modo, a população que poderia ser beneficiada sequer toma conhecimento da existência do Programa.

O cenário que se desenha atualmente ainda está sustentado nos pilares do sistema coronelista que se instaurou nos domínios da Chapada Diamantina desde o início do fluxo de povoamento da região, através de práticas como o mandonismo, o clientelismo e o filhotismo. Este cenário ganha características da modernidade, impulsionadas pelas dinâmicas econômicas, dentre elas: a construção de novas relações de poder possibilitadas pelo acesso ao conhecimento que os jovens que têm alguma posse ou os privilegiados passam a ter através do ingresso em universidades e retorno ao município. Estes jovens continuam a reproduzir o mandonismo, modificando as práticas de relações de poder possibilitadas pelo conhecimento que obtiveram nas universidades. Normalmente escolhem profissões que oferecem visibilidade social como Medicina, Engenharia, Direito e Odontologia. Munidos da profissão, o jovem se insere no sistema local, em posição de destaque. Outra possibilidade de rearranjo das relações de mandonismo está presente através da inserção de novos arranjos produtivos locais a partir de insumos já consagrados como o beneficiamento do couro de caprino e bovino, criatório e beneficiamento de ema, produção de queijos e derivados, produção de vestuário, beneficiamento e lapidação do quartzo. Outra importante fonte de obtenção de riquezas é através do comércio. Os agentes responsáveis pelos empreendimentos configuram-se como “braços” da estrutura de mando. Ao deter riquezas, ascendem socialmente e acabam legitimados nessa estrutura, sendo inseridos, por exemplo, na arena de disputa política nos cargos de vereador ou vice-prefeito ou permanecem fazendo parte da cadeia logística como cabos eleitorais ou apóio vicinal. A materialização do coronelismo dar-se-á na esfera das micro-estruturas de poder, onde acontece o estreitamento das relações interpessoais. E reverberam para além das fronteiras do micro-espço, atingindo outras configurações. Como na metáfora das ondas provocadas pela queda da pedra na água, atingem diversos níveis e, ao encontrar outro personagem do poder, estabelecem-se alianças, conforme amigo ou estabelecem-se “batalhas”, conforme inimigo, perpetuando a

complexa rede de manutenção do sistema. Outras modalidades de manutenção e reprodução do sistema se atualizam a depender das dinâmicas locais de cada município ou sub-região da Chapada Diamantina. Por exemplo, na área de visitação turística, surgem agentes importantes ligados ao ciclo econômico permitido pela atividade turística: proprietários de agências de viagens, donos de hotéis, grandes pousadas, agências de automóveis e transporte aéreo, dentre outros.

Os tentáculos do mundo mercadológico alcançam cada vez mais comunidades que vivem relativo isolamento geográfico, disseminando novos desejos, atualizando práticas antigas. Vários fatores permanecem significativamente relevantes como a relação mando/obediência, o exercício discriminatório do mando, usos privado dos bens públicos, dentre outros. A existência de figuras centralizadoras, líderes políticos e/ou religiosos continua reproduzindo o coronelismo sob vários enfoques, não se restringindo somente aos proprietários de terras, mas outras formas de coronelismo que se complexificam, como: o médico, o delegado, o dono de uma importante mineradora ou um comerciante rico, dentre outros. Suas ações encontram ressonância na literatura antiga, através de características como: relações assimétricas de poder, mandonismo, crime de mando, apropriação dos bens públicos, dentre outros. O fenômeno coronelismo na região das caatingas da Chapada Diamantina, embora ganhando novos contornos, continua a reproduzir a “rede de favores”, cuja contrapartida é a “gratidão” pelos serviços prestados e pelo exercício da função pública.

2. EXPERIÊNCIAS DE CONVÍVIO COM O SEMI-ÁRIDO

“Corre menino, corre. Corre e joga a grinalda no fogo que eu vou ficar aqui rezando pra Santa Luzia derramar as águas dos seus olhos e nos livrar desse fogo devorador”⁸⁴.

O Professor Aziz Nacib Ab´Saber no Dossiê Nordeste Seco⁸⁵ assim define a região: “ o Nordeste Seco possui uma área total da ordem de 700 mil km², onde vivem 23 milhões de brasileiros – entre os quais, quatro milhões de camponeses sem terra – marcados por uma relação telúrica com a rusticidade física e ecológica dos sertões, sob uma estrutura agrária particularmente perversa. (...) é uma região sob intervenção, onde o planejamento estatal define projetos e incentivos econômicos de alcance desigual, mediante programas incompletos e desintegrados de desenvolvimento regional. E, por fim, revelando o caráter híbrido de seu perfil socioeconômico atual, combina arcaísmos generalizados com importantes elementos pontuais de modernização, tais como uma razoável hierarquização urbana, um bom sistema de rodovias asfaltadas que garante as ligações intra e inter-regionais, e uma rede de açudes, com diferentes possibilidades de fornecimento de água para áreas irrigáveis de planícies de inundação (vazantes).”

Trata-se de uma das regiões semi-áridas mais povoadas entre todas as terras secas existentes nos trópicos. Habita-se em todos os quadrantes⁸⁶ que compõem essa imensidão territorial. Seu uso e ocupação têm sido diversificados ao longo da história, de modo a observar a presença humana nas mais diferentes paisagens: ocupam-se as caatingas por entre morros e serras; o cerrado, os brejos, o agreste, as veredas e baixios, as vazantes e, posteriormente, reocupam-se as capoeiras. Por onde circula um fio de água, lá estão o homem e a mulher estabelecendo conexões com a natureza do lugar. E se a água por lá não passar, estarão lá o homem e a mulher em busca desse precioso líquido que perfaz a vida. Esse processo, conforme foi visto, é permeado por relações de poder que historicamente tem estruturado o mandonismo no Nordeste Seco do Brasil.

⁸⁴ Fala de uma moradora do povoado Pajeú, às margens da BR 242 que liga Salvador a Brasília. Pertence ao município de Oliveira dos Brejinhos. Os incêndios representam um dos maiores problemas para a população das caatingas.

⁸⁵ Aziz Nacib Ab´Saber. Dossiê Nordeste Seco. Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida. Estudos Avançados. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. vol.13, Número 36 – maio/agosto de 1999. Página 7.

⁸⁶ Ao percorrer as caatingas, o visitante pode ter a impressão de que se trata de um espaço pouco povoado. Basta um sobrevôo ao local para perceber que se habita em todos os lugares.

Pierson caracteriza a região⁸⁷: “ Entre os obstáculos naturais da região figuram o calor, o terreno arenoso e de trechos de cascalho e rochas, enchentes em certas ocasiões do ano, os agudos espinhos da vegetação da caatinga, as cobras venenosas, os insetos nocivos e, ao longo dos cursos de água, piranhas e jacarés. Na região desenrolou-se uma história de ocupação, inicialmente por ameríndios nômades; de descoberta, exploração e colonização européias; principal (mas não exclusivamente) de origem portuguesa; de contato entre os europeus e seus descendentes e os indígenas, seguidos de amalgamação e assimilação dos últimos, e sua dizimação por doenças ou conflitos armados, quando não sua expulsão cada vez mais para o interior adentro. Com os europeus vieram também, naturalmente, as instituições européias, sobretudo as existentes em Portugal nos séculos XVI e XVII incluindo a Igreja e o Estado; os animais de criação, principalmente o gado bovino, com o desenvolvimento subsequente de currais, mercados e trilhas de gado, pousadas e cidades que cresceram, em muitos casos, em volta destas últimas”.

O presente capítulo tem como objetivo central refletir sobre os modos de convivência com o Semi-Árido brasileiro ao longo do seu processo histórico de ocupação. Procura argumentar que é possível conviver com a natureza semi-árida, mesmo num contexto marcado por relações sociais construídas no arcabouço da herança do sistema coronelista. Para ilustrar os modos de convivência, apresenta a comunidade do Cercado, descrevendo suas características geográficas e seus saberes que historicamente os mantêm relacionados às tradições e memória. Apesar da comunidade vivenciar processos de corrosão e desarticulação, resultante das dinâmicas impostas pela modernidade a grupos que vivem relativo isolamento geográfico, continuam lutando pela manutenção de seu modo de vida, caracterizado pela estreita relação com a natureza semi-árida e profundo apego, afeto e enraizamento com a terra.

O Semi-Árido forjou-se a partir das dinâmicas ocupacionais discutidas no capítulo anterior, cuja estrutura de distribuição das terras originou grandes latifúndios improdutivos, fomentando relações assimétricas de poder, manifestas, por exemplo, através do fenômeno do mandonismo. A região tem sofrido intervenções governamentais pautadas na visão de terra improdutiva, culturalmente atrasada e fatigada pela ação climática das secas, inóspita à habitação humana. A ocupação das terras semi-áridas foi pautada em batalhas e duelos entre famílias rivais que guerreavam por terras e pelo estabelecimento do poder na região. Em torno dessas famílias poderosas reuniam-se pequenos proprietários de terras, escravos e negros forros, trabalhadores rurais e

⁸⁷ Donald Pierson. O Homem no Vale do São Francisco. Tomo III. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale São Francisco- SUVALE 1972. Páginas: 450-451.

trabalhadores sazonais. Os grandes proprietários de terras mantinham sob seu jugo essas famílias que lhes deviam cega obediência, quer por medo, quer por gratidão. Estas relações de poder permeiam o fluxo de ocupação dessas terras que ainda permanecem em mãos de poucos, acirrando a disputa por propriedades.

Desde os primórdios da colonização, a ação climática do Semi-Árido Brasileiro já preocupava a Coroa Portuguesa⁸⁸. No início da divisão das Capitânicas Hereditárias, a Coroa alimentava dúvidas em relação às potencialidades de exploração da região, não havendo, inicialmente, grande interesse na sua povoação. Esta idéia foi sendo aplacada quando se decidiu implantar a pecuária no Brasil, atividade que se prestava às imensas terras semi-áridas dos sertões secos, ao mesmo tempo em que serviu de apêndice da economia açucareira no litoral nordestino.

Segundo Villa⁸⁹: “o primeiro registro da ocorrência de seca nos documentos portugueses é de 1552, três anos após a chegada do primeiro governador-geral, Tomé de Souza. O jesuíta Fernão Cardim foi o primeiro cronista a descrever com mais detalhes o efeito de uma seca, ocorrida no século XVI, que atingiu até o litoral de Pernambuco: no ano de 1583, houve tão grande seca e esterilidade nesta província (cousa rara e desacostumada, porque é terra de contínuas chuvas) que os engenhos d’água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos 4 ou 5 mil índios. Porém, passado aquele trabalho da fome, as que puderam se tornaram ao sertão, exceto os que ficaram em casa dos brancos ou por sua, ou sem sua vontade”.

Historiando as secas, Villa⁹⁰ argumenta:

“No decorrer do século XVII houve seis grandes secas: 1603, 1605-1607, 1614, 1645, 1652 e 1692. No século XVIII ocorreram sete grandes secas: 1710-1711, 1721, 1723-1727, 1736-1737, 1745-1746, 1777-1778 e 1791-1793. A seca de 1723-1727, que atingiu todo o Nordeste, promoveu, além de desastrosos efeitos econômicos, o deslocamento das populações para as áreas menos afetadas pelo flagelo e o surgimento de pequenos grupos de bandoleiros, que acabaram marcando durante mais de dois séculos a história da região”.

De acordo com Josué de Castro⁹¹:

⁸⁸ Josué de Castro. *Sete Palmos de Terra e um Caixão- ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

⁸⁹ Marco Antonio Villa. *Vida e morte no sertão*. O autor citou Fernão Cardim. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1978. Página: 17.

⁹⁰ Marco Antonio Villa. *Vida e morte no sertão*. O autor citou Fernão Cardim. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1978. Página: 18.

⁹¹ Josué de Castro. *Sete Palmos de Terra e um Caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967. Página 193.

“Durante séculos, todos os problemas do Nordeste tinham sido reduzidos a um só grande problema: o das secas. O problema das secas considerado como fatalismo climático, contra o qual nada ou quase nada poderia fazer o homem. Daí o conformismo, a inércia, a ausência de quaisquer medidas tendentes a melhorar a situação das populações expostas ao flagelo. Só depois da seca de 1877, que segundo os anais da História matou de fome, de sede e de outros males epidêmicos, metade da população do Nordeste, é que o governo brasileiro tomou a iniciativa de realizar um plano, não de luta contra o flagelo da seca, mas de ajuda e de amparo aos flagelados da seca. Assim, foi criada a primeira Comissão Nacional de Estudos dos Problemas da Seca, que durante anos, de forma intermitente e bem pouco ordenada, dispensava uma vaga ajuda nas épocas de calamidades”.

Iniciam-se nesse período, ações de combate às secas, a maioria destinada a medidas paliativas que procuravam combater seus efeitos. Nesta época, ainda não se falava na idéia de convivência com a natureza semi-árida. Esta visão só pôde ser materializada a partir de autores importantes como o próprio Josué de Castro, Celso Furtado, Orlando Valverde, dentre outros de grande relevância. As idéias que antecederam esta visão entendiam o Semi-Árido como área que não deveria ser povoada por pessoas e sim destinada à pecuária extensiva e à lavoura canavieira.

As secas constituem um evento climático que faz parte das condições naturais das áreas semi-áridas. Em alguns períodos ocorre seu agravamento em decorrência de fenômenos como o aquecimento da água do Oceano Pacífico na porção ocidental da América, denominado de “*El niño*”. Vários foram os estudos para mapear e compreender a dinâmica das secas. O mais completo deles foi realizado em 1981 pela SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste⁹², que remonta a cronologia das secas desde o século XVI. O estudo destaca as principais secas: 1744, 1790, 1846, 1877 - 1879, 1915, 1932⁹³. Recentemente, os Sertões Secos da Bahia amargaram as grandes secas de 1972, 1979, 1982 e 1993⁹⁴.

⁹² Necessário se faz ressaltar que a concepção à qual a SUDENE foi criada leva em conta as complexidade da vida no Nordeste Seco do Brasil. Obra de Celso Furtado, teórico que muito se esforçou para dignificar a vida nos sertões secos, a SUDENE foi desvirtuada ao longo da história, usada pelo Estado para defender interesses dos latifundiários e coronéis do Nordeste.

⁹³ Josué de Castro. Sete Palmos de Terra e um Caixão- ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

⁹⁴ Diva Vinhas Nascimento Barbosa. Os Impactos da Seca de 1993 no Semi-Árido Bahiano: Caso de Irecê. Salvador: SEI, 2000.

Seca e devastação do meio ambiente andam lado a lado, uma alimentando a outra. Villa⁹⁵ observa que:

“Em 1796, o governo colonial criou o cargo de juiz conservador de matas com o objetivo de coibir “a indiscreta e desordenada ambição dos habitantes que tem assolado a ferro e fogo preciosas matas que tanto abundavam e já hoje ficam a distâncias consideráveis”. Assim, a chegada de uma seca encontrava o sertão absolutamente despreparado para resistir aos seus efeitos: a história acabava se repetindo, somente aumentando as proporções da tragédia devido ao crescimento populacional”.

Já nessa época havia preocupação com os efeitos nocivos das queimadas e derrubadas. Em 1859, Thomaz Pompeo publicou obra indicando que era necessário não só conservar o que restava das matas, mas tornava-se imprescindível restituir à natureza aquilo que lhe fora roubado. Em seu estudo *Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará*, descreve que:

“O pernicioso sistema de roteamento das matas, o incêndio dos campos no sertão, apressará o termo de completa ruína de nossa terra e deixará a nossos vindouros solidões e ruínas, e uma maldição eterna à nossa memória”. Para ele não “bastava mais somente conservar, e poupar como uma preciosidade as matas, que ainda restam, como um patrimônio de família, uma condição de existência da sociedade; é mister já hoje mais que uma virtude negativa, alguma coisa de positivo. Restituamos à natureza aquilo que nossa imprudência, ou nossos passados lhes tirou; ensaiemos a arboricultura no sertão, nas serras, por toda parte”⁹⁶.

No final do século XIX e início do século XX, o Nordeste Semi-árido viveu seus maiores períodos de Seca. Em 1909 foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, tendo à frente, como um dos mentores, Arrojado Lisboa. Iniciou-se a construção de grandes obras, de cunho eminentemente hidráulico, com a instalação de 124 estações pluviométricas e construção de açudes. Estas grandes obras tiveram inspiração na engenharia norte-americana, contando inclusive com a presença de engenheiros norte-americanos no desenvolvimento e implantação dos projetos.

A última grande seca na Chapada Diamantina se estendeu de 1997 a 1999, trazendo sérios prejuízos à região. O biênio 2005/2006 tem se comportado com pouca chuva, sendo que as chuvas que caíram na região, foram seguidas de

⁹⁵ Fernão Cardim. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1978. p 21. Em: Marco Antonio Villa. *Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora Ática, 2000. Página: 21.

⁹⁶ Thomaz Pompeo de Souza Brasil: “*Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará*. Fortaleza, Fundação Waldemar Alcântara, 1997.p.5 e 23. Em: Marco Antonio Villa: *Vida e Morte no Sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora Ática, 2000. Página: 23.

vendáveis, destruindo as plantações. De dezembro de 2005 a fevereiro de 2006, quase não choveu nas caatingas da Chapada Diamantina. As roças de subsistência e as plantações extensivas de milho e feijão foram dadas como perdidas, de modo que não se encontravam produtos locais nas feiras. Os mantimentos, leguminosas e verduras vendidas nas feiras, são trazidos de áreas irrigadas ou de áreas ribeirinhas do São Francisco. As feiras que costumam ser um evento alegre, onde as pessoas trocam experiências, revêem os amigos, cantam, dançam, acabam se tornando um espaço de lamento e tristeza.

Aziz Nacib Ab'Saber⁹⁷, discute que a produção de conhecimento sobre o Nordeste Seco tem sido pautada em equívocos e imprecisões conceituais sobre a natureza semi-árida:

“Das velhas e repetitivas noções do ensino médio – herdadas um pouco por todos nós – restaram observações pontuais e desconexas sobre o universo físico e ecológico do Nordeste seco. Sua região interiorana sempre foi apresentada como a terra das chapadas, dotada de solos pobres e extensivamente gretados, habitada por agrupamentos humanos improdutivos, populações seminômades corridas pelas secas, permanentemente maltratadas pelas forças de uma natureza perversa. Muitas dessas afirmativas, como ver-se-á, são inverídicas e, sobretudo, fora de escala, constituindo o enunciado de fatos heterogêneos e desconexos, por um processo de aproximações incompletas”.

O Dossiê Nordeste Seco, acima referido, atenta para a necessidade de se deter com propriedade ao conceito de espaço regional. Devido à sua complexa formação natural, a região abrange áreas de agrestes, caatingas, serras úmidas, baixios e brejos, indicando a necessidade de estudos aprofundados nessas particularidades regionais. Somente após mapeamento completo dessas áreas é que se conhecerá em profundidade a potencialidade de cada ecossistema. A visão do Nordeste seco como uma unidade, como se não houvesse possibilidade de cultivo agrícola e produção agropecuária diversificada dificultou o conhecimento das principais vocações da região, bem como o aproveitamento das práticas tradicionais na lida com a terra. Atualmente, tanto as universidades públicas do Nordeste quanto os técnicos dos governos estaduais e das organizações da sociedade civil que atuam na

⁹⁷ Aziz Nacib Ab'Saber. Em: Dossiê Nordeste Seco. Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida. Estudos Avançados. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. vol.13, Número 36 – maio/agosto de 1999. Página 8.

região procuram conhecer melhor os dinamismos humanos e naturais da área onde atuam, visando a ações mais eficazes e menos paliativas. Entretanto, como foi afirmado, a chamada problemática do nordeste esteve vinculada até pouco tempo à questão climática que de certo modo ainda vigora em parte das políticas destinadas à região, reverberando também no modo como o Brasil vê o Nordeste Seco.

Conviver com as secas periódicas tem sido de fato um grande desafio para os sertanejos pobres, não maior do que os desafios enfrentados pela perversa estrutura de terras que os coloca em desvantagem diante das relações de poder que historicamente dominaram o Nordeste seco. As formas como homens e mulheres sertanejos têm lidado com a problemática da seca passam por questões importantes como a constituição de fluxos migratórios em busca de trabalho, o enfrentamento da fome e da sede e a construção de alternativas para permanecerem na região. A experiência de migrar é relatada como evento doloroso, decisão a ser considerada em último caso, quando não há outras possibilidades de enfrentar a situação. Ao menor sinal de redução do drástico quadro provocado pelas secas, retornam para ocupar seu espaço. Atualmente têm sido intensificadas as formas de enfrentar o problema, diminuindo a vulnerabilidade nos períodos de seca prolongada, a exemplo da experiência das cisternas de placas, que será comentada ainda neste capítulo. Depoimentos demonstram essa preocupação:

“A pior seca que a gente já viveu aqui na região foi a seca de 1932. Faltava de tudo: alimento, água, os animais morriam de fome e doença. Gente também morria. Os mais fracos não resistiam. Para conseguir algum alimento a gente tinha que sair daqui, ir para o São Bento tentar tomar umas cuias de farinha emprestado. Às vezes chegava lá e não conseguia nada porque os de lá também estavam passando fome. Aí a gente voltava e tentava em outros lugares. E tinha que fazer estas caminhadas a pé, fraco e sem resistência nenhuma.”⁹⁸

“Já amargurei muita fome. Já comi as sementes de milho e feijão que eu reservava para plantar. Não tinha nenhuma opção. Comi e dei para os meus filhos comerem para não morrerem de fome. Aí sentei no tamborete e chorei. Foi duro! Não gosto de lembrar dessas coisas. Fico triste!”⁹⁹

“Em 1976 eu saí daqui num pau de arara. Fui para o Mato Grosso tentar a sorte por lá. Trabalhei cinco meses e quando tive notícias das primeiras águas eu voltei correndo. Foi a pior coisa que aconteceu na minha vida. Dia e noite eu pedia a Deus que me levasse de volta pro meu torrão. Ficava sonhando que havia morrido e que me enterraram lá mesmo no Mato Grosso. Acordava e chorava. Rogava a Deus para poder voltar pra minha terra porque terra

⁹⁸ C. T. T., 86 anos, morador da comunidade do Riacho Frio.

⁹⁹ M.L.S., 56 anos, moradora da comunidade do Cercado.

como essa não há. Basta um pingo de chuva e você riscar o chão e jogar um bom milho e feijão que já brotam e dão safra de qualidade”.¹⁰⁰

“A dor da fome é a pior dor que existe porque chega uma hora que você já não sente mais nada. Só pede a Deus que lhe leve! Mas hoje em dia ninguém passa fome. Só passa fome aquele sujeito parado, que não serve pra nada. Não sabe trabalhar e não sabe pedir auxílio ao governo. Quando a fome aperta você tem que botar a boca no mundo. Não pode ficar parado”.¹⁰¹

“Eu sei que aqui nesta caatinga parece que não tem nada. Você olha pra estes matos e parece que está tudo morto. Mas não é bem assim. Eu saí daqui pequena. Fui pra São Paulo e lá eu fui criada. Fiz de tudo lá: trabalhei como empregada doméstica, como lavadeira e passadeira. Até em coisas dos outros eu mexi. Roubei umas besteiras e aí eles queriam me prender. Corri e vim embora para cá com meu marido. Pegamos essa casa velha do meu avô e aí estamos morando. Ninguém tem trabalho, por isso que quando a situação me aperta, caço no mato. Pego preá, teiú, tatu, fogo pagô e codorna e aí eu vendo e também a gente come. Mas quando chove aí a gente planta e faz a festa. Aqui é bom. Eu já me acostumei com esse silêncio no meio do mato”.¹⁰²

1. O BIOMA CAATINGA E O RISCO DA DESERTIFICAÇÃO

De acordo com Nilo Bernardes¹⁰³:

“A região das caatingas abrange, praticamente, toda a área dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte; quase todo o sudeste do estado do Piauí; a maior parte do leste dos estados da Paraíba, de Pernambuco, das Alagoas e de Sergipe; a maior parte de todo o interior da Bahia e até mesmo uma apreciável porção do extremo norte do estado de Minas Gerais.

As caatingas constituem-se como o único bioma exclusivamente brasileiro, cobrindo a décima parte de todo o território nacional. Nem toda a área que compreende as caatingas é dominada pela semi-aridez. O professor Aziz Ab’Saber¹⁰⁴ fala em caatingas no plural, para ressaltar o caráter de diversidade natural desse bioma e critica a noção cristalizada de área improdutiva e de menor valor. Adverte o autor, que as caatingas se diferem de outras áreas, assim como suas sub-áreas diferem entre si, devido à disposição e o arranjo nos espaços, das espécies vegetais. Não há homogeneização de paisagem,

¹⁰⁰ J.L.S., 48 anos, morador da comunidade do Cercado.

¹⁰¹ J.M.S., 46 anos, moradora da comunidade da Vereda.

¹⁰² A.S.P., 32 anos, moradora de uma roça nas Queimadas. Sua casa fica distante das outras casas do povoado. Situa-se no meio de uma grande parte de caatinga que ainda permanece preservada.

¹⁰³ Nilo Bernardes. Dossiê Nordeste Seco. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, volume 13, número 36 – maio/agosto 1999. Página: 69.

¹⁰⁴ O professor Aziz Nacib Ab’Saber, tanto em suas palestras, entrevistas, quanto no conjunto de sua obra, analisa criticamente a visão clássica do Semi-Árido Brasil, tido como um clima inadequado, impróprio à vida humana, cuja pobreza natural, impossibilita seu desenvolvimento e sustentabilidade.

como acreditavam muitos, assim como não há distribuição pela paisagem de um tipo específico de espécie animal, quer réptil, anfíbio, mamífero ou ave.

O caráter de semi-aridez de uma região é determinado por fatores de origem climática, hídrica e fitogeográfica, como baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo das precipitações ao longo dos anos; prolongados períodos de carência hídrica; solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto geoquímico (solos parcialmente salinos, solos carbonáticos) e ausência de rios perenes.¹⁰⁵

O que não significa dizer que, por ser semi-árida, a região das caatingas seja pobre em biodiversidade, tornado-se inadequada ao convívio humano. Ao contrário, as caatingas são ricas em espécies vegetais e animais, abrigando uma riqueza de vida animal, vegetal e humana. Em seus domínios vivem cerca de 23 milhões de pessoas.

O termo caatinga, origina-se do tupi-guarani e quer dizer mata branca. Durante o período das secas, a vegetação se embranquece, dando aspecto cinzento à área, o que para aqueles que a desconhecem, acaba sugerido se tratar de uma região onde a vegetação está morta. Durante muito tempo, havia consenso de que as caatingas eram áreas pobres, em todos os sentidos, exemplo de lugar inóspito, habitado por pobres humanos, condenados à miséria das secas. A idéia ficou cristalizada na literatura acadêmica e romanceada durante muito tempo, pois as caatingas são as áreas menos estudadas de todas as áreas que compreendem o território brasileiro.

A presença de árvores como jurema alta denuncia a proximidade das caatingas, assim como o pereiro, o pinhão bravo, o marmeleiro, a favela e suas abundantes folhas cobertas de espinhos. Os cactus são os mais comuns, assim como as bromélias. A jurema, predominante, destaca seus espinhos que ao lado dos mandacarus e xique-xiques constituem desafios para vaqueiros e

¹⁰⁵ Aziz Nacib A'Saber. Dossiê Nordeste Seco. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, volume 13, número 36 – maio/agosto 1999.

pastores de cabras. Seu traçado entrelaçado parece constituir um tabuleiro de xadrez, onde o xeque-mate é dado quando se chega num pontilhão de onde nada passa, a não ser pequenos animais como preás, tatus, teiús e outros lagartos. Até para o cachorro, fiel companheiro de lida, não há como trafegar.

Numa área de cerca de uma cinco tarefas, por exemplo, há a gradação de ambientes, da caatinga mais seca para uma zona intermediária ou tabuleiros como são conhecidos, onde há mata rasteira, carnaúbas, marmeleiro, pinhão e malvas. Essa é uma área muito útil de onde se retiram fibras para tecer cordas; madeira de qualidade para madeirar casas. As flores estão presentes por todo lado: acácias, umbuzeiros, favelas, umburanas e outras árvores que produzem resinas, cujo aroma pode ser percebido de longe quando o vento sopra. Aliás, as caatingas têm seu cheiro próprio, uma mescla de aroma das flores silvestres, com o almíscar forte de resina de terebintina. Esse cheiro vive impregnado em meu nariz. Parece algo indescritível. Às vezes fico anos sem ir para lá, mas quando vou, basta um soprar de brisa leve e o cheiro vem tão fresco que parece nunca ter saído de lá.

“O xique-xique, roliço e se esgalhando encostado ao chão; o facheiro alto, com seus numerosos ramos apontados para o céu e o celebrado mandacaru, ereto e simples, com uma ou outra ramificação. Há ainda mortos como o quipá ou palmatória de espinhos e o coroa-de-frade, pequena bola rasteira. Das bromélias, a mancambira é a espécie mais difundida, mas há certas áreas em que é particularmente numeroso o caroá, muito importante economicamente pois sua fibra se presta à industrialização. Quando o porte arbóreo domina a paisagem, ou mesmo quando árvores correm esparsas, as espécies mais repetidas, entre outras, são o angico, a baraúna, a aroeira, o umbu, a quixabeira, o bonome, ou o juazeiro, de particular significação para os homens e para os animais, por ser a única árvore que conserva sua copa frondosa durante o ano¹⁰⁶ .

As caatingas brasileiras são cenários únicos. Quando em períodos de seca, seus arbustos e folhagens formam tons de prata acinzentada no chão. Para quem não conhece a região, parece se tratar de vegetação morta. Aliás, muitos acham que está tudo morto, quando na verdade está percorrendo vida por entre todos os cantos. Da caatinga, retiram-se quase todos os recursos necessários para a vida no lugar. Entretanto, esta tem sofrido a ação devastadora, correndo risco de desertificação. Ações desordenadas e

¹⁰⁶ Nilo Bernardes. As caatingas. Dossiê Nordeste Seco. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, volume 13, número 36 – maio/agosto 1999. Página 71.

predatórias têm sido empreendidas tanto por parte do poder público ao realizar obras faraônicas de barragens e açudes quanto por parte da população local que não possui um plano de manejo adequado às caatingas.

A idéia da caatinga, veiculada pela mídia, como um único lugar, normalmente inadequado, ruim, de difícil adaptação, não corresponde à realidade dos diversos quadrantes que compõem esse bioma. Muito mais do que as espécies vegetais acima descritas, as caatingas se constituem como um emaranhado de vida fluindo por toda parte. Durante muitos anos, foram carregadas de adjetivos negativos, uma área de menor valor. Após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada Rio 92, é que os primeiros passos puderam ser dados, a partir da construção de um documento intitulado *Agenda 21*¹⁰⁷, onde o risco da desertificação pôde ser discutido não só como um problema das áreas áridas, mas também das semi-áridas e das áreas sub-úmidas secas, como mata dos cocais e os cerrados. Assim, o Brasil começa a olhar para o problema como um risco real resultante da devastação e dos efeitos das atividades de agricultura extensiva e intensiva, da pecuária e da mineração, que historicamente têm assolado os solos caatingueiros. Antes deste período, as caatingas também eram vistas com preocupação. Muitos estudos foram paralisados ou suas atividades diminuídas em função da Ditadura Militar, sendo resgatados a partir da segunda metade da década de 80. A partir de então, as caatingas começam a ser vistas com cautela e preocupação.

Após a Rio 92, grupos regionais de trabalho, voltaram aos seus lugares de origem, motivados em pensar intervenções mais precisas sobre os dilemas locais. Inicia-se então, uma longa jornada, composta por organizações não governamentais e organismos governamentais, como a EMBRAPA, o Ministério do Meio Ambiente e Programa Nacional da Biodiversidade. Entidades engajadas na luta em defesa da caatinga somaram suas forças,

¹⁰⁷ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Gestão dos recursos naturais: subsídios e elaboração da Agenda 21 brasileira. Coordenação: Maria do Carmo de Lima Bezerra, Márcia Maria Facchina, Vítor Alexandre Bittencourt Sucupira. Brasília, DF: Consórcio TC/BR-Funatura, 2000.

realizando seminários, encontros, pesquisas e debates, colocando como ponto principal a necessidade urgente de se conhecer as caatingas em todas as suas dimensões, identificando áreas prioritárias para conservação, bem como áreas degradadas para recuperação.

Ademais, foram criadas redes articulando os diversos agentes interessados no problema, como a ASA – Articulação do Semi-Árido, o grupo Caatinga e outros. Essas redes somaram esforços para criar, por exemplo, o maior número possível de áreas protegidas dentro do bioma. Parques Nacionais, Áreas de Proteção Ambiental e outras Unidades de Conservação foram pensadas como alternativas para frear a destruição. Apesar dos esforços, pouca área foi efetivamente criada, devido a falta de vontade política, esbarrando nos entraves burocráticos e questões fundiárias que acabaram por inviabilizar as unidades de conservação.

Por não exibir a beleza cênica das florestas tropicais, as caatingas são vistas como áreas de menor valor, tanto econômico, quanto de biodiversidade. Estudos importantes antecederam à formulação de estudos mais específicos sobre o problema da degradação das áreas semi-áridas brasileiras. Dentre eles, destacam-se aqueles realizados por: Orlando Valverde¹⁰⁸, José de Vasconcelos Sobrinho¹⁰⁹, Manuel Correia de Andrade¹¹⁰, dentre outros. Seus estudos permitiram avanço no conhecimento sobre o tema, culminando em estudos desenvolvidos pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido e mais enfaticamente com a publicação, em 2003, de um estudo realizado pela Universidade Federal de Pernambuco, objetivando começar a compreender um pouco mais as caatingas: *“Ecologia e Conservação das Caatingas”*¹¹¹, é um

¹⁰⁸ Ver principalmente: Orlando Valverde. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1985.

¹⁰⁹ Ver principalmente: José de Vasconcelos Sobrinho. O processo de desertificação do Nordeste. Brasília: Senado Federal, 1976.
José de Vasconcelos Sobrinho. Desertificação do Nordeste brasileiro. MRC/Universidade Federal Rural de Pernambuco. Estação Ecológica de Tapacura. São Paulo: Padilha Inds. Grafts. Ed, 1982.

¹¹⁰ Ver principalmente: Manuel Correia de Andrade. Condições naturais e sistemas de exploração da terra no estado de Pernambuco. São Paulo, Boletim Paulista de Geografia, n.44, páginas: 63-84,1967.

¹¹¹ Ecologia e Conservação das Caatingas. Editores Inara R. Leal, Marcelo Tabarelli e José Maria Cardoso da Silva. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

estudo sem precedentes na história do Brasil. Pela primeira vez, uma equipe de 33 pesquisadores une esforços para estudar, catalogar e mapear os padrões de biodiversidade das plantas, peixes, répteis, anfíbios, aves e mamíferos das caatingas, apresentando um conjunto de propostas para a conservação desse bioma. O estudo representa um grande avanço, dado que pouco se conhecia sobre a região e o parco conhecimento existente corroborava a visão de uma região pobre em biodiversidade.

Faltam, entretanto, estudos aprofundando o modo de vida humana nos domínios das caatingas, seu convívio com o semi-árido, de modo a que se supere a dicotomia homem/natureza e os clássicos estudos que destacam o modo de vida exótico da população da região, enfatizando seu “caráter messiânico”, sua “gênese violenta” ou sua “face conformista”.

Na Chapada Diamantina, a atividade erosiva provocada pela mineração, pelos garimpos de diamante, atingiram o leito dos rios, deixando o solo sem cobertura vegetal. A presença de dragas, trabalhando noite e dia, revolvendo o solo em busca do diamante, alterou drasticamente o frágil ecossistema da região. Os rios tiveram seu curso desviado, tanto pela atividade mineradora, quanto para fins de irrigação de propriedades privadas. De acordo com Geovani Seabra¹¹², não há um só palmo de terra na Chapada que não tenha sido revolido pela ação predatória do garimpo.

A degradação acompanhou os diferentes tipos de exploração. O garimpo de ouro feito de forma artesanal, nos primórdios do processo civilizatório da região, deixou marcas do seu impacto, que se intensificaram, conforme o acesso a tecnologia de exploração mineradora. Após a decadência das lavras diamantinas, os estragos resultantes da mesma atividade são visíveis e difíceis de serem revertidos.

¹¹² Geovanni de Farias Seabra. Do Garimpo aos Ecos do Turismo: o Parque Nacional da Chapada Diamantina. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

Os efeitos da pecuária extensiva, aliados à criação desordenada de caprinos, marcaram o desmatamento da região, deixando grandes clarões abertos nas caatingas. As queimadas provocadas pela prática da coivara e tanto o incêndio criminoso como o acidental devastam, todo ano, áreas importantes do território chapadeiro, principalmente dentro do Parque Nacional da Chapada Diamantina. A expansão das pequenas cidades, intensifica o desmatamento e a caça predatória. A agricultura de subsistência e o manejo incorreto dos solos, em áreas de ecossistema frágil, como os brejos, por exemplo, colocam em risco as nascentes de riachos, olhos d'água, corredeiras e rios da região.

Uma das maiores ameaça que paira sobre a vida de quem habita as caatingas, intensificando os problemas ambientais é o fogo intenso que devora a rala vegetação nos períodos de seca. O medo que paira nas mentes dos seus habitantes é algo presente em pelo menos seis meses do ano, em espaçamentos entre os períodos das cheias. Cessada sua ação destruidora, resta a ação restauradora...e a vida continua.

Possuidor de ação dupla, vida e morte, destruição e nascimento, o fogo vem restaurar, queimar a rala camada de arbustos e capim seco, fazendo renascer das cinzas outras espécies de vegetação caatingueira que outrora viveram por ali. Os incêndios são quase sempre provocados pela prática da coivara, ainda praticada nas roças da grande maioria da população das caatingas da Bahia. Em poucos casos, são provocadas por crianças quando brincam de cozinhado ou mesmo por um adulto descuidado. Existem ainda incêndios criminosos e incêndios naturais causados pela combustão de determinadas plantas como a canela d'ema, por exemplo. Os incêndios criminosos provocados por disputas de terra são feitos normalmente por vizinhos que, deliberadamente, desejam prejudicar aquele que está em propriedade da terra, objeto da disputa. Estes incêndios normalmente não são investigados e, quando o criminoso é descoberto, não é punido. O crime não é visto com gravidade, o que dificulta a coibição do delito. Os crimes relacionados à natureza não são tratados com a devida importância pelas autoridades locais e mesmo quando o IBAMA aparece na região com o intuito de apreender gaiolas de pássaros que serão vendidos clandestinamente ou desmantelar armadilhas para animais,

colocadas por caçadores do lugar, as autoridades locais riem, zombam dos fiscais, evidentemente, às suas costas. Não há preocupação da população local, com relação à finitude dos recursos naturais. Acreditam que a natureza nunca se esgotará. Daí decorrem as principais dificuldades em empreender programas relacionados à preservação dos recursos da natureza.

O medo e o horror diante do fogo não eliminam sua face familiar que retornará no próximo período de seca, mas mesmo seu lado mais prejudicial não esconde a face útil à vida no lugar. Trata-se de um fenômeno tanto natural quanto humano, existente nas caatingas, cuja ação desencadeia uma série de reações, culminando tanto na destruição que gestará vida num período próximo, quanto na destruição que deixará seqüelas na natureza e nas pessoas do lugar. Quando o ciclo da vida recomeça, a natureza recicla paisagem e corações.

Mas a atividade com maior poder de devastação foi levada a cabo pelas grandes mineradoras, principalmente nos municípios de Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos e Boquira. Utilizando-se de maquinário pesado, sem a realização de diagnóstico de impacto ambiental, elas perfuram serras, descampam áreas, assolam rios, derrubam morros em busca de mármore azul, quartzito, quartzito e outras rochas. Os efeitos nocivos da mineração industrial são visíveis a olho nu e, ao se aproximar desses municípios, o visitante defronta-se com o resultado da ação predatória: serras cortadas ao meio, pedras revolvidas, áreas descampadas, imensos clarões abertos. Atividades como essas intensificam o risco de desertificação das caatingas, pois seus impactos são enormes e não há plano de manejo sustentado que preveja, num prazo razoável, a recuperação das áreas degradadas.

A criação de Unidades de Conservação, como o Parque Nacional da Chapada Diamantina, a Área de Proteção Marimbus-Iraquara, e outras, não são suficientes para recuperar o que já foi degradado. Necessário seria que, tanto as organizações não governamentais que trabalham a questão ambiental, quanto os organismos governamentais, se apropriassem da questão, realizando em curto prazo uma intervenção precisa, baseada em estudos

consistentes que pudessem subsidiar ações. Ademais, na área que tange aos domínios das caatingas, por serem afastadas e não apresentarem interesse de visitação turística até o momento, não têm despertado o compromisso das autoridades dos Governos Estadual e Federal, no que se refere à preservação ambiental e recuperação das áreas degradadas. Até mesmo áreas importantes para a investigação científica como os sítios rupestres são tratadas como uma área qualquer, sem nenhuma preocupação com o patrimônio deixado pelos habitantes ancestrais. No âmbito municipal, prefeitos e vereadores não demonstram preocupação com esta questão, uma vez que ações como essas não despertam visibilidades que se traduzam em votos. Desse modo, essas áreas seguem sem qualquer planejamento ou preocupação com sua finitude e impactos causados pelas ações mineradoras. Até o momento não se ventila qualquer preocupação, pois a idéia presente é a de que a natureza é infinita e não se esgota nunca, portanto, pode ser usada de qualquer modo porque existem muitas áreas para serem exploradas. Num futuro breve começarão a sentir os impactos de suas ações. Algumas localidades já sentem esse impacto através da escassez da água. Povoados como Vereda, Cercado e São Bento, antes áreas de brejo com nascentes e corredeiras abundantes, hoje dependem de água de localidades vizinhas, tamanha foi a destruição causada pela mineração com maquinaria pesada.

Atualmente a devastação da vegetação caatingueira segue a passos largos, sem muita preocupação por parte tanto das autoridades competentes quando da população com os possíveis impactos que isso pode causar. Para parte da população que sobrevive dos frutos que a natureza proporciona resta explorar os poucos recursos que sobram.

2. A VIDA NO SEMI-ÁRIDO: DO COMBATE AO CONVÍVIO

Há pouco menos de uma década, falar do semi-árido brasileiro equivalia a afirmar que homem e natureza estavam em lados opostos, separados pela ação climática. A natureza semi-árida das caatingas significava que o homem que por lá habitasse seria condenado ao atraso de uma vida difícil, regada por muito sofrimento.

Celso Furtado¹¹³ contesta essa idéia. Como um dos mais dedicados pesquisadores do Nordeste do Brasil, inclusive das áreas semi-áridas dos sertões, afirma que não se pode abandonar a região a pretexto da natureza de parte de seu território. Se bem compreendido e estudado, o Nordeste pode revelar sua natureza de riquezas, garantidora da sustentabilidade da região.

Furtado passou a vida estudando o Nordeste e sua vasta obra¹¹⁴ mostra um conhecimento sólido acerca da região, assim como preocupação em responder aos seus desafios. Foi um dos idealizadores da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, órgão do Governo Federal, responsável pelo estudo, acompanhamento e gestão de recursos para o Nordeste e, como tal, foi um dos precursores da noção de convivência com o semi-árido.

Além dele, autores como Francisco de Oliveira, Aziz Ab'Saber, Manuel Correa de Andrade, Josué de Castro, Milton Santos e outros¹¹⁵, realizaram estudos questionando a postura, vigente até então, do Nordeste Seco como área impossível de se tornar produtiva e sustentável. Gradativamente, suas posições ganham destaque não só nas universidades, mas também influenciam ações cotidianas de técnicos responsáveis por programas do Governo e setores da Igreja Católica. A partir do final dos anos oitenta, com a disseminação das organizações não governamentais que trabalhavam com o Semi-Árido, essas idéias ganham força e começam a fazer parte das discussões e ações nas pequenas comunidades localizadas nos mais diferentes lugares do Nordeste Seco do Brasil.

Estava implantada a semente do convívio com o semi-árido. A natureza passava a ser vista não como uma inimiga causadora de sofrimento, mas uma

¹¹³ Celso Furtado. *Seca e Poder*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1998.

¹¹⁴ Ver principalmente: *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959; *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959; *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 1 (1), dezembro, 1981; *Brasil: a Construção Interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 e *O Longo Amanhecer*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

¹¹⁵ Ver também: Josué de Castro. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; Josué de Castro. *Sete Palmos de Terra e um Caixão – ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

aliada capaz de vencer os obstáculos colocados por séculos de exploração irresponsável e exercício discriminatório do mando. Essa nova relação com a natureza permitiu que temas tabus como a escravidão, a dizimação de povos indígenas e a perversa estrutura de terras, passassem a ser debatidos e correlacionados com o coronelismo, o clientelismo e o voto de cabresto. Na Chapada Diamantina, durante as reuniões de associações de moradores e de trabalhadores, nas comunidades eclesiais de base, nas reuniões da Igreja e em outros espaços, começou a ser possível colocar na ordem do dia tais assuntos agora pensados a partir da necessidade de soluções locais.

Surgem, com isso, idéias como o Projeto Fundo de Pasto, cujo objetivo central era a busca da sustentabilidade das comunidades caatingueiras, através da criação coletiva do bode, animal de fácil manejo na região, por requerer pouca água e que se alimenta da rala cobertura vegetal que existe. Foram feitas roças coletivas e no fundo do pasto era destinada uma faixa de terra, de propriedade coletiva, onde era criado o bode. O manejo, beneficiamento e venda dos subprodutos eram também realizados de forma coletiva. Queijos de cabra, doce de leite de cabra, couro, leite, carne e outros subprodutos passaram ser feitos e vendidos com relativo sucesso. A cerca é a inimiga número um do bode, pois este precisa de amplo espaço para pastagem, o que era favorecido pelo Projeto Fundo de Pasto.

Decorridos mais de 15 anos do início do Projeto, que teve financiamento do Governo do Estado da Bahia e organismos internacionais de fomento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, restam pouco mais de três comunidades que ainda trabalham com o sistema fundo de pasto, adaptando-o às novas demandas e realidade do mercado. Apesar de não ter havido aumento do número de comunidades beneficiadas pelo Projeto, aquelas que passaram pela experiência desenvolveram uma percepção de si muito diferente das demais. O associativismo, a cooperação e o espírito de coletividade foram estimulados e aplicados no cultivo, beneficiamento e venda dos produtos obtidos da terra.

Se por um lado, a experiência trouxe uma série de benefícios para a região, por outro lado, acirrou a já complicada disputa por terras, causando conflitos que culminaram com a morte de um importante líder, militante político e técnico do Governo do Estado da Bahia, no final da década de 80, no município de Oliveira dos Brejinhos. Ocorreu, também, manipulação política pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, que passaram a administrar os fundos de modo discriminatório, privilegiando aliados políticos. Reproduziu-se, desse modo, o tão combatido sistema de troca de favores que assola a região. Essas constatações são fruto da convivência continuada que tive com a região e seus moradores desde 1996.

Outros projetos importantes puderam ser realizados na região, como a oficina de lapidação, coordenada pela ong Grupo Jatobá de Ação Ambiental, objetivando capacitar jovens para a confecção de artesanato com pedras, projeto ambiental de reciclagem de garrafas *pet* em Palmeiras, artesanato em Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, dentre outros.

A ação da Igreja Católica, através da Cáritas Brasileira e Pastoral da Terra criou o Projeto *Água de Chuva*¹¹⁶, para construir cisternas de placa que armazenam a água da chuva. Esse Projeto associou-se ao Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais, presente em toda a região. Além disso, várias frentes foram abertas para realizar campanhas pela convivência com o Semi-Árido Brasileiro, que tem surtido efeito em nível regional, na área da Chapada Diamantina.

Com um custo baixo, não atingindo R\$ 650,00, a cisterna de placa¹¹⁷ tem sido uma solução para os períodos de seca mais prolongada. Percebeu-se que o problema central da região era que existiam muitas barragens, mas quase

¹¹⁶ Consultar o seguinte material: *Água de Chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido brasileiro*. Cáritas Brasileira, Comissão Pastoral da Terra, Fian/Brasil. São Paulo: Paulinas, 2001.

¹¹⁷ Ver panfleto sobre as cisternas de placas produzidos pela ASA – Articulação do Semi-Árido e também no site: www.asa.org.br.

todas construídas em áreas privadas, beneficiando grandes proprietários de terra. Assim, a idéia da cisterna foi democratizar o acesso a água de qualidade, mas vai além da questão da água, procurando promover a transformação social através da mobilização da sociedade, da capacitação técnica e do controle social¹¹⁸. Seus ganhos se estendem para processos de socialização, incentivando as trocas solidárias e modos associativos de trabalho. O momento de construção das cisternas acaba sendo um importante exercício de cidadania e participação, pois na maioria das comunidades elas acabam sendo construídas de forma coletiva.

Outras soluções para o problema de convivência com o semi-árido foram apontadas por vários pesquisadores. O mais relevante deles talvez seja o estudo organizado por Aziz Nacib Ab'Saber, no Dossiê Nordeste Seco, publicado pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Nesse documento são apontadas soluções importantes, como o aproveitamento dos *brejos*, o uso dos umbuzeiros e juazeiros, além da ênfase que é dada ao processo de educação das crianças da região, procurando inseri-las nos conhecimentos tradicionais dos povos das caatingas, no que tange à exploração dos recursos vegetais, como plantas medicinais, recursos minerais e animais. É notória a importância dos brejos na vida cotidiana, não só por ser uma importante fonte de água, mas por produzir alimentos que não podem ser produzidos em outras áreas, funcionando como um celeiro para as áreas secas.

A Chapada Diamantina é rica em brejos, sendo os mais importantes os de piemonte ou pé-de-serra que ocorrem no município de Oliveira dos Brejinhos, Boquira e Brotas de Macaúbas e os marimbus, áreas pantanosas, na região de Andaraí, Lençóis e Palmeiras. A palavra brejo se refere aos solos pantanosos ribeirinhos, áreas encharcadas, terreno pantanoso e rico em matéria orgânica. “O roteiro de aplicações da expressão *brejo* no espaço sertanejo parece ter sido mais complicado. De início, o tema foi usado para designar alveolares encharcadas, existentes em

¹¹⁸ Ver folheto explicativo da ASA – articulação do Semi-Árido: construindo cidadania no Semi-Árido brasileiro.

serras úmidas sob a forma de *vales suspensos* ¹¹⁹. Posteriormente foi usado para designar áreas encharcadas, com presença de água abundante. Os brejos se constituem em espaços fundamentais na produção de alimentos, como mandioca, feijão, mangaba, caju, mamão, hortaliças, verduras, cana de açúcar e muitos outros, além de ser o habitat natural da palmeira conhecida como buriti da qual se pode extrair uma série de produtos.

Nos povoados do Cercado e da Vereda, por exemplo, plantam-se uma variedade de produtos agrícolas alimentares, como pequi, mangaba, manga, quiabo japonês, mandioca para produzir farinha, tapioca ou polvilho e beijus de vários tipos, além de diversas hortaliças, servindo de zona de abastecimento regional. Os brejos dessas comunidades são faixas estreitas de terras, contendo nascentes de riachos, córregos e olhos d'água. No passado a potencialidade desses brejos era explorada de modo ordenado pela população local. Com a chegada de grandes mineradoras, a água se rarificou, estabelecendo com isso, enorme dependência da água encanada de outras localidades.

Há que se estudar as diferentes potencialidades dos brejos, para sua preservação, ampliando e diversificando seu uso, de modo sustentável, permitindo atividades que não se adaptam às áreas mais secas. Por ter ecossistemas diferentes em cada um dos seus quadrantes, a Chapada Diamantina apresenta rico potencial natural e pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

Para exemplificar processos de convivência com o semi-árido, na luta cotidiana pela vida, relato a seguir o caso da comunidade do Cercado, cuja complexidade dos seus ecossistemas frágeis, aliada à exploração maciça de grandes mineradoras ¹²⁰, somam-se aos desafios impostos pelo mandonismo que traduz em práticas como o voto de cabresto e a gratidão. Desafios que intensificaram o fluxo migratório nos anos setenta e oitenta, início da ameaça

¹¹⁹ Aziz Nacib A'Saber. Dossiê Nordeste Seco. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, volume 13, número 36 – maio/agosto 1999.

¹²⁰ Mendes Júnior foi a primeira mineradora atuante na região em meados da década de oitenta. Seguida da Conservice e Rossits.

de desarticulação do estilo de vida comunal que garantia sua sobrevivência. Vivendo relativo isolamento geográfico, o Cercado manteve-se até pouco tempo, distanciado das conseqüências produzidas pela modernidade a grupos com esta característica. A comunicação com espaços urbanos produziu trocas e intensificou a porosidade das fronteiras capitalistas, provocando modificações e atualizações nos desejos, no sistema de crenças e no modo de vida local. A convivência com a natureza era pautada numa relação simbiótica de dependência, respeito e uso dos seus recursos, principal aliada na luta pela sobrevivência. Atualmente, a comunidade do Cercado vive profundo processo de desarticulação, colocando seus habitantes no epicentro do vazio existencial provocado pela perda da magia do mundo. Procuram rememorar lembranças de um tempo que consideram rico, carregado de qualificadores positivos, onde os cerimoniais e as festanças povoavam o vale da serra do Cigano, irmanando os pequenos povoados, roças e comunidades.

Para sistematizar a apresentação da comunidade do Cercado, convencionou-se realizar a seguinte sub-divisão: primeiro estabelecer as características geográficas da comunidade, frente ao fato de viver relativo isolamento devido à natureza da sua localização – situa-se num estreito vale. Em seguida estabelecer um panorama histórico de seu fluxo ocupacional, detendo-se cuidadosamente nas memórias daqueles que lá vivem e também daqueles que migraram para São Paulo e para o Mato Grosso. A apresentação da comunidade continuará no capítulo 3, onde serão aprofundadas questões como processos de sociabilidade, religiosidade e trabalho.

3. APRESENTANDO A COMUNIDADE DO CERCADO

3.1. SOBRE A GEOGRAFIA E A HISTÓRIA DO CERCADO

A localidade do Cercado situa-se em cima da serra do Cigano, no município de Oliveira dos Brejinhos, região semi-árida da Chapada Diamantina, margeando a trilha cavaleira que dá acesso ao Rio São Francisco. Sua área abrange parte caatinga, parte tabuleiro, brejo de pé de serra e uma parte diminuta de mata alta, constituindo assim uma complexidade de ecossistemas, com animais,

vegetação e rochas diversificadas, formando diferentes paisagens ao longo da trilha que dá acesso ao lugar. Até início dos anos noventa, a única forma de se chegar ao Cercado era a pé ou utilizando montaria em animais. Com a chegada de firmas de mineração que exploram o mármore azul e o quartzo, foi aberta uma estrada de terra, no lado leste da serra, para facilitar o acesso aos garimpos e aos povoados.

Antes da construção desta estrada, os povoados situados na serra do Cigano viviam relativo isolamento. Para aqueles que de lá nunca tinham saído, a estrada possibilitou que conhecessem carros, motos e tratores. Dois anos após o início da construção da estrada, uma rede de encanamento de água passou pela localidade, servindo de abastecimento para as áreas onde as firmas se instalaram. Em março de 2006 a energia elétrica chegou à serra, beneficiando os povoados: Cercado, Tapera e São Bento.

O acesso à subida da serra do Cigano dá-se via povoado do Riacho Frio que se situa ao pé da serra, distando cerca de seis quilômetros da sede do município. A subida a pé ou a cavalo ainda é feita por este caminho, embora a grande maioria ainda prefira ir de carro ou moto, quando tem acesso a estes meios de transporte. Para a população local, que não possui transporte motorizado, a alternativa continua sendo a montaria em animais e também a caminhada. No caminho, logo ao sair da sede do município, o viajante depara-se com a caatinga rala, coberta de arbustos secos, jurema baixa, cabeça de frade e palma. Conforme vai se aproximando do pé da serra, vêem-se palmeiras: são coqueiros da bahia e dendê. As árvores da caatinga começam a ficar mais altas, as juremas aumentam de tamanho, surgem preás, teiús, aves como o pássaro preto, alma de gato, fogo pagô e outras. Os juazeiros são frondosos e vê-se de longe um vale verde que se esconde ao pé da serra. Já chegando às primeiras casas do Riacho Frio, as mangueiras, goiabeiras, coqueiros, pés de jatobá, cana-de-açúcar e capim estão presentes nas roças dos fundos das casas e, conforme se aproxima do centro do povoado, ouvem-se o barulho do riacho e das corredeiras. O verde está presente por todos os lados, tanto nos quintais das casas, quanto dentro delas. As pessoas gostam

de cultivar plantas e hortaliças. O clima é ameno e a brisa traz orvalho e gotículas de água, conforme o vento sopra mais forte.

“Mas o Riacho Frio já foi frio mesmo. Aqui você tinha que andar de blusa de frio porque o clima era baixo. Hoje em dia as águas já estão ficando mais raras. O povo desmata na cabeceira do riacho, aí a água vai acabando. Hoje tem água encanada, mas tempos atrás cada um tinha uma bica no quintal de casa e a água era de fartura, aliás, tinha fartura em tudo. Era muita fruta, muita manga e caju, muita melancia nas roças e tinha hortaliças o ano todo. Hoje em dia as coisas facilitaram por um lado porque tem carro e transporte e aí você chega rápido em Brejinhos, mas está mais difícil porque a natureza não tem mais a mesma fartura. Riacho Frio já teve sua era de ouro. Já teve grande comércio, com feira e tudo. Aqui paravam todos que subiam esta serra para alcançar o São Francisco. Hoje só tem este banho aí que atrai as pessoas que vêm aqui se divertir, mas muitos também não conservam a natureza do lugar. Jogam caco de garrafa pra menino cortar os pés e quando tem festa é um mundaréu de bêbado. Não sei onde a gente vai parar”¹²¹.

O Riacho Frio é uma importante localidade para a economia do município, pois é um dos poucos que produz frutas e hortaliças na região, além de concentrar um pólo de lazer, contendo piscinas de água natural e riachos, onde a população do município e de municípios vizinhos para lá se dirige nos feriados e dias de festejo. O que outrora abrigava um importante pólo comercial, com a presença de hospedarias para romeiros, caixeiros viajantes, tropeiros e aventureiros, hoje está significativamente menor tanto em expressividade regional quanto em número de habitantes, uma vez que grande parte das famílias possui moradia dupla, ou seja, durante a semana permanecem na cidade de Oliveira dos Brejinhos, onde trabalham e estudam e nos finais de semana voltam para o povoado em busca de lazer e também para cuidar das roças e das casas. Desse modo, Riacho Frio tende a se tornar um lugar de veraneio e descanso.

No início da trilha que sobe a serra, pés de tabuleiro, jatobás, buritizeiros e coqueiros cedem lugar a árvores altas, frondosas de tronco grosso. No solo, entrecortado por riachos e corredeiras, no descambar da serra, está uma faixa estreita de mata alta que margeia o riacho que corre no pé da serra. Esta faixa diferenciada na serra vai dando lugar ao tabuleiro com pés de caju silvestre, mangaba, manguba, umburana de cheiro, pau pereiro e outros. A terra avermelhada, aos poucos, vai cedendo lugar ao barro preto e úmido. Nas partes mais secas, há areia branca e fininha com a presença de canela d'ema

¹²¹ J. B. S. morador do Riacho Frio.

e outras bromélias, além de orquídeas. Conforme o viajante vai se aproximando das primeiras casas do Cercado, uma corrente de vento sopra mais forte, amenizando o clima e trazendo o cheiro peculiar do lugar: uma mistura do odor do barro encharcado, típico de brejos com o cheiro das flores silvestres abundantes na área: são flores de mangaba, caju silvestre, canela d'ema e outras. Após passar por uma estreita faixa seca, com areão branco que encobre as patas dos animais, o viajante depara-se com um pequeno córrego que atravessa a estrada. Normalmente o animal ali pára para beber água. Ocasão em que o viajante também pode ser beneficiado com a água fresca que corre de uma pequena bica. Ele já está bem próximo das primeiras casas, quando as frondosas mangueiras e juazeiros tornam o lugar mais verde. O vale se estreita e há sombra por todos os lados.

As casas normalmente são afastadas uma das outras. Quando são próximas, uma situa-se à margem esquerda e a outra à margem direita da trilha. As melhores casas são feitas de adobe, rebocadas e pintadas de branco com tabatinga. As janelas são de madeira e normalmente não são pintadas. Existem cercas nos quintais, separando criatórios de animais como: cavalos, jumentos, burros, ovelhas, porcos e galinhas. Geralmente nos fundos da casa há um forno para assar doces como avoador e peta; a cozinha é separada do restante da casa, feita com troncos de madeira, pois a fumaça produzida pelo fogão à lenha ficaria difícil de ser dissipada se a cozinha fosse fechada com paredes. As chaminés são feitas de flandres a partir de lata de óleo e querosene. Em algumas casas ainda é usada a trempe para cozinhar, principalmente nas casas feitas de enchimento, onde normalmente moram as pessoas mais pobres. Os utensílios são de barro, pois o Cercado, a Tapera e São Bento possuem forte produção de cerâmica, usada tanto para o consumo próprio como para a comercialização. As mulheres fazem botijas e potes para armazenar água para beber e preparar alimentos; fazem também pratos, panelas, gamelas e tachos. Trabalham com o barro há gerações, sendo o ofício transmitido de mãe para filha. Também confeccionam utensílios a partir da madeira e do pau do buriti. Constroem bancos, cadeiras, camas, gaiolas para criar animais, recipientes para armazenar cereais e sofás. A madeira mais utilizada é a umburana, pois é de fácil manejo e presta-se à fabricação de

prato, colher de pau, gamela e outros. Os produtos industrializados são mais raros, mas os mais comuns encontrados são: fogão a gás, que normalmente não é usado, pois o gás é caro, sendo geralmente usado como móvel de decoração, na sala, enfeitado com uma toalha bordada e um jarro com flores artificiais; usam também rádio de pilha, sintonizado em AM para ouvir o programa do Zé Bétio, locutor paulista de grande sucesso na região; bicicleta, incrementada com decoração diversa; quadros de santos e fotografias das pessoas mais velhas da família.

Cerca de dois quilômetros após passar nas primeiras casas do Cercado, o viajante finalmente chega ao centro da localidade, onde existem cinco casas próximas umas das outras. Os moradores antigos contam que o Cercado já teve sete casas próximas, mas duas delas caíram e seus moradores não quiseram reerguê-las no mesmo lugar, mudando-se para a roça um pouco mais distante. O centro do Cercado é a área mais aberta do estreito vale da serra do Cigano. Possui parte terras embrejadas, onde normalmente planta-se arroz, hortaliças, frutas e feijão de arranca e cultiva-se o buritizeiro; na parte mais seca, planta-se mandioca, a mais importante fonte de renda da população do lugar.

No vale existem morros pequenos e formações rochosas com cavernas, grutas, onde se descobriram sítios arqueológicos relevantes, como o Sítio Arqueológico da Pedra Furada¹²², já catalogado por equipes de arqueólogos da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Estadual de Feira de Santana, além de outros sítios desconhecidos da comunidade científica como o Morro de Geraldo e outros em roças mais distantes. A população local desconhece a importância dos sítios arqueológicos como registro histórico de população remota que viveu na região, o que dificulta a preservação do patrimônio. Nos sítios mais distantes como o do Morro de Geraldo, há crença local que se trata de um lugar “encantado”, coberto de ouro, mas amaldiçoado. Ainda permanece intacto por ser um lugar que não é freqüentado pelas pessoas, que temem “os poderes que lá existem”. Dizem que, aqueles que se

¹²² O Sítio tem o nome de Pedra Furada devido a uma enorme fenda existente na pedra principal.

atreveram a desafiar o encanto, voltaram de lá assombrados. O Cercado seria povoado por entidades mágicas, habitado por assombrações que reforçam e legitimam práticas de feitiço: quem tem o saber de “botar feitiço nos outros” tem o poder e o domínio sobre as pessoas.

No Cercado não há escola, igreja nem cemitério. As crianças que freqüentam até a quarta série precisam se deslocar para a localidade da Tapera, cerca de 5 quilômetros de distância. O lugar gira em torno da casa de farinha cujo uso é coletivo embora seja de propriedade privada. A própria lida na casa de farinha depende de uma série de pessoas para sua produtividade. Obedecendo ao ciclo da plantação da mandioca e do buriti, a localidade tece sua economia de subsistência, auxiliada pelos benefícios oferecidos pelos programas sociais do Governo Federal e pela aposentadoria rural.

As áreas de transição, compreendendo desde as adjacências da serra do Cigano até sua diversidade paisagística, evidenciam a complexidade natural que, segundo Ab' Saber¹²³, perfaz parte do território semi-árido: *serras úmidas, baixios e brejos*.

“Um *brejo* é sempre um enclave de tropicalidade no meio semi-árido: uma ilha de paisagens úmidas, quentes ou subquentes, com solos de matas e sinais de antigas coberturas florestais, quebrando a continuidade dos sertões revestidos de caatingas. É evidente que isso só ocorre em determinados sítios, como serras e encostas de maciços que captam a umidade de barlavento, piemontes com acumulações detríticas retentoras de água, agrupamentos de nascentes ou fontes (designadas *olhos d'água*), encostas ou sopé de escarpas, bordas de chapadas, bolsões aluviais de planícies alveolares (*baixios*) e setores de vales bem arejados por correntezas de ar marítimo (*ribeiras* e vales úmidos)”.

O uso do termo brejo para a população local indica solos pantanosos, com presença abundante de água. Desse modo, conforme se vai aproximando da localidade do Cercado, nota-se a presença do brejo em algumas roças cercadas. Os brejos se localizam não apenas próximo à serra, mas também em área descampada. Os moradores mais velhos relembram que, até por volta da década de oitenta, havia árvores altas no local, indicando a presença de ações de devastação do meio-ambiente:

¹²³ Aziz Nacib Ab'Saber. Em Dossiê Nordeste Seco. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Volume 13 – nº 36 – Maio/Agosto 1999. Página 17.

“No tempo de antigamente aqui tinha uns pés de pau alto, com muito galho. Era pereiro, jatobá, manguba, manga e tanta coisa, mas aí a gente foi cortando, foi morrendo e hoje não tem mais nada. Só este descampado com essa biquinha de água. Nem parece mais o Cercado de outrora.”¹²⁴

Seguindo a trilha, após o Cercado, o viajante depara-se com a Tapera, povoado com cerca de dezoito casas. No trajeto, aos poucos, a vegetação vai se tornando mais seca e rala. O brejo dá lugar à terra vermelha e seca, as fontes e bicas d'água rareiam, até que se chega à Tapera, localizada fora do vale, em área descampada. O povoado possui uma escola com séries múltiplas, onde estudam alunos de seis a 12 anos, uma pequena Igreja de Nossa Senhora Aparecida, construída há menos de um ano, além de uma venda que comercializa desde cachaça, cereais, rapadura até produtos industrializados como bolachas, óleo de soja, querosene, pilha, vela, agulha, linha e comprimidos para dor de cabeça. Há um importante cemitério, onde são sepultadas as pessoas do lugar e de outros povoados, como o Cercado. Além de plantarem mandioca, feijão, cana-de-açúcar e milho, criam gado e porcos, sua principal fonte de subsistência.

Após passar pela Tapera, o viajante anda pela trilha, que cada vez mais seca, sobe a serra em direção ao São Bento, destacado povoado da região. Com cerca de quarenta casas, algumas espalhadas por entre a serra, o São Bento destaca-se no município como importante produtor de farinha de mandioca, feijão, milho, cana-de-açúcar, além de seu rebanho bovino. Conta com um comércio razoável, com vendas e mercadinho. É o ponto de concentração da atividade mineradora do município, sendo que parte da população trabalha para as empresas de mineração. Abriga também os empregados dessas empresas que são de fora do lugar, além de garimpeiros que se aventuram nos garimpos de cristal de rocha.

Ao seguir a trilha em direção ao Rio São Francisco, o viajante vai se deparar com vários outros povoados, alguns ainda pertencentes ao município de Oliveira dos Brejinhos, outros pertencentes ao município de Boquira e outros ao município de Paratinga, onde finalmente alcançam o Rio São Francisco. A

¹²⁴ Dazinha, 72 anos, moradora do Cercado.

trilha principal usada pelos tropeiros, passava pelo rio Santo Onofre até alcançar o São Francisco. Posteriormente, outras trilhas foram abertas no intuito de encurtar o caminho para a passagem de romeiros.

3.2. UM PASSEIO PELA HISTÓRIA ORAL: DOS PRIMEIROS HABITANTES AO FLUXO MIGRATÓRIO DA DÉCADA DE SETENTA

O tropeiro João Nicolau, por volta da década de quarenta do século XVIII, percorrendo os caminhos deixados pelos primeiros bandeirantes, após cochilar por longo período, extraviou-se da trilha principal e acidentalmente deparou-se com terras embrejadas em plena área semi-árida da Chapada Diamantina, Alto Sertão do São Francisco. O tropeiro buscava chegar ao São Francisco de onde conduziria o gado vindo da região de Jacobina. As novas terras descobertas foram batizadas por ele como “terra dos brejos”, para onde se mudou com a família, trazendo consigo parte dos trabalhadores que o auxiliavam. Desse modo, inicia-se o processo de ocupação das terras pertencentes ao município de Oliveira dos Brejinhos.

Estas terras embrejadas situavam-se próximas a três serras principais, uma vizinha à outra, e também de outras elevações menores, como morros. Com a necessidade de alcançar o Rio São Francisco, os primeiros moradores começaram a explorar as serras e logo descobriram uma passagem para o rio via serras do Cigano e Alazão, desembocando no Paulista e alcançando o Velho Chico em Paratinga. Já no final deste mesmo século, as famílias Coimbra e Brito se deslocam da região de Macaúbas para estas áreas. Outras famílias somaram-se a elas com o intuito de estabelecerem seus domínios para a criação de gado. Desse modo, em meados do século XVIII a estrada do Alazão para alcançar o Rio São Francisco já era conhecida na região, servindo de atalho para aqueles advindos da região de Lençóis, Mucugê, Brotas de Macaúbas e outras áreas. O ponto de início da trilha pela serra começava com a localidade do Riacho Frio, onde construíram um barracão para hospedar tropeiros e caixeiros viajantes. Após o Riacho Frio, a próxima parada da trilha era o São Bento. No trajeto, havia uma grande área embrejada, rica em nascentes, corredeiras, córregos, com muitas frutas silvestres como mangaba, araticum cagão, puçá, pequi, cagaita, multa de tabuleiro, fruta da palma, caju

silvestre, gravatá, buriti, bacu pari, jatobá, manga e outras. A área foi povoada no início do século XIX, por viajantes que lá passavam e sentiam-se atraídos pela beleza das formações rochosas e pela abundância de água e frutas. À nova localidade deram o nome de Cercado, situada à beira da trilha de viajantes que iam em busca do São Francisco. O nome Cercado refere-se ao fato de ser cercado por serras, um pequeno vale embrejado que acolheu algumas famílias. Outras famílias se estabeleceram ao longo da trilha em áreas fora do vale, mas em todo o trajeto que circundava a busca pelo Rio São Francisco. Uma das localidades mais antigas desse trajeto é São Bento, cujo povoamento foi quase que concomitante ao do Riacho Frio, por ser ponto de pouso de tropeiros e viajantes.

A tradição oral conta que por haver muitos homens e poucas mulheres no lugar, os casamentos eram difícilíssimos. Para resolver a escassez feminina, eles iam para o mato “caçar” mulheres índias para se casar. Muitas eram pegas no laço, após serem acuadas por cachorros. Eram trazidas para o povoado onde eram obrigadas a contrair matrimônio com os homens do lugar. Contam que muitas vezes os homens da tribo vinham resgatá-las, mas sem sucesso, pois seus opositores os detinham com armas de fogos e cães ferozes.

Não há registros sobre os grupos indígenas que habitavam aquela área específica da Chapada Diamantina. A população do lugar os nomeia *muribecas*. São achados freqüentemente pela população local fragmentos de cerâmica, ossos, cachimbos de barro, armas de madeira e outros artefatos. Acredita-se pertencerem a tais grupos existentes nas serras, mas não foram feitos estudos sistemáticos sobre o assunto. Esses achados muitas vezes são destruídos pela própria população que não vê neles importância ou valor histórico. Pierson¹²⁵, com base na literatura e na coleta de informações junto à população, cataloga uma série de grupos indígenas que margeavam o São Francisco, mas não se refere especificamente a essas áreas.

¹²⁵ Donal Pierson. O Homem no Vale do São Francisco. Tomo II. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE, 1972.

Seguindo o caminho para o São Francisco, a partir do município de Oliveira dos Brejinhos, o viajante iniciava a subida da Serra do Cigano a partir do Riacho Frio. Cerca de uma légua depois ele alcançava o Cercado, depois a Tapera e finalmente o São Bento. Normalmente pousava por lá. No dia seguinte partia pela Serra do Alazão, chegando ao Mourão, depois na Borroca, alcançando a ladeira da Quixaba e o carrasco do Paulista, Volta da Serra de onde era possível ver o Velho Chico. Esse trajeto economizava dias de viagem sob o sol escaldante das caatingas descampadas até chegar a Bom Jardim, onde hoje é Ibotirama.

É a partir desse fluxo de andanças que surge a localidade do Cercado, cuja densidade demográfica permaneceu quase inalterada desde então. No início do século XX, lá moravam as famílias de Silidone, de Romana, de Alvina, todas oriundas das famílias pioneiras. Por volta da década de quarenta, o Cercado se tornava um importante pouso de romeiros que iam cumprir promessas e visitar o santuário do Bom Jesus da Lapa, utilizando a mesma trilha outrora aberta pelos primeiros bandeirantes e tropeiros. Os romeiros, boiadeiros e tropeiros pousavam na casa de Alvina, que construiu um rancho para abrigá-los. Ela oferecia comida, bebida, doces, como avoador, cocada, peta e tijolo de buriti. Vendia também cachaça e raízes de plantas medicinais, como papaconha que servia para dor de barriga e cólicas; a unha d'anta; e feixes de dandá que era usado dentro da cachaça, além de vender sabão de decoada que ela mesma fazia. Os romeiros vinham de longe, de todos os lugares da Bahia: desde a região de Cafarnaum, até Jacobina, Lençóis, Mucugê e outras áreas. Nesta época, lá moravam mais de cem pessoas, distribuídas em cerca de vinte famílias¹²⁶.

Para os atuais moradores, o Cercado teve sua época de ouro até meados da década de oitenta quando muitos ainda permaneciam por lá. Na década de setenta, parte da população migrou para trabalhar na lavoura e nos garimpos do Mato Grosso. No final da década de oitenta, o destino era São Paulo, em busca de emprego na construção civil.

¹²⁶ Estes dados foram fornecidos pela memória dos moradores atuais. Não há registro desses números. Trata-se de números aproximados e sem precisão.

3.3. MEMÓRIA E PROCESSOS MIGRATÓRIOS

As narrativas colhidas tanto com moradores do Cercado quanto com pessoas que migraram para São Paulo ilustram momentos da trajetória dos que foram tentar a sorte em outras paragens, como Mato Grosso e São Paulo. A esperança de enriquecer nos garimpos ou obter um bom emprego na construção civil arrastou muitas vidas para fora do Cercado.

No início da década de quarenta do século XX, iniciou-se o fluxo migratório de pessoas das serras do Cigano, do Riacho Frio e Chapada do Arroz para Mato Grosso em busca de trabalho nos garimpos de ouro e na lavoura. Nesta região, o primeiro migrante de que se tem notícia foi o “*finado*” Jerônimo. *“Todo ano ele vinha passar os festejos do Senhor Bom Jesus na Chapada do Arroz para participar da cavalgada. Jerônimo, todos os anos chegava na festa e fazia grande sucesso, pois tinha boa aparência, cheirava bem, gastava dinheiro pagando bebidas e tira-gosto para os amigos. Com muitos dentes de ouro na boca, encantava as mulheres, até que um dia se apaixonou perdidamente por Hilda, filha da Velha Alvina”*¹²⁷, uma espécie de líder do Cercado. Alvina, casada com José Luís de Souza, mais conhecido por Nê, homem pacato, franzino que obedecia cegamente às ordens da mulher. Hilda tinha 14 anos e ainda nem se interessava por rapazes, mas sua mãe acertou o casamento para dois anos depois. Ela ficou esperando o noivo. Nesse tempo de espera não podia ir a lugar algum sem a companhia do pai ou da mãe. Ela já havia sido prometida a Jerônimo que era considerado o melhor partido da região e não podia ter nenhum comportamento que a desabonasse, senão o noivo romperia o compromisso. Após dois anos, Jerônimo veio se casar. Trouxe todo o enxoval: coisas boas e caras, feitas com muito capricho. As encomendas que por carta ele havia feito às pessoas da região, como o vestido de noiva, por exemplo, foi feito pela melhor costureira do lugar. Casaram-se em cerimonial considerado de luxo, com muita festa, bebida e comida para todos. Logo após o casamento foram morar no Mato Grosso, mais precisamente numa localidade chamada Grotão que fazia parte do município de Dom Aquino, local onde o noivo morava. Lá chegando, Hilda demorou a se acostumar à vida

¹²⁷ E. L. S. moradora do Cercado.

de casada e de vez em quando Jerônimo a flagrava brincando de boneca no cafezal com outras crianças da vizinhança. Ele então a levava para casa, reclamava do seu comportamento e pedia às vizinhas que lhes dessem conselho. Pouco depois, ela engravidou e ele a trouxe para passear no Cercado. Alvina, sua mãe, fez uma promessa para o Bom Jesus da Lapa para que ela tivesse um bom parto. Jerônimo envia Hilda do Mato Grosso para o Cercado quando ela estava no sétimo mês de gravidez. Na hora do parto mandaram chamar a Velha Virgilina que chegou, fez suas orações, massageou a barriga de Hilda e logo descobriu que se tratava de gêmeos. O parto foi muito difícil, Hilda sofreu bastante e sua mãe intensificou a promessa ao Bom Jesus da Lapa. Após muito trabalho, ela deu a luz a um casal de gêmeos. As crianças nasceram saudáveis e foram crescendo. Enquanto isso, muita fofoca corria entre o Cercado e o Grotão no Mato Grosso, falava-se que a Velha Alvina, mãe de Hilda, não aceitava mais que sua filha voltasse para o Mato Grosso. Sem avisar, Jerônimo veio e hospedou-se em uma localidade vizinha, a Chapada do Arroz. A Velha Alvina mandou chamá-lo e assim que ele chegou e viu os filhos emocionou-se, chorando copiosamente. Soltou uma dúzia de fogos para comemorar e providenciou uma festança que se estendeu por dias. Após cumprir a promessa em Bom Jesus da Lapa, voltaram ao Mato Grosso, levando Valdim e Marina, irmãos de Hilda. Inicia-se nesse período, o fluxo migratório mais intenso da região para o Mato Grosso em busca de trabalho nos garimpos de ouro e também na lavoura.

Algum tempo depois a situação no Cercado ficou muito difícil, devido à falta de chuva que obrigou as pessoas a comerem as sementes destinadas à plantação. Com isso a fome se intensificou e Justino, irmão de Hilda viu-se obrigado a ir em busca de trabalho no Mato Grosso. Juntamente com outros homens da localidade do Carrapato, viajaram por dias, usando todo tipo de transporte, desde o lombo de animais até caminhões pau-de-arara. Ao se aproximarem da área do Grotão, avistaram numa estrada de terra uma mulher que pensaram se tratar de Marina. Justino ficou pensando: “ *_ como essa mulher se parece com Marina!*” Mas achou impossível tamanha coincidência e resolveu não falar nada. Ela também pensou que aquele rapaz se parecia com o irmão e resolveu perguntar. Os dois irmãos se abraçaram e choraram com muita

emoção. *“Marina viu a situação do irmão, com todos os dentes estragados, restando alguns cacos na boca. Assim que ele descansou da longa viagem, o levou a Dom Aquino para extrair os dentes¹²⁸”*. Logo Justino arrumou trabalho e sempre mandava cartas para o Cercado chamando a mãe e o pai para irem embora para o Mato Grosso, mas a mãe não queria. A Velha Alvina dizia: *“só saio daqui a alma. Enquanto puder ir resistindo continuarei por aqui”*. Os filhos chamavam, prometiam coisas e nada. *“Aí Justino que trabalhava com umbanda, fez um forte trabalho para sua mãe ir pro Mato Grosso, ajudado por Sulino. Os espíritos abaixaram em Justino e confirmaram que a Velha Alvina iria sem demora. Sem dar explicações, ela resolveu partir. Foi uma semana de despedida, gente indo de todo os lugares da serra para se despedir dela, com festejos, rezas e choro. Como era muito querida na região, esperou muita gente chegar de longe para se despedir. Alguns traziam produtos da região como tapioca, beijus, avuador, tijolo de buriti, enquanto outros traziam vidros de perfume pela metade, porque já haviam usado, pois perfume era algo raro comprado longe ou ganhado de parente que morava na cidade grande¹²⁹”*. Mesmo com tantos festejos ela dizia: *“se eu morrer no Mato Grosso minha alma não se salva. Eu quero morrer no Cercado”*. Seu marido, o Velho Nê cantava lamentos: *“Oh! Alvina! Oh Alvina!”*. Dias após se despedir de todos os amigos, Alvina parte para Mato Grosso juntamente com seu esposo, dois filhos e um neto. Após sua ida, outros parentes também partiram em busca de *“recursos”* pra viver, muitos foram *“tocar roça de feijão e mandioca e outros foram arriscar a sorte no garimpo de diamante e ouro. Muitos de lá nunca retornaram, morrendo nos garimpos de Serra Pelada”*.

Partiam em busca de melhoria das condições de vida, fugindo da fome e da seca e acabaram encontrando miséria, mais fome e pobreza. Foi o caso de uma das filhas da Velha Alvina, a finada Zilda, que se suicidou bebendo cândida. Era alcoólatra e *“era possuída por espírito ruim de prostituição. Seduzia os homens ruins. Não gostava de ninguém bom. Ficou grávida cedo. Ninguém sabia o que ela tinha, que espírito que era, mas a mãe trancava a porta e o espírito destrancava. Quando estava no Cercado só melhorava quando Zé Rodrigues¹³⁰ batia o ramo nela. Zé Rodrigues usava do pretexto de ir rezar ela nos córregos e aí se aproveitava dela. Ia para as cabeceiras dos córregos e se aproveitava dela. Se aproveitou foi de muitas moças!¹³¹”*

¹²⁸ M. L. S., moradora do Cercado.

¹²⁹ E. L. S. moradora do Cercado.

¹³⁰ Zé Rodrigues, importante curador da região.

¹³¹ D.S., moradora do Cercado.

Zilda faleceu no Mato Grosso num dia chuvoso. Como a família não tinha dinheiro para removê-la para a cidade mais próxima onde tinha um cemitério, ela foi enterrada numa roça, *“numa terra encharcada, num matagal na roça dos outros, pois eles ainda não possuíam terras próprias”*. Todos da família têm um sentimento de dor por causa deste fato. Recentemente seu filho que mora em São Paulo foi até lá para roçar o local onde o corpo está enterrado. Fincou uma cruz, plantou algumas flores, mas gostaria mesmo de remover os ossos para enterrar em um cemitério.

A opinião da maioria dos moradores do Cercado é que aqueles que tentaram a sorte no Mato Grosso voltaram muito pior do que foram. A pobreza e a loucura tomaram conta de quase todos. O Neto Gildásio que foi com a Velha Alvina, quando os avós adoeceram e ficaram inválidos, teve que parar de estudar para tomar conta deles. Lavava, passava, cozinhava e cuidava da roça e dos animais, único sustento deles. Seus dentes apodreceram, ficou fraco, doente e, assim que seus avós faleceram, mandou pedir dinheiro para os parentes que ainda restavam no Cercado para comprar a passagem e voltar. Após viver por um ano no Cercado decidiu ir para São Paulo, onde mora até hoje. Chico, seu irmão que foi tentar a sorte nas roças de Mato Grosso, após trabalhar na lavoura de cana-de-açúcar e mandioca, enlouqueceu, indo parar num asilo, onde ficou internado por quase um ano. No manicômio em Rondonópolis permanecia amarrado com as mãos para trás até que seus irmãos que moravam no Cercado e em São Paulo puderam enviar dinheiro para tirá-lo de lá e encaminhá-lo de volta ao Cercado, onde permanece trabalhando na lavoura até hoje, juntamente com seus filhos e esposa. As marcas das cordas ainda estão em suas costas e em seu pulso. Não gosta de falar sobre este evento em sua vida. Zezão, outro morador do Cercado que foi tentar a sorte no Mato Grosso também não se deu bem. *“Ele e a finada Joana foram tentar a vida por lá, já no meio do caminho sofreram um acidente no pau-de-arara que os levava, sobreviveram, mas lá chegando Zezão teve uma crise dos nervos e ficou louco”*¹³². Não demorou muito e retornou ao Cercado. Lá permaneceu até o início dos anos noventa quando migrou juntamente com Joana para São Paulo, onde encontrou praticamente toda a família que já havia partido tempos atrás.

¹³² G. L. S. hoje reside em São Paulo.

Toda família da região da serra do Cigano possui uma história de tristeza vinculada ao processo migratório quer para São Paulo quer para o Mato Grosso. Sabem que embora a maioria das experiências tenham sido negativas, ainda permanecem alimentando o sonho de migrar e ir em busca de melhores recursos de vida. Para aqueles que retornaram do processo migratório, esta é a última das alternativas viáveis, embora não a descartem em períodos de seca prolongada. Esta dinâmica de ir e vir marca significativamente os modos de vida no interior da comunidade cujos intercâmbios com outros lugares fornecem elementos importantes na configuração dos territórios imaginários e no cotidiano local.

O capítulo procurou trazer à tona discussões sobre os modos de convivência com a natureza semi-árida, enfatizando que há vida fluindo por todos os lugares. Procurou discutir que é possível conciliar a convivência com a diversidade de ecossistemas que fazem parte do Semi-Árido brasileiro, com os saberes tradicionais que sua população vem construindo ao longo da história de povoamento da região. A conciliação destas dimensões tem sido feita de modo relativamente simples e harmônico por parte das comunidades locais. O exemplo da comunidade do Cercado ilustra sua relação com a natureza, onde retiram dela o que precisam para a sobrevivência, em contrapartida, criam-se elementos sobrenaturais que protegem os lugares mais intocados e frágeis do ecossistema caatingueiro. Elementos estes, seriamente ameaçados pelo avanço da fronteira capitalista que dissolve e desarticula grupos que vivem em relativo isolamento geográfico, indicando que é iminente a perda da magia do mundo, condição necessária à manutenção das crenças e tradições.

O Cercado, assim como outras localidades da região, tem vivenciado fluxos migratórios que se intensificam ou se retraem. No caso específico do Cercado, este fluxo iniciou-se a partir da década de quarenta. Talvez uma das possibilidades de análise desse fenômeno esteja na interlocução entre as condições materiais de busca pela sobrevivência e as condições imateriais de busca pela atualização dos desejos trazidos pela sociedade de consumo.

Um *complexum* de fatores entrelaçados, como a busca por melhores condições de vida, a fuga da fome e miséria, a estrutura de distribuição das terras produtivas, cuja propriedade está em poucas mãos, aliados ao despertar de novos desejos e anseios, trazidos na “bagagem” de viajantes que usavam a trilha cavaleira, somou-se às dificuldades impostas tanto pela geografia do vale chapadeiro quanto pelas relações senhoriais de dominação e mandonismo possivelmente intensificou este fluxo migratório que, nas décadas de setenta e oitenta, tornou-se intenso. Dados resgatados a partir da memória dos habitantes da comunidade indicam que até o final da década de sessenta moravam no Cercado e roças vizinhas cerca de cem pessoas distribuídas em aproximadamente quarenta famílias distintas. Nos anos oitenta este número já se encontrava significativamente reduzido, contando com cerca de sessenta moradores. Atualmente, residem aproximadamente quarenta pessoas, distribuídas exatamente em nove famílias.

Dados do IBGE sobre o município de Oliveira dos Brejinhos apontam que na década de oitenta residiam um total de 18.340 habitantes, sendo que 15.546 pessoas moravam na zona rural e 2.794 pessoas moravam na zona urbana, ou seja, na sede do município. O IBGE registrou que em 1991, 404 pessoas do município migraram, sendo que 59,41% se deslocaram dentro do próprio estado da Bahia, seguido de 32,92% que migraram para São Paulo. Não há registros específicos da comunidade do Cercado, mas a partir dos relatos orais, verifica-se tendência de deslocamento para a região do São Francisco, nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Paratinga e Ibotirama.

Numa localidade de dimensões populacionais reduzidas como é o caso do Cercado, pequenas alterações podem significar transformações profundas no seu dinamismo. A falta de apoio dos representantes políticos pode dificultar a vida local. A comunidade “acompanhava”, ou seja, apoiava e votava nos representantes políticos dos “rabudos”, partidários inicialmente da ARENA II e posteriormente do MDB. Entretanto esta facção política foi derrotada nas primeiras eleições da década de setenta. Como a comunidade não era aliada política do candidato vencedor, passou a sofrer o desprezo deste que não

direcionava nenhum benefício à localidade. Em decorrência, a vida foi ficando cada vez mais difícil.

Os moradores relatam uma seca intensa entre 1973 e 1974 que os obrigou a buscar alternativas em roças mais distantes, nas imediações do Rio São Francisco. Nesta ocasião algumas pessoas migraram para Mato Grosso enquanto outras foram para o outro lado do rio, na região do Javí. As que se dirigiram para locais próximos retornaram, as que migraram para Mato Grosso permaneceram por lá por período maior. Algumas retornaram até final da década de oitenta.

Gerônimo talvez não represente um marco na divisória dos processos migratórios, mas representa, no imaginário da população local, depositário de qualificadores de sucesso dos que migraram, assim como, outros como Chico e Zezão também representam qualificadores de insucesso daqueles que migraram. Para as pessoas que se sentiam motivadas em migrar, Gerônimo corroborava sua decisão, assim como para as que desejavam permanecer no lugar, usavam e ainda os usam como exemplo, demonstrando as dificuldades e desvantagens desse processo.

“Quando o povo viu Gerônimo todo cheiroso e bonito, com a boca coberta de ouro, aí o povo disse: de onde ele está tirando deve ter mais. Aí começou o rebuliço na serra. Era uns querendo ir trabalhar no Mato Grosso para comprar um rádio, outros querendo uma bicicleta, mas eu estava querendo mesmo era comprar uns vestidos de chita e quem sabe achar um homem rico pra casar. Mas dei com os burros n’água. Nem fui, nem tenho coragem de ir. Quem quiser que vá. Eu não vou. Quero ficar quieta aqui no meu canto¹³³”.

“Tem gente que não gosta daqui. Acha que aqui é um ermo só e por isso foi embora. Tem gente que não volta aqui nem pra passear, quem dirá pra morar. Outros de vez em quando vêm ver o torrão que deixou. O pessoal que foi para o Mato Grosso e ficou pobre tem o sonho de voltar, nem que seja pra ser enterrado. Já aqueles que se deram bem em São Paulo só vem a passeio e quando vem é botando banca em cima da gente. Traz carro e sai por aí dirigindo.¹³⁴”

“Não vou dizer pra você que eu não tenho vontade de ir embora pro Cercado. Tem dia que eu até choro de saudade, mas não vou mentir que não dá pra morar lá. O que é que vou fazer lá se um filho meu ficar doente? Como é que eu vou levar ao médico? Vou ter que andar num lombo de um burro até Brejinhos ou vou ficar na dependência de um político fornecer um carro pra me buscar e me trazer de volta. Não dá! É muito isolado! São muitas humilhações que a gente tem que passar. Pai fica lá porque ta velho e recebe aposentadoria. Mesmo assim, se precisar de um médico tem que fazer o tratamento é aqui no Hospital das Clínicas¹³⁵”.

¹³³ A.L.S., 59 anos, moradora do São Bento.

¹³⁴ G. M.S., 25 anos, morador da Tapera.

¹³⁵ M.M.S., 31 anos, reside atualmente em São Paulo.

A dificuldade no convívio com a natureza semi-árida tem produzido fenômenos de deslocamento como a mudança sazonal para a sede do município ou outras comunidades próximas, na busca de roças para plantar, tanto do sistema de meia quanto no de arrendamento, além da busca de trabalho na prestação de serviços de carpinagem e roçagem que exige deslocamento para lugares específicos. Os depoimentos a seguir procuram ilustrar este dinamismo.

“A vida aqui na serra é muito dificultosa. Não tem trabalho. Se você não sair daqui para buscar trabalho vai passar dificuldades. Volta e meia eu dou uns pulos lá pela beira do Rio São Francisco. Faço uns trabalhos por lá e é assim que a gente vai vivendo”.

“Eu mesmo não sei o que é melhor nessa vida. A gente tá aqui e só reclama. Reclama que ganha pouco que quer ganhar mais dinheiro. Aí a gente vai para uma cidade grande como São Paulo e acaba sofrendo mais ainda. São tantos problemas. Gente morrendo, gente matando e ninguém liga, parece que morreu foi uma formiga. Eu não cheguei a nenhuma conclusão. Fico pensando e faço o que precisa ser feito”¹³⁶.

“Esse povo de hoje em dia não quer saber de dificuldade. Antigamente a gente acordava duas horas da manhã para botar montaria num animal para ir para Brejinhos para fazer a feira de sábado. Levava as bruacas cheias de farinha, tapioca, quiabo, abóbora e o que tivesse para vender. Aí ficava naquele sol quente vendendo. Às vezes não vendia era nada, mas a gente tinha que ficar até o fim para apurar aquele dinheirinho suado para comprar o café e o óleo que a gente não tinha. Quando dava sorte de vender, corria na venda e comprava aquele pacotinho de café. Lá pelas duas da tarde, saía de Brejinhos e voltava no sol de rachar até a serra. Chegava em casa à boca da noite e aí era que a gente podia botar um feijão na barriga. Hoje em dia não. Ninguém tá pra isso. É tudo fácil. O jovem consegue uma garupa de uma moto, consegue uma carona no caminhão das firmas e assim chega logo no seu destino. Bota sua barraca na feira e vende tudo porque hoje o dinheiro corre”¹³⁷.

As tecnologias de convívio com o semi-árido estão à disposição de todos e são empregadas no cotidiano por parte daqueles que lá vivem, conforme foi discutido no capítulo. Ao contrário das visões cristalizadas sobre pobreza, miserabilidade e conformismo, a experiência aponta a riqueza da diversidade humana e natural na região. No interior das pequenas comunidades e cidades, há burburinho de gente inventando e reinventando formas de expressar-se. Há produção humana sendo trocada, legitimada e rearranjada a todo instante. A noção de lugar¹³⁸, como *lócus* da vida, emprega-se com propriedade à região. Se por um lado, processos de desarticulação e dissolução de comunidades fragilizam grupos de pessoas, por outro produz resistência e acomodação ao mesmo tempo, indicando quão vivo está o lugar. Na Chapada Diamantina, há

¹³⁶ E.L. M., 40 anos, morador do Cercado.

¹³⁷ L.G.M., 75 anos, morador do São Bento.

¹³⁸ Conceito discutido por Milton Santos e Peter Spink nas seguintes obras: Milton Santos. A natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1997. Peter Spink. O Lugar do Lugar na Análise Organizacional. Revista de Administração Contemporânea da ANPAD. Volume 5, 2001.

uma infinidade de lugares como expressão da vida da gente: riqueza, pobreza, escassez, abundância... acesso, pouco acesso, não acesso. A imponência da geografia chapadeira impõe desafios: habita-se no topo de serras, por entre vales, nas capoeiras, nas caatingas, nos brejos... constrói-se vida por todos os lugares: bodes, crianças, gente grande, gado, teiús, urubus... a vida vai se formando em interlocução estreita com os sistemas de crenças ditada pelo ritmo da natureza semi-árida!¹³⁹

A dimensão da existência humana não se constrói sem a interlocução com a natureza. Este estreitamento fornece um elemento importante na análise dos modos de vida da região pois é a partir dele que as pessoas constroem subjetividades, formulam seus arranjos cotidianos e moldam sua cultura. Nessa interação com a natureza estreitam os laços de sociabilidade cujo convívio comunal possibilita modos de expressão baseados na solidariedade, ao mesmo tempo em que estabelecem conexões com elementos de magia e crenças no sobrenatural que transcendem a dura racionalidade ditada pela modernidade. Estas características também dialogam com a história de ocupação da região cujo fluxo de povoamento deu origem a relações assimétricas e desiguais onde o abuso de poder marcou com ferro e fogo as dimensões de expressão das liberdades política e econômica das pessoas.

As caatingas brasileiras são espaços camaleônicos, repletos de vida em abundância, adaptados às intempéries. Por estes espaços circulam a vida e a morte; a água e a seca. Há um leque de matizes possíveis: ela não é tanto cinza nem tanto verde, mas uma gradação por onde passam outras possibilidades. Essa gradação diz de espaços e lugares permeados por contradições, cuja complexidade se assemelha aos emaranhados dos galhos secos, que outrora verdes se engalanaram de flores e folhas coloridas. O acinzentado dos tempos secos é refletido nas cores igualmente monocromáticas da presença humana. Homem e natureza se imbricam em tamanha harmonia.

¹³⁹ Sugiro os seguintes filmes como formas de ilustrar modos de vida da região: Abril Despedaçado do Diretor Walter Salles, parte gravado na Comunidade de Bom Sossego e parte gravado no município de Rio de Cantos e Narradores de Javé da Diretora Eliana Caffé, gravado em Gameleira dos Índios, região do Rio São Francisco.

Viver nos domínios do Semi-Árido não é melhor ou pior do que em outro lugar. Impõe desafios peculiares das áreas semi-áridas, mas isso não o torna impróprio à convivência, tampouco significa sinônimo de pobreza e miserabilidade. Convivem lado a lado, a abundância e escassez como em outras regiões do Brasil. Suas peculiaridades indicam a necessidade de se deter exaustivamente em formas de convivência com os diferenciados ecossistemas que fazem parte da região. A conciliação dos saberes tradicionais das populações locais com a geração de novas tecnologias de uso da água e do solo semi-áridos poderá facilitar o desenvolvimento sustentado na região.

Longe de ser uma situação ideal, no interior dos municípios rurais das caatingas da Chapada Diamantina ainda sobrevivem velhos fenômenos como o coronelismo e suas manifestações, a saber: o voto de cabresto, o mandonismo e o filhotismo, agora agregados de elementos da modernidade que insistentemente têm procurado manter o povo sob o domínio dos “donos do poder”. Muita coisa precisa ser feita, muitas reflexões precisam ser produzidas no sentido de subsidiar ações concretas que possam romper com este secular ciclo vicioso de dominação que se instaurou nos domínios caatingueiros. Muitas lutas precisam ser travadas para que o povo não seja relegado ao último plano das ações públicas o que requer o exercício incansável de vigília, cobrança e trabalho de busca da melhoria na qualidade das liberdades individuais e no comprometimento social da região.

3. AMEAÇA DE DESARTICULAÇÃO E DISSOLUÇÃO DA COMUNIDADE DO CERCADO

“Mesmo morando em São Paulo há tanto tempo, eu sempre sonho com o Cercado, quase todos os dias. Sinto aquele cheiro inconfundível da terra preta encharcada. O cheiro do Cercado é singular, nunca o senti em outro lugar: uma mistura de lama com o cheiro silvestre das plantas do lugar. O barulho das folhas dos buritizeiros quando o vento sopra; a leve brisa do entardecer dissipa aquele perfume das flores de mangaba e canela d’ema. De lá a gente não sai, mesmo estando a quilômetros de distância”¹⁴⁰.

O presente capítulo tem o objetivo de: a) apresentar a localidade do Cercado como um lugar por onde a vida flui, cuja cotidianidade passa pela vida e pela morte, com festejos, rituais fúnebres, conflitos, economia, sociabilidade e dimensões subjetivas; b) inscrever o Cercado em perspectiva da desagregação do seu modo de vida, cujo exame aponta para a dissolução de sua existência frente ao processo de mutação que sofre na atualidade.

Para que este objetivo seja concretizado, convencionou-se sistematizar o capítulo da seguinte forma: - apresentar o cotidiano da comunidade face ao modo de vida, no que tange aos processos de sociabilidade, formas de economia, religiosidade e sistema de crenças, estabelecendo conexões com as dimensões de sua geografia e história já apresentados no capítulo anterior. Em seguida, refletir sobre o processo de desarticulação e dissolução da comunidade, a partir dos eixos teóricos mencionados.

Dada a amplitude dos dados obtidos em campo, optou-se por apresentar o Cercado em quatro grandes dimensões para então, sistematizar as reflexões propriamente ditas: sobre a Geografia e a História do Cercado – apresentada no capítulo anterior; sobre as formas de trabalho e relação com a terra; sobre religiosidade e sistema de crenças e sobre o modo de vida, sociabilidade e cultura. Não se trata de separar estas três dimensões inseparáveis da vida da comunidade. Estes tópicos se entrecruzam no trabalho.

¹⁴⁰ M.I.S., 47 anos, vive em São Paulo desde seus 16 anos.

1. SOBRE FORMAS DE TRABALHO, RELAÇÃO COM A TERRA E A PRESENÇA DE MINERADORAS NA ÁREA.

No Cercado toda terra tem seu dono. Há cercas por todos os lados e de todos os tipos: as mais antigas são as cercas de pedra, normalmente feitas para separar propriedades em cima de serra ou morro; há também as cercas espinha-de-peixe, também antigas, feitas de madeira fina e trançada num complicado emaranhado que faz jus ao nome; as mais recentes são as de arame farpado e mourão. Não há registro de grandes conflitos pela posse da terra. As terras que não possuem documentação não são invadidas ou griladas. Até início dos anos noventa, eram poucas as famílias que possuíam alguma documentação da terra. A regularização da documentação começou a ser feita com o objetivo de facilitar o acesso à aposentadoria rural. Existem acordos implícitos de beneficiamento e usufruto. Embora haja uma divisão clara das propriedades, os usos da terra são negociados de acordo com necessidades específicas, muitas vezes beneficiadas e usufruídas por pessoas de outro grupo familiar.

A principal atividade produtiva da comunidade é a farinha de mandioca e o beneficiamento feito artesanalmente na casa de farinha, processo envolvendo praticamente todas as pessoas da comunidade. O modo como os produtos finais são compartilhados garante certa equidade. Os moradores relatam que as terras produtivas foram ficando insuficientes e algumas pessoas precisavam se deslocar para roças próximas onde tinham parentes e amigos. No início dos anos oitenta, com a chegada das grandes mineradoras à serra, as terras foram vendidas para elas que as usavam tanto para a exploração mineradora quanto para o estabelecimento de sua logística. Propriedades com água abundante foram vendidas, principalmente as que possuíam nascentes de água potável, usadas para o abastecimento dos trabalhadores das mineradoras. As pessoas indenizadas compraram terras em outras localidades, mantendo moradia dupla, sazonal, a depender do ciclo produtivo da mandioca. A comunidade vivia estas alterações concomitante à saída de alguns moradores para o Mato Grosso e São Paulo.

Conforme visto, a Chapada Diamantina foi povoada tendo como base as atividades de pecuária e mineração de ouro, diamante, carbonato e outras pedras semi-preciosas. A mineração sempre esteve ligada ao ciclo produtivo da região. Os moradores do Cercado relatam que a primeira vez que tomaram conhecimento sobre o interesse de exploração mineradora na serra do Cigano data de 1976 quando a empresa Vale do Rio Doce realizou prospecção no local. Não se sabe precisar que metais estavam procurando. Sabe-se, entretanto, que o interesse de exploração dessa serra esteve diretamente relacionado ao ciclo de produção de chumbo nas serras vizinhas que pertencem ao município de Boquira. Durante a década de setenta e meados da década de oitenta, o município viveu em prosperidade, explorando serras, revolvendo solo e sub-solo da área, no processo de exploração do chumbo, atividade de alta periculosidade, tanto para as pessoas quanto para o ecossistema. A presença de grandes empresas estrangeiras (Companhia Brasileira de Chumbo – COBRAC, subsidiária da empresa francesa Penarroya Oxide SA) alterou significativamente o ecossistema da região¹⁴¹. Atualmente, tanto o governo local, auxiliado por ONGS, quanto representantes na Câmara Federal lutam para reverter o quadro de contaminação por metais pesados na região.

As primeiras mineradoras que chegaram às serras do Cigano e São Bento foram a Mendes Júnior e posteriormente a Conservice que não vieram em busca do chumbo, mas do quartzo, quartzito “Azul Imperial”, dentre outras rochas ornamentais. Atualmente atuam na região, no complexo denominado “Marinace”, as empresas Peval e Nord. Atuam também a Rossitis Brasil SA, na exploração do quartzito, a Cawa mineração na extração de pedra, areia e argila, a Crystalandia na extração de quartzo bruto e a Togni Mineração da Bahia Ltda, no ramo de rocha ornamental. Outras empresas têm demonstrado interesse em realizar pesquisas na área. A presença da atividade mineradora na região é detectada assim que o visitante se aproxima da serra. Clarões

¹⁴¹ Ata da Câmara dos Deputados – Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, datada de 12/12/2002 em Brasília, onde foi realizada Audiência Pública, destinada à discussão objetivando elaborar planos de remediação dos sítios de pessoas contaminada por metais pesados na cidade de Santo Amaro da Purificação e do fechamento da Mina de Chumbo em Boquira, ambas no estado da Bahia. A Audiência foi requerida pelo Deputado Fernando Gabeira.

foram abertos na serra, assim como estradas de terra cortam a serra em várias partes. Conforme se vai subindo a serra, percebem-se os efeitos da maquinaria pesada e do uso de dinamite no processo exploratório. Os efeitos da devastação ambiental já podem ser visualizados, assim como os efeitos do suposto progresso que as mineradoras trariam à região já são analisados pelos moradores como algo que trouxe mais problemas do que soluções.

Como o Cercado situa-se num estreito vale, suas terras produtivas são limitadas às áreas embrejadas, constituindo estreitas faixas e, tanto em estação de chuvas intensas quanto em secas prolongadas, as condições de beneficiamento da agricultura tornam-se difíceis. O brejo quando excessivamente molhado não se presta à plantação de feijão e mandioca, culturas comuns na localidade. Nesta ocasião, planta-se somente para o consumo próprio, pois é muito dificultoso levantar leiras no barro alagadiço. Na seca, o barro ressequido torna-se impróprio à plantação, sendo esta possível somente após abrir regos para a irrigação. Tratam-se de áreas de frágil ecossistema, conforme já escrito neste trabalho, o que é agravado com as atividades empreendidas pela exploração mineradora.

Os efeitos das atividades mineradoras ameaçam as tradicionais atividades de plantação, de beneficiamento da cerâmica e cultivo do buriti, uma vez que o uso de maquinaria pesada e dinamite provocam desequilíbrio ecológico, comprometendo as nascentes de água potável e os brejos, importantes celeiros para as pessoas que lá vivem. Ademais, as promessas de trabalho para a população local não se concretizou, uma vez que as empresas utilizam mão de obra especializada trazida de fora. Na área específica que abrange a comunidade do Cercado, poucas terras foram vendidas, permanecendo a antiga estrutura que predominava na década de setenta, apogeu do fluxo migratório.

As propriedades nos domínios do Cercado são pertencentes aos seguintes grupos familiares: família do finado Zé Maria, cujos herdeiros ficaram com as propriedades das áreas embrejadas; família do finado Velho Nê e da finada Alvina, que dividiu suas terras com os filhos que migraram para o Mato Grosso.

Estes por sua vez cederam o usufruto em benefício da família de Nia e Mariinha que ficaram com as roças onde se situa o sítio rupestre da Pedra Furada, além de áreas com nascentes e corredeiras; família de Dazinha, viúva de Martinho e que também se beneficiou de parte das terras deixadas por Alvina, além de outras propriedades que foram compradas recentemente; há também a família de Domingos, proprietária das terras mais distantes, nas imediações da trilha de acesso ao Cercado; já a família de Geraldo ficou com as terras à margem direita na mesma trilha, incluindo parte da serra. Há também aqueles residentes na cidade de Oliveira dos Brejinhos que adquiriram propriedades com o intuito de fazer plantação de cana-de-açúcar para a produção de cachaça e derivados.

O modo como beneficiam a terra tornou possível a sobrevivência no lugar, baseando-se na relação de troca, em que o proprietário cede a terra e ajuda na plantação e na colheita, dividindo meio a meio o que foi produzido. Nestes casos normalmente a colheita serve apenas para subsistência das famílias envolvidas, não sobrando excedentes para a comercialização. A própria lida na casa de farinha não é possível de ser empreendida sem a participação de um número razoável de pessoas. O que por um lado trouxe a união do grupo, por outro contribui para o acirramento dos ânimos em situações conflituosas, evidenciadas através de brigas, discussões e agressões.

O episódio a seguir foi descrito na dissertação de mestrado¹⁴² de minha autoria, evidenciando a importância do trabalho envolvendo o grupo como um todo, o que facilita o manejo, aumenta a produtividade e mantém a motivação das pessoas.

1.1. A LIDA NA CASA DE FARINHA: A FORÇA DO EMPREENDIMENTO COLETIVO

A lida na casa de farinha é comandada pelas mulheres que fazem questão de mostrar as especificidades da culinária local: beiju de tapioca recheado de coco

¹⁴² Myrt Thânia de Souza Cruz. Uma História de Alimento do Povo: análise psicossocial da trajetória de implantação e interrupção do Programa Cidades Saudáveis na Chapada Diamantina. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da PUC/SP, 2001.

e assado nas palhas de bananeira; beiju de massa, bem sequinho e salgado e, a puba, responsável pelo preparo de vários alimentos, principalmente adicionada ao leite ou simplesmente à água, para fazer mingau para os bebês, além de bolos, cuscuz e outros pratos.

“O trabalho segue bem intenso, apresentando um ambiente de troca: enquanto raspam a mandioca, as mulheres cantam as ladainhas, as crianças ajudam também neste processo de raspagem. Aos homens cabem as tarefas mais pesadas, como arrancar a mandioca do chão e transporta-la nas bruacas com os jumentos até a casa de farinha, seguram firmemente os braços pesados da roda que move as engrenagens que transformam a mandioca em massa para o preparo da farinha.”

A divisão das tarefas segue o critério gênero e idade e a partição dos produtos atende num primeiro momento àquele que beneficiou a roça de mandioca, depois o dono da casa de farinha e finalmente aqueles que ajudaram na lida:

“Essa farinha que estamos torrando hoje é de João de Romana. Aí nessas horas todo mundo ajuda, porque ninguém sabe do dia de amanhã. Hoje é por ele, amanhã será por nós. Aqui ninguém tem dinheiro para pagar dia de serviço de ninguém não. Aí a gente se junta e cada um ganha alguma coisa. Emília vai levar um pouco de tapioca que Bento vende na feira no Sábado e aí já livra um dinheirinho. Compadre Chico faz uns beijus pros meninos pra tomar café de manhã cedo. Eu levo um pouco de farinha que a minha já está bem no fim. Aí é assim que a gente vive”¹⁴³

Quando as pessoas disponíveis para o trabalho não são encontradas em número suficiente no Cercado, pessoas de fora do lugar são chamadas para auxiliar. Muitas encontram nessas atividades uma forma possível de conseguir alimentos em tempos de escassez.

“Aqui pra gente plantar, a gente depende dos outros, se vai limpar a terra também. A gente já acostudou trabalhar assim. Ninguém aqui pode trabalhar sozinho, não! A gente briga, tem gente aqui que eu já fiquei até de mal quase um ano, mas depois a gente tem que voltar a tratar aquela pessoa, senão como é que a gente vai viver nesse ermo? Aqui a terra é bem dividida e cercada, ninguém se mete na terra dos outros não. A terra minha é minha! A de Nia é de Nia. Mas na hora de trabalhar eu ajudo ele e ele me ajuda. Isso aí já é de outrora. Os mais velhos trabalhavam assim e aí a gente também trabalha assim”.

Embora se trate de um grupo relativamente coeso em termos de trabalho na terra e acesso aos recursos que ela produz, o que homogeneíza de certo modo o nível econômico das pessoas, existem discrepâncias evidenciadas nos últimos anos através do acesso aos recursos públicos viabilizados por representantes do poder público como vereadores, por exemplo, que beneficiam alguns em detrimento dos outros, fornecendo-lhes acesso a serviços e bens que o grupo não dispõe o que acaba acirrando disputas

¹⁴³ L. J. R., 42 anos, morador do Cercado.

internas. E mesmo não havendo um estudo sistemático sobre estes empreendimentos realizados de forma coletiva, as evidências da vida diária apontam não só para a eficácia do processo produtivo como forma de aumentar a produtividade do grupo, como também para a permanência da memória coletiva do lugar, auxiliando na preservação dos conhecimentos acumulados pelo grupo e na perpetuação dos principais rituais e festejos, o que não significa afirmar que se trata de um grupo fechado em suas tradições, mas que está em interlocução com outros sistemas que ocorrem no restante do país, principalmente em São Paulo, cujas relações de troca e reciprocidades permanecem vivas através de parentes, amigos e para aqueles que eventualmente viajam para lá e voltam para o Cercado.

Os moradores contam que até meados da década de oitenta poucas pessoas sabiam ler e escrever, sendo que estas aprenderam em outras localidades. Havia uma pessoa que lia e redigia cartas, lia bula de remédio e documentos importantes. Os problemas de saúde eram resolvidos a partir do conhecimento do curador, feiticheiro e da parteira. Casos graves eram transportados para a sede do município usando a montaria de animais, percorrendo a íngreme trilha de cerca de 30 quilômetros na serra. Lá na sede eram submetidos aos cuidados do único enfermeiro. Não havia médicos disponíveis no município.

2. SOBRE RELIGIOSIDADE E SISTEMA DE CRENÇA

O Cercado é marcado pela crença no sobrenatural, mesclando elementos do catolicismo popular com a religiosidade de matrizes africanas aportadas em localidades da Chapada Diamantina. Uma mescla de rituais medievais advindos dos portugueses adicionados à presença do feitiço como elemento principal de cura, devoção e malefício faz do Cercado uma localidade peculiar, onde livuzias¹⁴⁴, seres míticos, assombrações, possessões e demônios habitam todos os cantos, influenciando o ciclo da natureza, ditando o ritmo das plantações e colheitas.

¹⁴⁴ Na região não há uso do termo assombração. Usa-se o termo livuzia para se referir a assombração, entidades mágicas, alma penada.

Relações sociais, amizade, namoro e casamento são tecidas a partir do fio condutor do sobrenatural, ora consultando o “curador”, o “feiticeiro” da região, ora valendo-se de rezas e rituais dos mais velhos para que a relação ou troca se concretize. Há quem afirme que antes mesmo de pedir uma pessoa em namoro, deve-se fazer a consulta para se certificar de que vai dar certo. Usa-se deste expediente para todas as ocasiões: na busca da cura quando alguém está enfermo; no consolo da perda em caso de morte de familiar ou alguém querido; na incrementação da economia quando alguém vai empreender algo novo, como uma roça a ser beneficiada ou um garimpo longínquo; na bênção de uma união nova, mesmo para os casais que não se casarão no cartório; no pedido de vitória para um candidato de sua preferência; para tirar alguém do caminho, em caso de empecilhos; para “amarrar o rastro” de um desafeto; para fazer justiça, devolvendo o mal que alguém fez em dobro, como no caso de um crime ou ato grave. Os múltiplos usos do feitiço servem a propósitos de atualização do acesso a bens e serviços restritos, como o direito de usufruir uma roça, ganhar uma demanda por terra, vencer uma disputa por mulher. Além disso, oferece benefícios que os serviços públicos deveriam oferecer, mas não o fazem: não há escolas, água encanada, serviços de saúde e socorro básico. Nesse contexto, a religiosidade passa a ser fundamental na manutenção dos vínculos sociais, na produção e reprodução da cultura material e imaterial da comunidade, além de permitir a expressão de subjetividades próprias aos que vivem nesse relativo isolamento geográfico.

Gestada a partir do arcabouço das três matrizes de povoamento do espaço semi-árido da Chapada Diamantina, a religiosidade apresenta-se como ponto crucial na vida das pessoas. Os cerimoniais de cura invocam elementos da cultura africana, ao lado de traços da religiosidade portuguesa, através de rezas, ladainhas, loas e culto aos Santos e Santas do Catolicismo, apresentando também práticas de rituais indígenas, na figura central do feiticeiro, importante conhecedor do poder curador da natureza. A religiosidade está fortemente marcada pela presença dos elementos naturais, como plantas, pedras e animais, utilizados em rituais de cura, invocação de entidades protetoras e santos que atuam sobre a natureza, como no ato de fazer chover, por exemplo. As descrições a seguir procuram contemplar aspectos da

religiosidade, resgatados a partir da memória de seus moradores, ora apresentando a atualidade, ora rememorando passado recente ou distante.

No Cercado até o início da década de setenta, Justino era o procurador de todas as festas de Santos e Santas. Conforme já descrito, Justino teve que migrar para Mato Grosso em busca de trabalho e mais precisamente fugir da grande fome que afugentou parte dos moradores em meados da década de setenta. Ele era a figura central no processo organizativo dos cerimoniais, festas e festejos da localidade.

“Ele tinha uma missão. Tinha que cumprir a missão senão ele ficava doente. Justino era o homem mais devoto que tinha pra esses lados. Ele herdou isso da Velha Virgilina que criou a Velha Alvina, mãe dele. A Velha Virgilina lhe ensinou tudo. Ele tinha muita devoção e tinha missão com Santa Luzia, São João e São Gonçalo. E ele festejava todos. Ele vivia para isso. Trabalhava, arrecadava leilão, fazia festa, vendia doce e sabão de decoada para juntar dinheiro pros festejos. Na festa de Santa Luzia acontecia muitos festejos: primeiro tinha a procissão que vinha da Tapera, da casa do procurador da festa que era geralmente Cilidone, para o Cercado no altar de Santa Luzia que ficava na casa dele. Era de tarde e o povo vinha de toda a redondeza para a procissão. Ele não seguia a procissão porque preferia ficar no Cercado para receber o andor da Santa. Ele gostava de ver aquela multidão chegando com as velas na mão. Ele mesmo fazia as velas e as roupas e todos os enfeites da Santa. Ele ia ao mato caçava a mandassaia para tirar a cera porque só servia cera de mandassaia. O mel ele guardava para fazer remédio. Ele mesmo fiava o algodão e fazia os pavios, enrolava os pavios na cera da mandassaia e aí enrolava num papel colorido que ele mesmo tingia com açafraão e dava para cada um segurar uma vela. Chegando perto eles acendiam as velas porque já estava na boca da noite. Ele fazia o andor de Santa Luzia de pau de buriti e enrolava com tecidos que ele comprava em Brejinhos. O andor era carregado por quatro moças virgens vestidas igualmente uma com a outra. Quando chegava na boca da estrada era saudado com uma salva de foguete e olé viva. Levava para o altar e começava a ladainha de Santa Luzia. Era a reza certa. Depois tinha o bendito de Santa Luzia, só com cantos. Por volta das sete da noite tinha o reis da Santa ao pé do altar, o puxador de reis era Leandro e seu Gracinha. Era um reis muito animado. Quando acabava o reis começava o leilão da Santa e quem gritava o leilão era Bernadino e Chico Cachola. Todo mundo dava leilão pra Santa. Justino passava meses juntando leilão e quando chegava bem perto do dia, as pessoas davam doces, bolos, beiju, galinha e outras coisas. Tinha também os mordomos de Santa Luzia e uma lista de juízes. Bernadino subia num banco alto e lia a lista dos mordomos e juízes para o ano seguinte. As pessoas ficavam querendo ser juízes e mordomos. Os juízes tomavam conta da festa, os procuradores providenciavam os leilões, os tocadores e a comida. E os mordomos ajudavam nos leilões e em tudo mesmo. Faltando oito dias para a festa, Justino saía de casa em casa recolhendo as esmolas para o leilão: era rapadura, farinha, carne e frutas. Ele engordava porco, galinha e ovelha para matar pra dar comida pro povo nesse dia. Vinha gente de longe”¹⁴⁵.

O trabalho da memória invoca um tempo em que a religiosidade era intensa, centrada nas mãos de Justino, mas que dependia do trabalho do grupo como um todo, envolvendo pessoas da localidade e de localidades vizinhas. Por exemplo, Bernadino é morador da Tapera, assim como outros que faziam o

¹⁴⁵ E. L. S., 51 anos, moradora do Cercado.

papel de juizes ou mordomos. Os juizes eram pessoas importantes que auxiliavam o procurador da festa tanto na logística da festividade como nas rezas, ladainhas e cânticos. Tratava-se de pessoas cuja religiosidade e fé eram inabaladas, assim como a conduta pessoal de cada um deles dentro e fora dos domínios da localidade. A obediência às regras sociais, assim como a conservação da moral e dos costumes tornavam-se condição essencial para a participação nas festividades nos postos de organizadores, a saber, na hierarquia: procurador da festa, juizes e mordomos.

“Justino também festejava São João, saltava fogo, fazia fogueira. Os tições e as capelas eram guardados pra usar em dia de tempestade. Porque você sabe que em matéria de chuva de vento, de fogo e assombração, não tem nada igual. É só usar estas coisas que passa. Tem que rezar também, não adianta querer que uma chuva de vento passe se não orar pra São José que faz chover, faz ventar e faz parar. A fogueira ele tirava uma árvore quase morta, mas com muitos galhos e aí ele pendurava as prendas. Era só coisa boa: tinha rapadura, cana, manga, mangaba, corte de tecido, avoador, brevidade, peta e era muita coisa. Ele ia juntando as coisas bem antes e aí ele fazia a festança. Enquanto a fogueira queimava, ficava um enxame de menino saltando fogo, assando batata e abóbora e os mais velhos crismando na fogueira, enquanto outros saltavam fogo. Lá pelas tantas, apareciam os caretas que eram dois: um vestido de mulher, bem desengonçado, com máscara preta, pintada de carvão e os dentes eram de sementes de laranja, com um lenço amarrando na cabeça, usavam uma capa preta e uma saia grande. Os caretas já saíam de dentro de casa dando chicotadas nos meninos, era um chicote de três pontas. Era um vestido de homem e outro vestido de mulher, mas os dois eram homens. Aí eles faziam graça, brincavam de namorar, beijavam os dois, corriam atrás do povo e só via correria, divertindo o povo todo. Quando a fogueira já estava pra cair todo mundo caía em cima. Aqueles mais fortes conseguiam pegar o que queriam. Os outros ficavam com os restos, mas era bom do mesmo jeito. Aí quando acabava a fogueira tinha o samba e o sanfoneiro. Eram duas latadas, duas festas. A roda de samba com os reiseiros, Seu Zé Maria, Bernardo Preto, Leandro, Teodoro de Maria de Reimunda, Daliberto do Mane Gome e outros que nem me lembro. Tinha a chula de Leandro que quando estava lá pro fim da festa eles cantavam: “Adeus Joana, Adeus, Adeus, Adeus Joana que já vou me embora”. Aí o outro respondia: “Adeus Seu Zé, adeus, adeus, adeus Seu Zé até uma hora”. Tinha outros dizeres, mas não me lembro. Na outra latada ficava o sanfoneiro cantando, tocando e comendo poeira. Os mais novos gostavam de dançar um forró lascado. Na latada do forró ficavam aqueles mais modernos que queriam namorar e aí as mães e os pais ficavam vigiando as filhas¹⁴⁶”.

Para os moradores do Cercado, a Roda de São Gonçalo é um cerimonial da maior relevância, cuja tradição remonta aos primeiros moradores do lugar. Composta por uma complexa dança, cada roda dura cerca de uma hora e meia, sendo que cada vez que alguém resolve dançar uma roda, outros moradores também aproveitam para pagar suas promessas dançando até dez rodas por noite, o que é extremamente cansativo para dançarinos e tocadores. Mas estes de nada se queixam, sentem que estão cumprindo uma obrigação. Cada vez mais o número de pessoas habilitadas para dançar a roda se rarifica.

¹⁴⁶ M.L.S., 57 anos, moradora do Cercado.

Dançar uma roda como foi dito não pode ser feito por qualquer pessoa. Existem regras rígidas, que se desrespeitadas são punidas com severidade pelo próprio santo através do ato de cair. Quando alguém cai numa roda, pode significar que a pessoa desrespeitou São Gonçalo e este a castigou. Assim, a pessoa passa a ser vista pelo grupo como alguém de pouca confiança. Dentre as principais regras para que alguém possa dançar uma roda de São Gonçalo, destaca-se: se moça, ser virgem; se mulher casada, ser fiel ao marido; se homem casado, não beber cachaça pelo menos vinte e quatro horas antes; se velho, não “botar feitiço” em ninguém, dentre outras.

“A Roda de São Gonçalo é a promessa mais séria que alguém pode fazer. O compromisso com São Gonçalo não é fácil de pagar. Para você mandar dançar uma roda você tem que ter muito preparo. Hoje em dia são poucos que sabem dançar a roda, mas ainda tem. Minha mãe tinha uma promessa que se ela morresse sem botar essa roda ela ia dar um trabalhão pra gente. Levou anos em São Paulo juntando uns troquinhos, preparando as coisinhas pra mandar dançar a roda. Ela veio se preparou e aí muita gente aproveitou a roda dela pra também dançar as suas. Só as moças virgens e as mulheres casadas é quem podem dançar. Os rapazes solteiros que são direitos e os homens casados que não pulam o mourão. O Santo vigia bem. Com ele ninguém engana. Se a moça diz que é casta e já for mexida, aí o bicho pega. É batata: é só dançar e cair. São Gonçalo é um santo muito poderoso. A dança é muito difícil e não é todo mundo que sabe dançar. Tem os dançadores e os tocadores certos. Cada roda dura mais de uma hora e aí não pode parar. É um trocadilho nos pés do Santo e é nessa hora que quem não for virgem, cai. E eu já vi foi muita moça cair. Depois é um falatório só!”¹⁴⁷

“Nos festejos o povo cai. Cai com santo que baixa, entidade que apossa. Numa festividade, Zezão bebeu umas cachaças por lá e noite vai até que caiu. Caiu já com a boca espumando. O bicho era feio. Dizia palavrão, desastrava, queria pegar menino, arribar saia de mulher e bater em homem grande. Foi um labuto danado. Zezão correndo no mato que nem bicho brabo, os homens correndo atrás, as mulheres rezando e foi aquele rapapá. Então alguém se lembrou do cordão de São Francisco. Pegaram o cordão e com muitos galhos de arruda, jogaram Zezão numa cama de pau-de-buriti e aí seu Gracinha, Bernadino e Venceslau e aí eles açoitaram Zezão com o cordão de São Francisco que foi uma lida grande. No outro dia de manhã Zezão amanheceu com a cara inchada de tanta chicotada com o cordão de São Francisco. Esse bicho pegou Zezão, mas já pegou muita gente. É só meter a besta com ele. Só nunca pegou e não pega é Dazinha porque tem o corpo fechado.”¹⁴⁸

“Hoje os jovens não querem saber de santo, nem pensam em festa de santo, ninguém quer ter trabalho com nada. Só querem é colher o maduro. Esses dias esse padre que está aí veio rezar uma missa no São Bento. Aí perguntou: _ Quem é o padroeiro daqui? Eles responderam: _ É Etevaldo. Eles nem sabem o que é um padroeiro, quem dirá dançar uma roda de São Gonçalo?”¹⁴⁹

Fica configurada para a mulher, a fidelidade e a moral sexual como requisitos fundamentais exigidos pelo santo. Tais normas sociais prestam-se à demanda

¹⁴⁷ N. B. S., 62 anos, morador do Cercado.

¹⁴⁸ D. C. C., 63 anos, moradora do Cercado.

¹⁴⁹ Etevaldo é professor muito querido do povoado da Tapera,

masculina por fidelidade nas relações conjugais e controle da atividade sexual feminina. Este controle vai para além da barreira moral imposta pela religiosidade, encontrando nas práticas cotidianas da economia de subsistência forte aparato de reprodução e manutenção das relações assimétricas: masculino e feminino duelam numa queda de braço onde vence aquele que consegue impor suas posições frente ao grupo. Para tanto, utilizam-se de todos os expedientes possíveis, sendo mais forte o uso do feitiço como estratégia para vencer.

Certa feita a finada Paulina teve uma inquisira com Justino e botou um feitiço nele. Ele era todo ciligrizado, trabalhador, festeiro, mas depois do feitiço, foi acometido por uma dor de dente que não tinha remédio pra passar: de beberagem a remédio de farmácia, foi tudo e nada da dor passar. Ele não podia comer nada e bebia água num canudo de mamona. Aí ele foi em Nego de Ló¹⁵⁰ e ele disse que era feitiço e disse quem botou. Mas que só passava se ele quebrasse a pauta, dando uma surra de pau de pinhão em quem tinha botado o feitiço. E foi o que ele fez. Quando Paulina passou, ele dobrou o pau de pinhão nas pernas dela. Eles tinham brigado por causa de animal na roça um do outro, essas bobagens assim, mas como ela era feiticeira, resolveu botar um feitiço nele. Foi só dar a surra e a dor de dente passou”¹⁵¹.

Reunindo elementos da natureza, os moradores compõem rituais, preparam festejos. A conexão tecida com a natureza possibilita a manutenção do grupo, construindo subjetividades gestadas nesta interface. O que por um lado confere materialidade aos rituais, trazendo elementos para a confecção dos artefatos necessários aos processos ritualísticos, por outro, desperta e mantém o mistério em torno de fenômenos cíclicos como chuva e ventos, assim como produz conexões com aspectos específicos da natureza como as rochas e grutas que compõem o sítio arqueológico, as fontes e nascentes, algumas árvores específicas como o “pé de doido”, juazeiro frondoso situado à beira da trilha. Acreditam que aquele que por ventura vier a pernoitar embaixo deste juazeiro será tomado por uma insanidade incurável pela medicina. A loucura contraída só pode ser combatida com rezas e orações específicas, ministradas pelo “curador” da região.

Mesclas de conexões com a natureza estão presentes em todos os festejos. Numa festa de Natal, por exemplo, onde se faz um presépio em homenagem ao menino Jesus, todo o material necessário é retirado da natureza para a

¹⁵⁰ Nego de Ló, o mais importante “curador” da região, falecido na década de oitenta, sua fama continua fortemente presente nos dias atuais.

¹⁵¹ Depoimento de E.L.S., 51 anos, moradora do Cercado.

composição da lapinha, como são conhecidos os presépios. A lapinha é parte integrante dos festejos do nascimento do menino Jesus e toda casa deve ter a sua. A lapinha é armada cerca de duas semanas antes do Natal e somente é retirada após o dia 06 de janeiro, quando se comemora o dia de Santo Reis. Normalmente nesse dia faz-se uma grande festa onde o cortejo de reisado passa de casa em casa, recolhendo contribuições. Reisado é uma das tradições mais importantes dos sertões secos da Bahia, mas está em vias de desaparecimento, assim como a roda de São Gonçalo está deixando de existir por falta de pessoas que saibam realizá-las. Trata-se de cerimoniais bem específicos cujo ritual demanda conhecimentos que são transmitidos oralmente através das gerações. Atualmente, a juventude não mostra interesse em perpetuar a tradição, do mesmo modo que aqueles que sabem fazê-lo não crêem que a juventude tenha capacidade em conduzi-lo. Desse modo, seguem sem perspectiva de que venham a mantê-los, a exemplo de outras cerimônias que já desapareceram como as novenas de Nossa Senhora das Oliveiras, as cavalgadas com seus rituais da argola, as vaquejadas e mesmo as novenas de Santo Antonio. Não só no Cercado, mas em quase todos os domínios do semi-árido da Chapada segue-se o fluxo de vida sem tecer um compromisso mais profundo sobre as tradições.

Ainda hoje as lapinhas são partes constitutivas dos festejos de fim de ano. Agora com menos elementos retirados das caatingas e mais itens vindos da rua Vinte e Cinco de Março em São Paulo: as flores já não cheiram mais, pois são de plástico, as pedras são substituídas por papel *craft* e o presépio já não é de barro. Miniaturas de plástico, brinquedos e outros bibelôs vão gradativamente substituindo artefatos antes produzidos artesanalmente pelos próprios habitantes. Convivem lado a lado, o novo e o tradicional em igual grau de importância, sem distinção ou reflexão.

Importante é, aliás, comemorar, festejar, cantar os santos. O foco que era dado às rezas e aos rituais de oferendas e penitência, passa por uma metamorfose e se reduz a uma festa em que as cordas das violas são substituídas por um toque de axé ou forró eletrônico.

2.1. FEITIÇO E HISTÓRIAS DE ASSOMBRAÇÃO

Elementos sobrenaturais, mesclados com a religiosidade católica estão presentes nos sistemas de crença da região. Esses sistemas de crença fazem parte de uma série de elementos presentes no imaginário, compostos pelas dimensões inconscientes em consonância com aspectos da realidade. Suas sobreposições e manifestações estão presentes para além do tangível, encontrando substrato nos territórios imaginários, onde quer que se estabeleçam seus domínios.

A crença no sobrenatural parece percorrer parte das localidades caatingueiras. Em algumas delas os elementos sobrenaturais aparecem de forma marcante. No Cercado todos já ouviram, já viram ou conhecem alguém próximo que já teve experiência com o sobrenatural. Os relatos a seguir representam crenças nas entidades mágicas e demoníacas que cercam o imaginário local. Muitos deles contendo elementos de contenção e regulação das normas sociais e morais.

“Moço, livuzia atrapalha muito a nossa vida por aqui. Tem noite que chega um de madrugada e diz: essa noite na casa de fulano ninguém dormiu um pingo labutando com livuzia. Só quando alguém dava um defumador é que a livuzia passava”¹⁵².

“Liberato filho de Joana, esse mesmo eu sei que morreu foi porque mandaram amarrar o rastro dele. Foi caçar no tabuleiro, ficou uns dias pelo mato, tava com sede e no sol quente e aí chupou uma melancia quente. Foi voltar de lá já com febre e cambaleando. Disseram que era estupor, que tinha pegado um ramo, mas não foi nada disso. Ele tinha uma inquisira com um fulano que não posso falar o nome e aí esse fulano mandou amarrar o rastro dele. Moço, esse rapaz não podia dar um passo. O pé inchou que nem um pilão. Quase apodreceu e aí ele não agüentou e morreu, mas o povo ficava falando também que ele morreu porque meses antes achou uma cabeça com cabelo lá no cemitério velho, porque veio a enxurrada e desenterrou uns defuntos e aí ele achou a cabeça e jogou na pedra que espatifou. Foi um barulhão. Passou uns meses e aí ele adoeceu e morreu”¹⁵³.

“Moço ali naquela serra tem mistério demais! Eu nunca vi livusia, o que vi mesmo foi uma bola de fogo na serra. O sol já estava entrando e aí de repente vem aquele clarão, aquela bola de fogo. Chamei Zezão e fomos ver o que era. Quando chegamos perto o fogo foi abaixando e diminuindo, abaixando, abaixando atrás de uma moita e de repente sumiu. Pois no lugar daquela moita ninguém tinha mais coragem de chegar perto. Esses dias os engenheiros da mineradora foram lá, botaram uma máquina pra cavar no lugar. Disseram que tinha minério bom, mas aí não demorou muito e a máquina quebrou. Quebrou que não funcionou foi nada e aí eles desistiram. Eu não via livuzia, via um barulho de chave, via passada, via vulto, mas acho que não era livuzia. Acho que era visagem, eu tenho esse dom de ver certas coisas, mas coisas do cão ou do romãozinho eu não vejo não”¹⁵⁴.

¹⁵² A.L.S., 38 anos, moradora do Cercado.

¹⁵³ N. B. S., 62 anos, morador do Cercado.

¹⁵⁴ N. B. S., 62 anos, morador do Cercado.

“Lá pela roça de Domingo tinha e ainda tem o porcão. Ele só ataca a gente certa. Gente que fez coisa errada, que chamou a pelada ou fez pacto com o cão. Esses dias ele deu uma carreira em Orlei porque dormiu com mulher dos outros. Eu mesmo não vi o porcão, mas ele é um porco grande, alto e preto com os dentes. Quebra galho de caju, quebra galho de jatobá e corre demais e se o camarada não tiver uma perna ligeira ele pega. Isso é velho! Já vejo o pessoal contar do porcão desde que sou menino”¹⁵⁵.

“Esse povo bebe umas cachaças e aí a coisa fica feia. Vão pros bailes montados no lombo dum burro magro, eles mesmos tão magros de comer pouco e aí na beira das estradas vêem livuzia. Volta pra casa e vêem livuzia debaixo dos pés de manguba, vêem livuzia nos córregos, vêem em todo canto. Eu mesmo não vejo livuzia porque estou com Deus. Rezo demais. Rezo pra todo tipo de Santo. Peço o livramento, faço minhas novenas e aí com o poder de Deus e a água que eu trouxe da pia de batismo do Bom Jesus, eu guardo nesse vidro. Aí eu tenho o livramento, mas eles que pensam em mulheres dos outros, que vivem na bebedeira, eles vão ver livuzia”¹⁵⁶.

Para resolver os problemas causados pela livuzia e assombração, existe a necessidade da presença daquele capaz de lidar com elas. Mas esta é uma tarefa para poucos, uma vez que os ensinamentos devem ser transmitidos livremente pelo mestre ao discípulo de sua escolha, sendo que não cabe ao discípulo a escolha de exercer ou não o ofício. Ser “curador” ou “feiticeiro” não é uma escolha. Antes trata de ter sido escolhido, o que normalmente é encarado como uma “bênção”, uma “dádiva” que é construída lentamente, através de ensinamentos, recolhimento, orações e rituais específicos. Atualmente Cristóvão é o mais importante líder religioso da região. Filho de Zé Rodrigues, importante curador que transmitiu em vida seus ensinamentos ao filho. Entretanto, Cristóvão não se denomina curador ou feiticeiro. Prefere ser encarado como uma espécie de “mentor religioso” das pessoas que o procuram em busca de ajuda. Trabalha com a doutrina espírita de Alan Kardec, ensinando também os usos das ervas e plantas medicinais.

“Cristóvão¹⁵⁷ começou tocando sanfona. Quando era solteiro tocava sanfona. Vivia disso: um convidava pra tocar num baile, outro convidava pra tocar numa festa de santo e pagava uns mirreiros pra ele. Ele foi tomando gosto e aí se tornou o melhor sanfoneiro dessa região. Mas teve que deixar o ofício porque quando seu pai morreu ele herdou essa missão de Zé Rodrigues: continuar ajudando o povo nas beberagem e nas oração. Ele começou assim: rezava um, rezava outro, uma mordida de cobra aqui, um quebranto ali, uma dor de dente, espinhela caída e hoje ele já faz operação invisível. O trabalho dele é muito diferente do trabalho do pai dele. Não mexe com coisa da pintura do sujo. Só com coisa boa, ele tem uma missão espiritual, essas coisas de espiritismo, mesa branca, né? Não entendo muito disso, mas sei que é diferente. Vem gente de toda redondeza falar com ele. É só bater o olho, já diz o que

¹⁵⁵ B.T.S., 74 anos, morador da Tapera.

¹⁵⁶ B.T.S., 74 anos, morador da Tapera.

¹⁵⁷ Cristóvão é atualmente o mais importante “curador” da região. Filho de Zé Rodrigues, “curador” já falecido que até a década de oitenta, atendia a todas as localidades situadas em cima das Serra do Cigano, Vereda e Retiro. Foi discípulo de Nego de Ló, o mais importante “feiticeiro” da região.

a pessoa tem. Aí ora, reza, prepara as beberagens e aí a pessoa fica melhor. E ele não cobra nada, mas a pessoa sempre dá um agrado que pode ser um frango, ovos, algum dinheiro, peças de roupas usadas porque ele tem meninos demais e agora tem até neto. As filhas dele estão parindo logo e nem casaram. Mas é assim mesmo. Eu sei que se não fosse ele nem sei o que seria daquele povo pobrezinho”¹⁵⁸.

Na hierarquia do poder conferido a um líder religioso, a figura o feiticeiro encontra-se no topo. Dentre suas principais habilidades estão: o poder de curar doenças físicas, espirituais e mentais; o poder de provocar a morte de pessoa ou animal; o poder de “responsar” alguém, ou seja, quando uma pessoa é roubada, o feiticeiro tem como saber quem foi o autor do roubo; o poder de influenciar o pensamento e decisões dos outros; o poder de provocar chuva; combater fogo e curar mordida de cobras, dentre outros. Num segundo plano figura o curador, normalmente aprendiz do feiticeiro, cujos poderes são menores do que o primeiro, mas também são considerados relevantes, como: curar determinadas doenças físicas, espirituais e mentais; poder de tirar quebranto; de influenciar as decisões dos outros, num nível menor; poder de rezar animais quando doentes; poder de produzir remédios a partir de ervas, raízes e plantas medicinais, dentre outros. Ao lado do curador, está o macumbeiro, cujos poderes são parecidos, entretanto, cabe ao macumbeiro, realizações que o curador não faz. Dentre elas: “amarrar o rastro” de uma pessoa; arruinar uma plantação; provocar a morte de uma pessoa ou animal. Para os moradores da região, o macumbeiro é uma figura enigmática, capaz tanto de provocar “o bem” quanto “o mal”, o que acaba isolando a pessoa e afastando-a das demais atividades do grupo. Uma mescla de preconceito e medo povoa a relação entre as pessoas do lugar e o macumbeiro, visto como alguém que “sabe o que você pensa”, é capaz de provocar-lhe o mal, caso não goste de você. A correlação entre preconceito racial e medo do macumbeiro também está presente em outros rituais que transmitem a religiosidade africana. Nesta área específica da Chapada Diamantina os cultos oriundos de cultura africana são tidos como algo que faz parte da “*pintura do sujo*”, ou seja, algo demoníaco, portador do mal. Rituais africanos encontrados na região de Andaraí, Lençóis e Mucugê como o Jarê, por exemplo, são banidos pela população da Serra do Cigano.

¹⁵⁸ B.T.S., 74 anos, morador da Tapera.

3. SOBRE O MODO DE VIDA, SOCIABILIDADE E CULTURA

O nascer e o morrer nas imediações das caatingas é perpassado por práticas que, muitas vezes, confundem o observador de fora: celebra-se a vida, bebe-se o defunto morto! Há que se celebrar estes acontecimentos!

O nascimento de uma criança é comemorado com muita cachaça, pirão de parida e muita fofoca, afinal, a parturiente durante um mês recebe visitas que trazem boas vindas para o recém nascido e também as novidades para a mãe que, em período de resguardo, permanece confinada em casa, sem fazer esforço. Muitas visitas ali chegam guiadas pelo desejo de comer o pirão de parida, comida de sabor especial.¹⁵⁹ A dieta é seguida por cerca de 30 dias. Com o decorrer dos anos, houve algumas alterações, principalmente em relação ao tempo do resguardo: o que inicialmente era de cerca de 60 dias, passou para 40 e atualmente fica em torno de 30 dias; entretanto, a lista de proibições ou restrições continua quase inalterada.

Embora fiéis seguidoras das dietas e resguardadas de dissabores e preocupações, para as mulheres gestarem uma vida e colocá-la no mundo nos domínios das caatingas é algo complexo. Tanto os conhecimentos que cercam a vinda de uma criança, quanto os saberes acerca das plantas, aves, árvores, fornecem recursos para a manutenção do grupo. São práticas mantidas até os dias atuais, pois além das famílias não poderem contar com a presença de serviços básicos de saúde, tais práticas e usos produzem sentidos sobre o viver, em grupos orientados para a comunidade.

Os cuidados dizem respeito à gravidez, ao momento do parto, do pós-parto e ao aborto. Em cada um deles, as mulheres descrevem como atuar, evitando

¹⁵⁹ A receita foi narrada da seguinte forma: “quando a mulher já fica sabendo de seu estado de gravidez, os preparativos começam: primeiro ela tem que botar pra engordar muitas franguinhas e alguns frangos. Eles devem ser bem alimentados, de preferência com milho mesmo e algum resto de comida. A farinha também deve ser feita com mais cuidado: ela deve ser bem torrada e fina. No canteiro deve cultivar os temperos que a mulher pode comer, porque afinal esse é um estado muito especial e não pode comer nada reimoso. Aí quando chega a hora, a parentada deve iniciar os preparos do pirão de parida. Mata a galinha e guarda a banha, ela vai servir para preparar remédios para a criança. A galinha é temperada com sal, alho, cebola, açafrão, gengibre, coentro seco. Ela é cozida, muito bem cozida. Aí separa o caldo dos pedaços. Com o caldo faz o pirão, colocando a farinha até ficar escaldada. Nos pedaços acrescenta coentro e cebola verde.”

que a doença se instale. Dessa forma, podemos observar um discurso que fala de uma prática preventiva. Baseadas na experiência, as mulheres sintetizam como devem proceder na hora do parto: *“um filho pra nascer depende da gente saber respirar junto com ele. A mulher precisa ter calma. Não adianta se desesperar, chorar e gritar. Tudo isso só faz aumentar a dor. A mulher senta em posição de parto, de preferência de cócoras ou com travesseiros altos e aí vai respirando, rezando, rogando a Deus pela batalha da vida que tem seu passo naquele minuto”*¹⁶⁰.

A primeira parteira de que se tem notícia nas imediações da Serra do Cigano era a velha Luzia. Cega, era a melhor parteira da região, atendendo não só as pessoas que moravam no Cercado, como também de povoados vizinhos. Quando alguma mulher se incomodava para dar à luz, um garoto ou garota era despachado num lombo de um jumento para ir buscar a Velha Luzia. A parteira cega era então conduzida na garupa do jumento até a casa da parturiente que ansiosa aguardava sua chegada para então aliviar-se de seu sofrimento. Ela então, começava com suas orações. Trazia patuás e folhas específicas para a ocasião. Mandava ferver chocolateiras de água, enquanto com sebo quente de carneiro massageava a barriga da parturiente. Contam que ela, só de tocar a barriga da mulher, sabia se ela teria um menino ou uma menina. Suas previsões eram certas, não errando nunca. O parto era então conduzido e outras ajudantes entravam em cena, cuidando da criança, cuidando da limpeza da mulher e outras na beira do fogão cozinhando o pirão de mulher parida. Estas mulheres eram iniciadas em seus ofícios logo cedo, por volta dos doze ou treze anos, normalmente por suas avós. Muito raramente suas mães as ensinavam, pois somente mulheres bem mais velhas é que podiam passar os ensinamentos às mais jovens. Elas aceitavam sem retrucar o novo ofício, sendo que muitas o encaravam como uma missão enquanto outras o viam como uma obrigação da qual não tinham escapatória.

A parteira ocupa lugar de destaque na vida do povoado e vizinhanças, mas isso não lhe confere privilégios pessoais, conforto, poder econômico ou algo assim. Transmitido oralmente, o ofício de parteira vai se transformando, agregando elementos novos, desfazendo práticas e criando novas formas de

¹⁶⁰ C.T.S., 59 anos, moradora da Tapera.

ajudar a mulher a ter filho. No viver cotidiano, esta atividade é re-significada a cada momento. O grupo social tem um papel fundamental no sentido de manter vivos alguns ensinamentos e tradições passadas pelas parteiras. Talvez pela ausência de assistência à saúde, sua presença é ainda hoje indispensável à vida da coletividade.

“Isso é ofício de família. Aprendi com minha avó. Minha mãe não sabia pegar menino. Tinha medo de sangue. Aí, quando eu tive meu primeiro filho, minha avó me chamou num canto da casa e falou que ela não ia morrer em paz sem ensinar esse ofício para mim. Ela me mandou fechar o olho e responder se queria ou não ser parteira. Fechei o olho e disse que sim. A partir daí, começou o ensinamento. E era reza de todo o jeito. Eu decorava as rezas e de noite cantava para ela, como se fosse uma lição. Aí quando apareceu o primeiro parto pra fazer foi um Deus nos acuda. Era um tal de correr de lá pra cá. O sentido foi que eu nem sei como consegui pegar aquela criança, mas ela veio ao mundo e foi forte demais”¹⁶¹.

A parteira é uma companheira importante para a grande maioria das mulheres. Mesmo aquelas que podem e decidem ter o filho com médico ou enfermeira têm um grande respeito pela parteira, porque é a ela que recorrem quando o filho recém-nascido chora sem parar. Além de fazer parto, ela também acumula atividades como rezar contra o mau olhado, mordida de cobras, dores variadas, prisão de ventre, além de rezar por animais doentes.

Entretanto, esse ofício parece estar em vias de desaparecimento. As novas gerações não têm mostrado interesse em aprendê-lo. Atualmente no Cercado não há nenhuma mulher jovem que esteja passando pelo processo de aprendizagem do ofício. A única parteira atuante é Dazinha que com cerca de 70 anos, já se sente cansada quando tem que se deslocar para realizar um parto em localidades distantes. Ainda que se trate de um ofício feminino, existem também na região alguns parteiros. São homens dedicados não só ao trabalho de ajudar uma criança a nascer, mas também ao exercício da medicina e odontologia popular.

3.1. MORTE E RITUAIS FÚNEBRES

Assim como o nascimento, a morte é um evento importante. Só que ao contrário das alegrias trazidas pela vida, a morte normalmente é cercada da

¹⁶¹ V.T.T., 71 anos, moradora da Tapera.

dor da perda de um parente querido ou de um vizinho e amigo. O evento merece celebração, a depender da natureza da morte e de quem é o defunto.

O padre José Artulino Besen em sua obra sobre os sertões do São Francisco, narra uma encomenda de corpo:

“Na casa, o drama solitário. Eram três irmãs, velhinhas. Uma chorava. A outra, de voz grave (depois me disseram com muita sutileza que não era nem uma coisa nem outra), a acalmava: ““fortaleza irmã!”” Na velha casa de adobe, piso de terra, entulhada de mais adobes, sacos, sacarias e objetos de montaria... estavam sozinhas. Chegou a hora! ...Acheguei-me à Narcisa. Numa cama de paus, couro de boi por colchão, recurvada, paralisada pelas dores, gemia os mesmo ais que gemera ao longo de 76 anos...dei-lhe a absolvição. Quando recitou o sinal da cruz, Narcisa gemeu e falou dolorosamente: ““padre, qual foi o pecado que eu fiz sem saber pra não conseguir me benzer?”” Com mais esta dor, Narcisa foi insistindo até os olhos se fecharem. Enquanto a vela ardia em suas atrapalhadas pelo rosário, mais uma vida de apagou. Lá fora tudo igual: homens, mulheres, bêbados e crianças continuavam no seu nada fazer.”¹⁶²

Assustado pelas práticas cotidianas nas caatingas, o catarinense Padre José narrou nessa obra seus vários anos de trabalho nas comunidades de Oliveira dos Brejinhos, Ipujiara e Brotas de Macaúbas. Com seu olhar de fora do lugar, narrou ricas estórias em detalhes, algumas carregadas do espanto característico daqueles que adentram as caatingas pautados nas referências do sul e sudeste do Brasil. Narra inclusive algumas passagens sobre os moradores da serra do Cigano, cujo ritual de encomenda do corpo sofreu poucas modificações ao longo do tempo.

Os rituais fúnebres são preparados pela pessoa após alcançar certa idade, algo em torno dos sessenta e cinco anos. A partir de então, começa a tecer uma série de preparativos para o momento da morte: desde a confecção dos trajes típicos até providenciar animais que serão abatidos na ocasião, servindo de alimentação para os participantes do velório, além de armazenar provisões como farinha, tapioca, milho, feijão e arroz. Muitas pessoas demoram quinze, vinte anos se preparando para o momento que consideram importante. Mesmo sem apresentar problemas de saúde, as pessoas se preparam, fazem recomendações, ditam cartas e anotações que serão lidas na posteridade.

¹⁶² José Artulino Besen. *Nos Sertões do São Francisco – recordações do mundo sertanejo*. Passo Fundo/Rio Grande do Sul: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1993. Página: 19.

Morando em São Paulo havia cerca de 20 anos, a velha Joana, como era conhecida, já preparava sua morte havia 10 anos: quando fora passear em sua terra, no povoado do Cercado, mandou sua comadre Chica preparar-lhe a mortalha. Comprou tecido azul cor do céu, bico de renda, mandou forrar botões, comprou um terço novo, benzido pelo Frei Luís¹⁶³ e uma imagem pequena de Santa Luzia. Trouxe para São Paulo, mas temia morrer por aqui. Tinha como sonho ser enterrada na sua terra, um cemitério cheio de mato no povoado da Tapera, onde estão enterrados seus pais e seu filho Liberato que morreu vítima de feitiço. Todos os anos ela tinha a esperança de ir morrer na Bahia. Arrumava muitos sacos de roupas usadas e lá ia ela para o Cercado. Todo ano ela dizia que esta seria sua última viagem. E foi assim por mais de dez viagens. Tempos atrás sofreu um aneurisma cerebral, vindo a ficar internada por três meses. Saindo de lá, espalhava com muito orgulho que os médicos atribuíram sua ótima recuperação à sua dieta à base de buriti e mingau de puba, mas o fato é que ela se recuperou muito bem e viveu por mais oito anos, quando em 2002 veio a falecer de enfarte.

Joana já havia encomendado seu caixão, quando um filho a repreendeu severamente: *“mãe, aonde é que a senhora vai guardar esse troço?”* Morando num quarto e cozinha, não havia muito espaço nem para as pessoas, quem diria para um enorme caixão de madeira. Desse modo ela desistiu da idéia, mas comentava com pesar: *“não queria dar trabalho pra ninguém, já queria deixar tudo aqui guardadinho”*. Preparar para a morte num centro urbano como São Paulo, requer adaptações: não se compra em qualquer esquina uma mortalha; é necessário preparar alguém para realizar a cerimônia. É necessário investir o tempo e a dedicação de uma pessoa disposta a aprender as rezas e ladainhas; não se pode armazenar um caixão em casa, sem que cause transtornos.¹⁶⁴

Seu velório¹⁶⁵ teve que ser realizado aqui em São Paulo, em virtude da família não dispor de recursos para transportar o corpo para a Bahia. Como faleceu em casa, seu corpo foi para um hospital público para os procedimentos de

¹⁶³ O Bispo da Barra Dom Luís Cappio é conhecido desde a década de setenta na região. Muitas pessoas lhe atribuem milagres e poderes de santo.

¹⁶⁴ Narrativas fornecidas por E.L.S., 51 anos, filha de Joana.

¹⁶⁵ Estive presente ao velório.

rotina. Dispensado da autópsia, seu corpo descansava no banco de cimento do hospital. Todos aguardavam a presença do pessoal da funerária. Entre muito choro, gritos de desespero e saudade reuniam-se filhos, netos e outros parentes. De repente alguém lembra da indumentária, a mortalha e todo o aparato preparado em vida para esse momento especial. Mas retruca uma filha evangélica: *“para que essa palhaçada, ela já está morta! Agora é um corpo!”* Essa frase causou um grande reboiço no ambiente. Alguns esconjuravam! *“Que absurdo! Como é que fala assim com a mãe que em vida deixou tudo preparado: a mortalha, a santa, as orações e até o terço”*. Muita discussão, quando de repente, um grande susto: ouve-se um grito! E uma entidade se apossa de uma das filhas: *“é o finado Justino!”* Reconhece alguém. A pessoa apossada pela entidade começa a falar com voz diferente: *“será que é preciso eu estar aqui agora para vocês respeitarem a vontade de Joana?”*. Todos se assustam e ficam quietos. A entidade dá seu recado e vai embora. Todos partem rumo à sentinela.

Nesta noite ninguém dorme. É preciso fazer sentinela para o defunto. Alguém corre na casa e pega a indumentária, guardada numa mala velha embaixo da cama. Uma das filhas se encarrega de vestir a mãe. O corpo é então levado para o velório. Lá passa a noite. As filhas levam garrafas e mais garrafas de café, bolo, salgadinho. Revezam-se para a vigília ao corpo. Nessa hora todos que estão na presença do corpo choram. O tempo não pode ser observado nessa ocasião: dia e noite são iguais. Já passa das onze da manhã quando alguém requisita a presença de um padre. *“Mas onde a gente arranja padre por aqui?”* Uma hora depois, lá estava o padre para realizar a missa de corpo presente e encomendar a alma da finada. Todos se reúnem em torno do corpo. São mais de cinquenta pessoas entre parentes, amigos, conhecidos, todos conterrâneos.

Posteriormente, foi necessário fazer uma “vaquinha” para pagar o velório, que havia saído muito caro, pois, segundo o administrador do local, nunca um corpo tinha permanecido por tanto tempo naquele velório. A chamada sentinela costuma ser um evento que tradicionalmente dura 24 horas. Durante esse tempo todos fazem visitas e choram o defunto, principalmente se o finado é possuidor de bens. Ainda em vida, reserva-se um animal para a sentinela. O hábito de servir alimentação e bebida é muito comum, tornando a sentinela um

evento bem concorrido: “ *mal o dono fecha os olhos, apagam os do animal e começa a cerimônia regada por muita carne, arroz, feijão, farinha e cachaça*”¹⁶⁶.

Esta prática vem se tornando cada vez mais rara. Nas sedes dos municípios, por exemplo, ela é pouco utilizada. Servir alimentos nessa ocasião tem mais a ver com a razão prática. Normalmente as pessoas residem distantes umas das outras, chegando a ser vários os quilômetros que as separam. Com o intuito de manter todos ao redor do defunto, a alimentação e a bebida servem muitas vezes como estímulo para que lá se permaneça.

Em todas as localidades estudadas durante a pesquisa, há um cemitério, exceto o Cercado que enterra seus mortos no cemitério da Tapera, comunidade vizinha. Não se pratica mais a cova solta ou em fazendas, como era costume. Agora, todos são enterrados com o conhecimento da sede que faz o controle. Estas medidas foram tomadas em virtude das fraudes no sistema de aposentadoria, quando muitas famílias não informavam a morte de um aposentado, visando continuar a receber o benefício. Mesmo nas comunidades mais isoladas, esse registro é feito. A morte de “anjos”, crianças recém-nascidas, que até pouco tempo eram sepultadas em caixas de sapato, hoje são controladas tanto pela Pastoral da Criança quanto pelos agentes de saúde.

O cerimonial da morte é cercado por cuidados específicos que ficam a cargo dos companheiros da comunidade. Para os familiares essa não é uma hora de resolver problemas, mas de chorar a perda. Há ainda, as companheiras que choram os defuntos: são sempre as mesmas e se encarregam de rezar as ladainhas e os cânticos, chorar pelo defunto, mesmo que ele tenha sido em vida um desafeto seu.

O evento da morte está marcado pelo controle do Estado e dos grupos intermediários. Já o controle do nascer nem sempre é feito. Ainda hoje muitas famílias deixam de registrar seus filhos. A prática tem se tornado mais rara, por

¹⁶⁶ José Artulino Besen. *Nos Sertões do São Francisco – recordações do mundo sertanejo*. Passo Fundo/Rio Grande do Sul: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1993. Página: 18.

serem as famílias agora beneficiadas pelos programas de renda mínima: bolsa escola, renda família, cestas básicas, tíquete, fome zero e outros.

4. REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE DESARTICULAÇÃO E DISSOLUÇÃO DA COMUNIDADE DO CERCADO

Ao longo de sua história de povoamento, a comunidade do Cercado foi tecendo suas dinâmicas de vida baseadas em profundo diálogo com a natureza, retirando dela tudo de que precisava para sua sobrevivência e continuidade. Esta interação permitiu que as subjetividades fossem sendo forjadas ao longo do trajeto de cada indivíduo dentro do grupo. A intersecção com a geografia do vale do Cercado e a natureza do isolamento inscreveu estes indivíduos na particularidade de convivência com o semi-árido chapadeiro, assim como na eleição da natureza como matriz básica, sustentáculo da vida local, constituindo modos de vida em que se coadunam religiosidade, magia e feitiço.

A crença nos elementos naturais e a centralidade nos tempos da natureza constituíam, por assim dizer, os pontos de ancoragem das subjetividades individuais que reverberavam no grupo comunal. A personificação de características como a crença na magia do mundo colocava os indivíduos em constante dependência dos ciclos naturais, segundo os quais organizavam a estrutura da vida comunal. A religiosidade fortemente marcada nos rituais de feitiço, e na dependência dos conhecimentos acumulados pelo feiticeiro e curador, estabelecia as conexões primordiais com a crença no poder das plantas medicinais e nos conhecimentos da mágica necessária para a manutenção da comunidade. Os rituais e as práticas religiosas corroboravam a necessidade dessa magia como condição da inviolabilidade das tradições locais. Jamais questionavam essas práticas ou sugeriam sua ineficácia.

As tradições, magia, crenças e feitiços eram a garantia de cura dos males do corpo e da alma. O Cercado permaneceu assim e tudo ocorria dentro do esperado pelo grupo. Mesmo em tempos de escassez, quando as secas castigavam, a fé permanecia, a crença de que uma nova fase se aproximava e não havia por que duvidar das tradições. A vida foi se pondo à prova na

cotidianidade. Com o espaçamento das estações chuvosas cada vez se intensificando, um após o outro foi se retirando em busca de condições de sobrevivência. Aqueles que ficavam permaneciam inabalados em sua fé; mesmo com toda a sorte de dificuldades, permaneciam firmes em seu propósito de guardar as tradições.

Em uma comunidade pequena, sem acesso aos serviços básicos de saúde, educação, água encanada, energia elétrica¹⁶⁷, transporte, a dimensão mítica aproxima-os cada vez mais. No final da década de setenta, com a intensificação do fluxo migratório, o Cercado começou a perder figuras centrais que mantinham as práticas religiosas e as demandas dos santos. Aqueles que gradativamente foram substituindo os líderes, tentavam a todo custo manter rituais e festejos. Durante algum tempo conseguiam, mas as dificuldades impostas pelas condições materiais iam, gradativamente, atualizando estas práticas frente à nova realidade que se impunha a cada momento. Algumas modificações foram incorporadas, e em determinado tempo ocorria o processo de ancoragem e subjetivação¹⁶⁸. Nenhuma mudança muito brusca foi narrada pelos moradores, mas eles sentiam que as mudanças mais sutis poderiam significar uma viagem sem volta; aqueles que retornavam de suas andanças pelo Brasil traziam novos elementos que igualmente iam se incorporando às práticas antigas.

Todas essas mudanças, entretanto, não significaram rupturas na ordem estabelecida. Antes significavam um rearranjo, uma nova roupagem. A crença

¹⁶⁷ Em março de 2006 a energia elétrica chegou à serra do Cigano, beneficiando as comunidades do Cercado, Tapera e São Bento.

¹⁶⁸ Ancoragem aqui é utilizada na acepção formulada por Serge Moscovici em que consiste na integração cognitiva do objeto representado. É tudo aquilo que permite que o conhecimento novo seja incorporado ao conhecimento já existente. As representações já disponíveis podem funcionar também como sistemas de acolhimento de novas representações. De um modo geral, o processo é responsável pelo enraizamento - ou, como o próprio nome indica ancoragem social da representação e de seu objeto. O autor considera que a classificação dá-se mediante a escolha de um dos paradigmas ou protótipos estocados na nossa memória, com a qual comparamos então o objeto a ser representado. O processo de ancoragem supõe três sub-processos: 1 - como se confere sentido ao objeto; 2 - a instrumentalização do saber, modalidade que permite compreender como os elementos da representação não só expressam relações sociais como também contribuem para constituir-lo e 3 - a integração da novidade ao pensamento pré-existente. Ver: Serge Moscovici. *Introducción a la Ppsychologie Sociale*. Paris: Librairie Larousse, 1972. e Denise Jodelet. *Loucuras e Representações Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

na magia do mundo permanecia como traço marcante na dinâmica de vida das pessoas; reverberava para além das fronteiras do Cercado, se estabelecendo em outros territórios para onde quer que migrasse um cercadense. Este processo não gerava grandes mudanças. Mas, em meados na década de noventa, começam a ocorrer corrosões, como se algo fosse minando gradativamente a magia, como se houvesse a perda do encantamento do mundo. O que ocorreu afinal, por que esta crise nos sistemas de crenças?

Não se trata aqui de encontrar um marco causador da crise, nem mesmo de identificar agentes responsáveis pelo processo. Trata-se de refletir sobre como os moradores do Cercado vivenciaram e ainda vivenciam este processo: a perda da magia do mundo. Para tanto, basta um olhar cuidadoso sobre a sociedade atual, os valores da modernidade que ultrapassam as fronteiras do vale do Cercado, espalhando-se como uma densa névoa pela serra do Cigano.

Estes processos de mutação estão diretamente ligados às condições impostas pela modernidade a grupos tradicionais que vivem em relativo isolamento geográfico. A natureza do isolamento não impõe a estagnação de costumes e modos de vida. Ao contrário, os determinantes da geografia do vale do Cercado, ao lado da constituição histórica de processos como o mandonismo dialogam com a construção das subjetividades forjadas no processo de povoamento da região. Desde a criação dos primeiros núcleos humanos na serra do Cigano, por volta de meados do século XVIII, a área experimenta processos de mudanças a partir do fluxo de viajantes, tropeiros e garimpeiros que buscavam alcançar o Rio São Francisco. Talvez por ter sua constituição baseada neste fluxo de pessoas, as comunidades que se formaram a partir daí solidificaram modos de vida que garantiam sua permanência como grupo comunal. A passagem dessas pessoas não significava ruptura na constituição do seu *ethos* comunal, antes as tornavam unidas no propósito de habitarem aquele território.

A acepção de comunidade aqui é entendida como “uma relação social na medida em que a orientação da ação social – seja no caso individual, na média ou no tipo ideal - baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultante de ligações emocionais ou tradicionais dos

participantes”¹⁶⁹. O estreitamento dos laços comunais atuava como estratégia para a sobrevivência do grupo, bem como para a manutenção das tradições o que os tornava singulares e inscritos numa dimensão identitária.

Permaneceram ali por muitos anos, precisamente por dois séculos, até que em meados do século XX, iniciaram-se fluxos migratórios para os estados de São Paulo e Mato Grosso. De modo gradativo, a população foi tangida do lugar pela fome que se intensificava e pela falta de perspectiva de trabalho nas roças de mandioca e arroz. Tanto o período das secas prolongadas quanto o período das chuvas intensas dificultou o manejo das terras embrejadas. Estas limitações, aliadas à pouca terra disponível para a agricultura, obrigou os moradores a procurar alternativas de plantio em roças vizinhas, conforme já descrito. Antes disso, e até concomitante a este fluxo de migração, o Cercado teve sua “época de ouro”, rememorada pelos moradores mais velhos que puderam alcançar um tempo em que lá “dava de tudo”, não sendo preciso recorrer à cidade como ponto de apoio. As necessidades eram atualizadas ali dentro ou através de intercâmbio com comunidades vizinhas. Dali retiravam o sustento e os recursos de que precisavam para a manutenção do seu modo de viver. Seus festejos eram famosos e atraíam pessoas de fora. A vida transcorria de forma corriqueira, com toda sorte de acontecimentos cotidianos: luta, festa, morte, funerais, festejos, nascimentos. O Cercado estava vivo e isso bastava.

Neste contexto, marcado pelas interlocuções entre as dimensões sócio-históricas e o relativo isolamento geográfico que constitui as subjetividades, as transformações empreendidas pelo capitalismo nas metrópoles brasileiras tardam a se instalar no Cercado. Mas a mobilidade e expansão do capital alcançam finalmente o Cercado: através daqueles que saíram para outros centros ou daqueles que entraram, de modo que as trocas e intercâmbios não cessaram e permearam as subjetividades, transformando gradativamente tanto os desejos quanto as necessidades.

¹⁶⁹ Max Weber. *Conceitos Básicos de Sociologia*. São Paulo: Centauro, 2005. Página 71.

O conceito desencantamento do mundo formulado por Max Weber empresta-nos duas acepções básicas: uma que se refere ao sentido ético-religioso, como perda da magia do mundo e outra que se refere ao desencantamento do mundo pela ciência, através da cultura moderna racional. Estas duas acepções são complementares neste estudo, uma vez que a modernidade, conforme Bauman¹⁷⁰, líquida, fluída, derretida, desce da esfera do sistema para o nível micro do indivíduo. Em última instância, é ele quem carrega sobre si o peso dessa condição.

De acordo com Weber:

“O conflito entre o capitalismo e a tradição tem agora conotações políticas, pois se o poder econômico e político passa definitivamente para as mãos do capitalista urbano surge a questão de se os pequenos centros rurais de informação política, com sua cultura social peculiar, entrarão em decadência, e as cidades, como as únicas depositárias da cultura política, social e estética, ocuparão todo o campo de batalha.”¹⁷¹ E embora esteja se referindo a um contexto sócio-histórico diferente do aqui tratado, a aquisição de conotações políticas nas relações com lideranças regionais impõe que a submissão da localidade rural seja dada na medida em que ela estabelece dependência econômica em relação à sede do município, da micro-regional, do estadual e do Federal. Mais que isto, a complementaridade entre esses diversos níveis indica quão complexo é este sistema.

Esta complementaridade é discutida por Wolf¹⁷² em seus estudos sobre o México.

“(...) as comunidades que fazem parte de uma sociedade complexa não são mais vistas como sistemas integrados e completos em si mesmos. É mais apropriado considera-las os terminais locais de uma rede de relações de grupos que se estende, por meio de níveis intermediários, do nível da comunidade ao da nação. Na própria comunidade, essas relações podem ser totalmente tangenciais umas às outras”.

Para o autor não basta que se estudem as comunidades. É necessário debruçar sobre os interstícios da sua relação com os diversos grupos que as compõem. É a rede de relações de grupos que conecta as localidades e as instituições no âmbito nacional. O que só pode ser materializado a partir do

¹⁷⁰ Zygmunt Bauman. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

¹⁷¹ Max Weber. Textos Seleccionados. São Paulo: Abril Cultural, 1980. Página 94.

¹⁷² Eric Wolf. Antropologia e Poder. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003. Página 74.

estudo dos diferentes grupos de pessoas, cuja tessitura de poder tece relações historicamente inscritas. O autor faz distinção entre os grupos orientados para a comunidade, dos grupos orientados para a nação em termos dos objetivos de suas ações. No interior de um agrupamento de população pequena, como é o caso do Cercado, importa mais o calor, a afetividade das relações interpessoais do que propriamente o modo como as pessoas se interconectam com a esfera macro. Entretanto tais relações reverberam para além das fronteiras locais e encontram na economia a impossibilidade de um afastamento do mundo capitalista.

Esta cultura social peculiar a que se refere Weber é responsável pela aquisição de padrões apropriados de comportamento político, sem os quais não se filia no mundo do capital, condição essencial para a perda progressiva da magia do mundo. Essa perda dar-se-á na cotidianidade, acelerada pela égide do mundo da mercadoria. A fluidez expressa nessa face sem rosto que se tornou a modernidade, a condição de desencantamento do mundo.

Flávio Antonio Pierucci realizou uma série de estudos minuciosos sobre a localização exata do termo desencantamento do mundo nas obras de Max Weber, catalogando 17 passagens na obra do autor onde ele usa o termo. Pierucci argumenta que não se trata de um termo carregado de polissemia, como se indicasse desencanto ou universo em desencanto. Segundo Pierucci¹⁷³:

“A origem do termo foi inspirada nas reflexões estéticas do filósofo e poeta Friedrich von Schiller (...) Fora da Alemanha, os primeiros a divulgar essa filiação literária do termo foram Hans Gert e Charles Wright Mills, autores da infindidíssima coletânea de textos de Weber traduzidos para o inglês: *From Max Weber* [FMW]. Usadíssima em todo o mundo, o mundo todo veio a ter maior acesso à diversidade da obra de Weber com essa publicação no imediato pós-Segunda Guerra, em 1946. A certa altura da longa introdução dos organizadores pode-se ler o seguinte: Ao refletir sobre a mudança nas atitudes e mentalidades humanas ocasionada por esse processo [de racionalização], Weber gostava de citar a frase de Friedrich Schiller, ‘o desencantamento do mundo’. A extensão e a direção da ‘racionalização’ podem ser mensuradas, ou negativamente, em termos do grau em que os elementos mágicos do pensamento são desalojados, ou positivamente, à proporção que as idéias vão ganhando em coerência sistemática e consistência naturalística”.

¹⁷³ Antonio Flávio Pierucci. *O Desencantamento do Mundo – todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Editora 34, 2003. Página 28.

O autor adverte, entretanto, que embora tenha catalogado as referências de autores que atribuem o empréstimo do termo, nenhum cita a fonte exata na obra de Schiller, segundo a qual Weber teria se inspirado. Para Pierucci:

“Desencantamento do mundo é um significante de fraseado lírico, hipersuscetível de manipulação metafórica. Às vezes, é como se fosse um verso. E verso de tão forte apelo à imaginação do leitor, que na travessia dessa destinação termina por funcionar à guisa de um mote. E feito faz um mote, ele efetivamente desata a fantasia glosadora das pessoas que, intempestivamente, começam por livre associação de idéias a lhe atribuir uma infinidade de significados alusivos e fluidos, frouxos, a partir da pura similitude vocabular. (...) O termo é realmente bom, é rico o vocabulário “desencantamento”. Seu feixe básico de significados lembra tudo que é mágico e encantador, tudo que seduz e atrai, tudo que enfeitiça e arrebatada, tudo que tem charme e fascina. Charme. Fascinação. Feitiço. Embrujo. Sedução. Encanto. Incanteismo. Atração. Magnetismo. Tudo enfim que encanta – este núcleo – pode de repente sair dessa palavra. E é isto, acho eu, que permite a Weber, por exemplo, usar e abusar da metáfora do “jardim encantado”, em alemão *Zaubergarten*”, mesmo quando está no meio do maior esforço intelectual para traçar com clareza e distinção os limites lógicos do conteúdo que ele entende dar ao novo conceito.”¹⁷⁴

Assim como outros conceitos formulados por Max Weber, desencantamento do mundo só faz sentido se analisado segundo o contexto da obra e do autor. Nela aparece pela primeira vez impresso num texto que faria parte da obra *Economia e Sociedade*, denominado ‘*sobre algumas categorias da sociologia compreensiva*’, datada de setembro de 1913. Não se trata de um conceito auto-explicativo ou didaticamente esmiuçado como outros que fazem parte da obra do autor. Para sua compreensão é necessário um exame minucioso de sua obra, permitido também através da tecnologia de localização de vocábulos, através de softwares específicos. Dada a vastidão de sua obra e dos poucos recursos desta tese, optou-se pela apreensão do conceito através do mapeamento sugerido por Pierucci, sendo consultadas as obras por ele catalogadas.

A cultura racional moderna faz configurar nos grupos a fragmentação das práticas que trazem laços de solidariedade. Essa fragmentação ocorre também no âmbito dos processos subjetivos de constituição dos sujeitos dessa ação que, imbuídos de um espírito de razão, coloca em segundo plano esferas da religiosidade. Os interstícios entre uma economia racional orientada para os preços e os interesses religiosos que conferem fé ao humano indicam que esta é uma arena de lutas. O processo de aquisição e ancoragem de novos modos de pensar, sentir e agir não são automatizados, nem construídos de uma hora

¹⁷⁴ Antonio Flávio Pierucci. Obra citada. Páginas 32 e 33.

para outra. Antes, os espaços intersticiais entre as relações interpessoais e a concretude dos ditames econômicos formam arranjos e rearranjos, se acomodam e se desfazem até que se estabeleçam novas lógicas que comporão seus territórios imaginários. E assim que estes estiverem ancorados, se dissolvem, conforme Bauman¹⁷⁵, na inconsistência dos fluidos, metáfora da modernidade atual.

Para Weber:

“A tensão entre a religião fraternal e o mundo foi mais evidente na esfera econômica. Todas as formas mágicas ou mistagógicas primevas de influenciar os espíritos e divindades tiveram interesse especiais. Lutaram pela riqueza, bem como pela vida, saúde, honra, descendência e, possivelmente, melhoria do destino no outro mundo (...) Uma economia racional é uma organização funcional orientada para os preços monetários que se originam nas lutas de interesses dos homens no mercado. O cálculo não é possível sem a estimativa em preços em dinheiro e, daí, sem lutas no mercado. O dinheiro é o elemento mais abstrato e “impessoal” que existe na vida humana. Quanto mais o mundo da economia capitalista moderna segue suas próprias leis iminentes, tanto menos acessível é a qualquer relação imaginável com uma ética religiosa de fraternidade. Quanto mais racional, e, portanto impessoal, se torna o capitalismo, tanto mais ocorre isso. No passado, foi possível regulamentar eticamente as relações pessoais entre senhor e escravo precisamente porque elas eram relações pessoais. Mas não é possível regulamentar – pelo menos, não no mesmo sentido, ou com o mesmo êxito – as relações entre os variáveis detentores de hipotecas e os variáveis devedores dos bancos que concedem tais hipotecas: pois neste caso não há relações pessoais de qualquer tipo.”¹⁷⁶

A incompatibilidade entre estes dois sistemas também tornou incompatível a crença na magia, condição de inviolabilidade da tradição. O que resta então? Que finalidade tem esta comunidade, agora? Qual é o sentido em manter suas tradições?

As mutações e persistências não são descritas aqui em termos de dualidade campo/cidade, mas em termos da relação, conforme Wolf, entre o móvel e o tradicional, entre conflito e acomodação, produzindo mudanças de configuração tanto no interior da localidade quanto em tudo que a ela se refere. São descritas também, conforme Canclini, nos hibridismos constituídos a partir dos cruzamentos socioculturais em que o tradicional e o moderno se misturam.

“Para analisar as idas e vindas da modernidade, os cruzamentos das heranças indígenas e coloniais com a arte contemporânea e as culturas eletrônicas, talvez fosse melhor não fazer um livro. Nem mesmo um filme, nem uma novela, nada que se entregue em capítulos e vá de um começo a fim. Talvez se possa usar este texto como uma cidade, na qual se entra pelo

¹⁷⁵ Zigmunt Bauman. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

¹⁷⁶ Max Weber. *Economía y Sociedad*. Esbozo de sociología comprensiva. México: Fondo de Cultura Económica. 1964. Página: 245.

caminho do culto, do popular ou do massivo. Dentro, tudo se mistura, cada capítulo remete aos outros, e então já não importa saber por qual acesso se entrou”¹⁷⁷.

Os itinerários da mudança ou mesmo as ideologias modernizadoras, conforme o autor, não indicam onde começa e onde se conclui este processo. Nem mesmo isto é relevante, uma vez que a modernização não acabou com as formas de produção artesanal, nem com os sistemas de crenças e os bens tradicionais. Antes, houve sua apropriação como mercadoria, produto a ser comercializado. Por isso mesmo este fenômeno não pode ser estudado como algo que possui começo, meio e fim o que dificulta sua compreensão por um lado e por outro, coloca-nos no epicentro do chamado ‘mal-estar pós-moderno’. As relações mercadológicas do mundo pós-moderno acabaram por dizimar crenças em escrituras sagradas, assim como acabam ocupando o lugar destinado à magia da natureza e do sobrenatural.

Para os moradores do Cercado, a memória se retrai quando relembra um tempo ideal, onde os acontecimentos se inscreviam numa lógica da perfeição, onde nada saía do lugar. Mas esta lógica só pode ser rememorada, ela nunca foi vivida como acontecimento de fato. O que se modifica, no entanto, é a tessitura da narrativa, que agora permeada da racionalidade moderna, agrega-se à dissolução da magia, na diminuição da fascinação e do feitiço que sempre marcou a atmosfera da vida na comunidade. A memória resgatada fala de um tempo ideal, onde as coisas aconteciam sem grandes problemas, revive um passado, (que Bosi¹⁷⁸ denomina de “memória dos velhos”) em que a evocação permite imagens de outro tempo, semelhante ao sonho e ao devaneio. Os moradores mais velhos do Cercado oscilam entre a rememoração de um tempo onde os festejos e cerimoniais serviam a propósitos relacionados à fé, à manutenção do grupo, auxiliando na concretização das práticas cotidianas e a evocação da memória como forma de resignificação dos processos vividos, procurando dar sentido à sua própria história. Muito mais do que lembranças de um passado idealizado, a memória tem a função, segundo a autora, de

¹⁷⁷ Nestor Garcia Cnclini. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. Página 20.

¹⁷⁸ Ecléa Bosi. *Memória e Sociedade: lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

empurrar as experiências significativas para a margem da atualidade, encontrando ressonância nos tempos atuais. Se os mais jovens se interessarão por estas questões, isso não está mais ao alcance dos mais velhos, cabe-lhes, entretanto, dar ciência, tornar aparente e vivo um passado que foi útil ao grupo. Neste sentido, contar, recontar e encontrar pessoas interessadas em ouvi-los parece ser algo que desperta contentamento e entusiasmo. Ao rememorar passagens de outros tempos, os moradores do Cercado expressaram alegria e contentamento; sentados num tronco de manguba caído à beira da trilha, perto das casas, contavam suas histórias, acompanhados de crianças e jovens que se divertiam, rindo e buscando saber mais sobre os eventos narrados.

Qual é a profundidade das mudanças que ocorreram no Cercado? Podemos falar em mudanças na relação mando/obediência? Podemos falar em mudança no âmbito da dominação?

É possível falar de mudanças que se concretizaram no âmbito do acesso à terra e mudanças drásticas no frágil ecossistema da serra do Cigano, mudanças ocasionadas pela aproximação, na década de oitenta, de empresas mineradoras de fora do Estado que lá se instalaram para explorar mármore azul e quartzo. A presença das mineradoras produziu metamorfoses na dinâmica natural do lugar; suas atividades cortaram e remexeram a serra com maquinaria pesada, instalando bases em área de nascentes de água potável, diminuindo significativamente o fluxo de água. Descrente das promessas contidas na apologia do desenvolvimento que circulavam nessas áreas, a população local assiste ao esfacelamento de seus valores e modos de vida em favor de uma racionalidade ditada pelo ritmo econômico. Não há saída. Não há escolha a ser feita uma vez que contra o *Entzauberung der Welt*¹⁷⁹ não há o que fazer, pois está fora do alcance dos mortais.

Se pensarmos que o modo de vida do Cercado assegurou a manutenção da coesão do grupo através de dinamismo próprio que permitiu uma adaptação continuada diante das transformações econômicas e sociais da modernidade,

¹⁷⁹ Desencantamento do mundo – Max Weber.

por que não ver no desencantamento um movimento de ajuste e atualização face aos novos arranjos? Estaria ocorrendo um fenômeno de resistência e acomodação de novas atitudes, hábitos e valores? Apenas uma nova configuração frente aos desafios impostos pelos novos tempos?

A questão central desse processo passa pelo vazio deixado pela perda da magia do mundo. Vazio que não é preenchido pelos apelos e sedução do mundo da mercadoria. Para esse vazio identitário não há possibilidade de preenchimento porque o próprio vazio padece de “não-sentido”. Esta é uma luta árdua uma vez que a intangibilidade dos sentidos vai se dissipando como névoa fraca rumo ao desconhecido. Este vazio não será facilmente preenchido com valores e crenças globais porque é na esfera particular e local que se dará efetivamente a crença mágica. Para Milton Santos¹⁸⁰, o lugar constitui a dimensão da existência e, como tal, compartilha o cotidiano de diversas pessoas e instituições. No lugar há conflitos e cooperação, acomodação e transformação, articulando dimensões subjetivas com dimensões concretas da vida. É nele que a existência se concretiza através do compartilhamento, onde tudo se funde, enlaçando as noções e as realidades de espaço e tempo. Neste sentido, pode-se afirmar que o desencantamento do mundo se dá na dimensão do lugar, *lócus* das relações entre o local e o global. Para Peter Spink¹⁸¹, é no lugar que o global e o local se entrecruzam. “Todos são produtos sociais com graus diferentes de intermediação. O lugar; em constante construção, é aquilo que temos; não há nada além dele. Seus horizontes e limites são produzidos e disputados por nós mesmos.” *Lócus* de receptividade e acolhimento das experiências particulares de sujeitos que experimentam o mundo através de um relativo isolamento geográfico, mediado pelas vivências com a natureza semi-árida.

O desencantamento se inscreve nesta perspectiva, na qual a dinâmica do lugar está em constante movimentação e mudança de significados e sentidos, cuja construção é de caráter eminentemente coletivo. A transposição da conduta coletiva, do estilo de vida comunal para a disciplina de práticas individualistas

¹⁸⁰ Milton Santos. A natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹⁸¹ Peter Spink. O Lugar do Lugar na Análise Organizacional. Revista de Administração Contemporânea da ANPAD. Volume 5, 2001. Página 33.

altera o modo como produzem sentidos e, por conseguinte, a forma como operacionalizam o cotidiano. Se antes as trocas solidárias ditavam o sentido das relações tanto dentro da comunidade quanto com as comunidades vizinhas, agora a inversão dessas lógicas impõe que novos sentidos sejam produzidos a partir daí. O vazio criado pelo esfacelamento das relações de parentesco, dos ciclos de confiança e solidariedade entre vizinhos não é facilmente preenchido pelo discurso da globalização ou da modernização. O vazio sequer produz o caos generalizado. Produz antes o silêncio, o medo e a desesperança.

As falas a seguir procuram ilustrar esse processo:

“Antigamente a gente podia confiar nos conselhos dos mais velhos, confiar nos ensinamentos que eles nos passavam, no modo como a gente devia agir diante de uma mordida de cobra, diante de uma criança doente ou uma mulher que estava sentindo as dores de parto. Hoje em dia isso fica mais difícil porque não tem mesmo em quem a gente deve confiar. Ta certo que Cristóvão ajuda muita gente, mas não é a mesma coisa. Qualquer dorzinha de barriga o povo já corre pros médicos”¹⁸².

“Eu estava enfermo e fui no Barro Duro em busca de um curador. Lá chegando o homem me falou tanta besteira que eu fiquei pensativo. Não tive coragem de beber aquelas raizadas que ele preparou. Parecia tudo muito sujo. Mas o problema é que nem médico resolve o meu problema porque nem mesmo eles sabem o que eu tenho. Já rodei pra São Paulo, pra Seabra e mesmo nesses médicos de Brejinhos. Ninguém sabe de nada. Mas eu sei que é feitiço. Sei quem botou e tudo mais. Só não sei quem é que tem a capacidade para tirar essa maldição de mim. Aqui não tem mais curador que preste. Este povo moderno não sabe fazer operação invisível como antes. Se opera, o mal volta. Me falaram que lá pra Volta da Serra tem um curador bom. Estou esperando uma melhora no tempo para fazer essa viagem porque já não agüento mais sofrer com tanta coceira”¹⁸³.

“Eu sou devota de Santa Luzia. Fiz promessa porque minha filha quase perdeu as vistas numa queda de cavalo. Todo ano eu faço o presépio para Santa Luzia. Antigamente vinha gente de longe rezar aqui em casa com a gente, no andor que eu armava. Mas de uns tempos pra cá o povo tem diminuído e este ano que passou eu contava nos dedos as pessoas que apareceram para a novena de Santa Luzia. Eu fico muito triste porque em volta desse terreiro aqui era cheio de gente, a casa nem cabia tanta gente. Hoje em dia em fico muito triste com isso!”¹⁸⁴

“Aqui no Cercado a coisa está ficando cada vez mais triste. Isso aqui ao invés de ir pra frente, é só atraso. Antigamente aparecia viajante, pessoas diferentes que iam pro São Francisco. Hoje as únicas pessoas que passam por aqui são os trabalhadores das firmas de mineração. Este poço de Ermiro já está quase secando. Olha só a situação! Tem só uma laminha de água! É muito triste! Fico triste só de pensar que era dele que todo mundo retirava água pra beber na ocasião da seca. A gente nem tomava banho nele. Hoje ta nessa situação”¹⁸⁵.

O medo de não conseguir sobreviver utilizando as já consagradas práticas agrícolas, agora prejudicadas pela questão ambiental causada pelas

¹⁸² M.M.S., 48 anos, moradora do Cercado.

¹⁸³ N.L.S., 67 anos, morador do Cercado.

¹⁸⁴ V. M. S., 69 anos, moradora do Cercado.

¹⁸⁵ L. M. C., 42 anos, morador do Cercado.

mineradoras, soma-se à rejeição ou pouca procura pelos produtos produzidos pela comunidade que são comercializados na feira da sede do município. A substituição dos produtos orgânicos, sem adição de químicos, tradicionalmente vendidos na feira pelos moradores do Cercado como o buriti, a farinha de mandioca, o beiju, as hortaliças e frutas silvestres, por produtos industrializados que ganharam a preferência do consumidor da sede, provoca insegurança com relação à comercialização dos excedentes, importante fonte de renda dos trabalhadores da comunidade. Os sistemas organizativos locais estão sendo alterados, incorporando novas exigências do mercado. Entretanto, essa transformação não é acompanhada pelos órgãos de fomento à organização e ação social do governo do Estado, como a Companhia Agrária Regional ou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia que normalmente auxiliam as comunidades no processo de organização e gestão local. Sem assessoria que os auxilie nesse enfrentamento, resta o embate corpo a corpo na lida cotidiana de conviver com os dilemas ambientais de gestão da parca água que sobrou, assim como da pouca terra que resta para a plantação de subsistência. Muitos não resistem e migram em busca de alternativas viáveis para a sobrevivência. Aqueles que ficam, definham na árdua luta com a terra para dela retirar todo o sustento de que necessitam. O trabalho nas mineradoras é para poucos privilegiados que possuem laço estreito com os “poderosos”. Da mesma forma, conseguir trabalho público requer que conchavos e acordos sejam costurados, privilegiando somente uma pequena parcela que detém algum grau de poder.

Tanto as dinâmicas de vida humana quanto as dinâmicas da natureza começam a sofrer fortes impactos. Se antes os viajantes e os tropeiros deixavam apenas rastros, a presença das mineradoras agora impõe ritmos e dita regras. Está configurada a intervenção na relação tempo/espaço que mantinha a vida no lugar. Esta intervenção aliada às modificações dos dinamismos organizativos da comunidade impulsionou deslocamentos das pessoas do Cercado que procuravam trabalho tanto nas roças das imediações quanto em terras distantes.

Maria Aparecida de Moraes Silva¹⁸⁶, em seus estudos sobre a *modernização trágica* empreendida pelo Estado Brasileiro em áreas de cultivo de cana-de-açúcar no interior paulista, chama a atenção para os processos de expropriação, exploração-dominação e exclusão de milhares de homens e mulheres que fornecem as bases para o maciço êxodo rural que o país tem enfrentado. A resultante disso são exércitos de errantes, trabalhadores “bóias-frias” cuja subjetividade é transformada e marcada na concretude de sua história. Segundo a autora:

“Sob o disfarce de um Estatuto de Trabalhadores Rurais, o Estado brasileiro institucionaliza a descaracterização destes homens e mulheres enquanto trabalhadores, negando-lhes esta condição e imprimindo-lhes a marca da indefinição, de uma verdadeira escória. Esta diferenciação coexistirá com a diferenciação entre “os de fora”, “os do lugar” e as mulheres. Os trabalhadores de outras regiões, “os de fora”, tornam-se “imigrados” no seu próprio país. Possuem um falar, hábitos culturais diferentes, muitos são negros ou pardos. Todas essas características étnicas ou culturais definidoras de um modo de vida transformaram-se em atributos negativos no momento em que seus portadores deparam-se frente ao “outro”, ao “do lugar”, ao paulista.

Na descrição de Josué de Castro¹⁸⁷, evidencia-se a agonia e a luta daqueles que não possuem terra. A luta pela terra já não é mais a luta por beneficiá-la. A expropriação perversa que varreu os Sertões Secos do Brasil responde pela violência que os seus moradores têm vivenciado. A luta pela vida e pela morte confunde-se: reivindicam-se sete palmos de terra para descansar da árdua batalha que tiveram em vida.

“Em 1955, João Firmino, morador do Engenho Galiléia, fundava a primeira das Ligas Camponesas no Nordeste do Brasil. Não fora seu objetivo principal, como muita gente pensa, o de melhorar as condições de vida dos camponeses da região açucareira, ou de defender os interesses desses bagaços humanos, esmagados pela roda do destino, como a cana é esmagada pela moenda dos engenhos de açúcar. O objetivo inicial da ligas fora o de defender os interesses e os direitos dos mortos, não os dos vivos. Os interesses dos mortos de fome e de miséria; os direitos dos camponeses mortos na extrema miséria da bagaceira. E para lhes dar o direito de dispor de sete palmos de terra onde descansar os seus ossos e o de fazer descer o seu corpo à sepultura dentro de um caixão de madeira de propriedade do morto, para ele apodrecer lentamente pela eternidade afora. Para isto é que foram fundadas as Ligas Camponesas. De início, tinham assim muito mais a ver com a morte do que com a vida, mesmo porque com a vida não havia muito o que fazer... Só mesmo resignação. A resignação à fome, ao sofrimento e à humilhação. Mas, se já não havia interesse dessa gente em lutar pela vida – em lutar por uma vida melhor e mais decente, porque este obstinado empenho em reivindicar direitos na morte? Reivindicação de mortos que nunca tiveram direito em vida! Por que esta desvairada aspiração de possuir, depois de morto, sete palmos de terra, por parte de quem na vida não dispusera, de seu, nem de uma polegada de solo, pertencendo quase todos, aos

¹⁸⁶ Maria Aparecida de Moraes Silva. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. Página 72.

¹⁸⁷ Josué de Castro. *Sete Palmos de Terra e Um Caixão – Ensaio Sobre o Nordeste, Uma Área Explosiva*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1967. Página: 23 e 24.

imensos batalhões dos sem terra que povoam o Nordeste brasileiro? E porque este desespero em possuir um caixão próprio para ser enterrado, quando em vida esses deserdados da sorte nunca foram proprietários de nada – nem de terra, nem de casa, nem mesmo do seu próprio corpo e de sua própria alma, alugados a vida inteira aos senhores da terra? Por que esta conduta aparentemente tão estranha, tão em contradição com o conformismo, a apatia, a resignação desta pobre gente? Tudo isto só tem sentido, quando a gente compreende que, para os camponeses do Nordeste, a morte é que conta, não a vida, desde que, praticamente, a vida não lhes pertence. Dela, eles nada tiram, além do sofrimento, do trabalho esfalfante e da eterna incerteza do amanhã: da ameaça constante as seca, da polícia, da fome e da doença. Para eles só a morte é uma coisa certa, segura, garantida. Um direito que ninguém lhes tira: o seu direito de escapar um dia pela porta da morte, do cerco da miséria e das injustiças da vida. Tudo mais é incerto, improvável ou impossível. Daí o interesse do camponês do Nordeste pelo cerimonial da morte, que ele encara como o da sua libertação à opressão e ao sofrimento da vida. “Aos pobres de espírito pertence os reinos dos céus”, dizem as Escrituras Sagradas. Palavra consoladora para aqueles que há muito já tinham perdido toda a esperança de conquistar um lugar decente nos reinos da Terra”.

Esta densa passagem marca as lidas e incessantes batalhas pela vida e pela morte, nas quais as reivindicações por vida mais justa parecem diluir-se frente ao desespero dos que almejam apenas um caixão para descansar. A questão é ainda mais complexa porque compõe os processos identitários do indivíduo marcado com o ferro da derrota: aquele que em vida não pôde lutar pela morte, transita entre os espaços relegados aos que se suicidam ou os que muito mal fizeram aqui na terra, o que torna compreensível o desespero e a aspiração pelos sete palmos de terra. São as marcas deixadas pela dominação tradicional que tem varrido os Sertões Secos do Brasil; marcas da violência têm abortado qualquer tipo de reivindicação, imprimindo medo e reavivando o mandonismo nas relações entre o proprietário das terras e seus trabalhadores.

A fome é um fantasma que apavora todos não só no Cercado, mas em todas as áreas de domínio das caatingas da Chapada Diamantina. Um misto de revolta e agonia povoa aqueles que ousam lembrar “*das fome braba*” por que passaram, principalmente até meados da década de oitenta. Rememorar a fome significa vivenciá-la novamente, o que é evitado por muitas pessoas. Como afirma Castro¹⁸⁸, a fome deixa marcas no físico e no psiquismo do indivíduo, alterando drasticamente sua fisiologia dos sentidos:

“A fome quantitativa se traduz de logo pela magreza aterradora, exibindo *faces* chupados, secos, mirrados, com os olhos embutidos dentro das órbitas, as bochechas sumidas e as ossaturas desenhadas em alto-relevo por baixo da pele adelgada e enegrecida. Indivíduos que mesmo no tempo de abundância – nas épocas do verde – nunca foram de muita gordura,

¹⁸⁸ Josué de Castro. Geografia da Fome – o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Página:189.

apresentando-se sempre com sua carne um tanto enxuta, chegam a perder, nas épocas secas, até 50% de seu peso”.

O socorro vem da natureza, todos os recursos são retirados dela. A ela todos recorrem quando necessitam de ajuda. O caatingueiro mais antigo, trabalhador de roça, criado na lida da caatinga não reconhece no poder público o papel de gestor e possibilitador do acesso às necessidades básicas do cidadão. Sente que a fome deve ser saciada por aqueles que tiveram o alento de plantar e a aposentadoria que recebe já é demasiada para alguém que não espera nada de ninguém. Espera tudo de Deus e da natureza, únicos responsáveis pelo processo da vida e da morte, sem os quais não poderia prover sua família. Mesmo os que de lá já saíram alguma vez para a cidade grande, não acreditam que há o que cobrar do poder público, pois os homens que estão no poder “estão lá para beneficiar suas próprias famílias e não têm obrigação de ajudar a ninguém”. Idéias como acesso aos serviços básicos de saúde, aos benefícios previstos em lei para todo cidadão brasileiro soam como uma abstração, produto “daquilo que é visto na televisão”, portanto desconexo com as dinâmicas da realidade concreta. Isso tem fortalecido tanto o exercício discriminatório do mando quanto a apropriação privada dos bens públicos por parte dos que estão ligados ao poder.

Esta vida Severina, conforme Ciampa¹⁸⁹, constitui sua identidade na interface com a atividade, que é sempre relacional, cuja intersubjetividade se concretiza nos papéis que exerce. Ser Severina, “bóia fria”, migrante, errante, numa terra de “estrangeiros”. A vida Severina do “bóia fria” não é a mesma vida Severina do trabalhador de garimpo, embora ambas compartilhem da condição de destituídos. Não é por acaso que os que migraram se vêem e são vistos como alguém que retornou sem nada.

À contraposição da dominação, libertar-se, segundo Bauman¹⁹⁰, “significa literalmente libertar-se de algum grilhão que obstrui ou impede os movimentos; começar a *sentir-se* livre para se mover ou agir. “Sentir-se livre” significa não experimentar dificuldade, obstáculo, resistência ou qualquer outro impedimento aos movimentos pretendidos ou

¹⁸⁹ Antonio da Costa Ciampa. A estória do Severino e a História da Severina. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

¹⁹⁰ Bauman. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Páginas: 23 e 24.

concebíveis.” Para o autor, o problema reside no fato de que pode haver incongruência entre o que se sente como liberdade com o que ela é de fato, sugerindo que as pessoas possam estar satisfeitas com suas condições, sentir-se livres, mesmo diante da escravidão. A genuinidade da liberdade não reside na supressão das condições objetivas da dominação ou da escravidão, pois não há como se certificar de que as pessoas almejem de fato a perspectiva da libertação, uma vez que nem todos estão dispostos a enfrentar as dificuldades que o exercício da liberdade pode acarretar.

Bauman, citando argumentos de Arthur Schopenhauer, propõe o equilíbrio entre os desejos, a imaginação e a capacidade de agir. Para ele, “o equilíbrio pode ser alcançado e mantido de duas maneiras diferentes: ou reduzindo os desejos e/ou imaginação, ou ampliando nossa capacidade de ação”. Posicionando-se como sujeito do capital, desejar menos significa ir contra a atração da mercadoria ou minimizar sua ação sobre o inconsciente, razão pela qual o autor distingue “entre liberdade “subjetiva” e “objetiva” – e também entre a “necessidade de libertação” objetiva e subjetiva.

Bauman,¹⁹¹ analisando as obras de Freud *O mal-estar da civilização e O futuro de uma ilusão*, argumenta que para o autor “embora alguns espécimes seletos da humanidade pudessem dominar a arte do autocontrole, todos os demais, e isso quer dizer a vasta maioria, precisavam da coerção para continuar vivos e permitir que os outros vivessem”. Esta renúncia do instinto, por assim dizer, seria o tributo necessário pago à sociedade pela condição de humanidade. Bauman entretanto, critica tal posicionamento, argumentando que sua validade restringe-se ao âmbito da clínica psicanalítica. Para ele, trata-se antes de um arranjo moderno, onde a face emancipatória também convive com a face coercitiva.

Um olhar sobre as condições objetivas dos moradores do Cercado mostra que a liberdade é restrita, uma vez que não há a opção de mudar essas condições. Entretanto, a coordenação dos processos organizativos que conduzem os modos de vida no lugar, no tocante às atividades tradicionais está em suas mãos. Dominação e libertação coexistem lado a lado.

¹⁹¹ Zygmunt Bauman. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Página: 28.

O Cercado permaneceu como se “desejasse menos” na lógica do capital e a diferença entre pobreza e rusticidade tem limites tênues. O desejar menos pode indicar que a natureza do isolamento geográfico manteve o morador do Cercado distanciado dos apelos do mercado ou que o definidor dos seus desejos corresse próximo às tradições, festejos e crenças próprios.

Se a redução da imaginação/desejo se concretiza apenas parcialmente, ampliar a capacidade de ação seria a forma condizente com a sociedade moderna para se alcançar o equilíbrio. Assim, o Cercado produziria mais, venderia seu excedente, ampliaria seu universo de consumo. Mas esta hipótese também não se concretiza, embora haja espaço para o intercâmbio de mercadorias vindas de centros urbanos. Na lida diária, não há desejos/necessidades subjetivas ou objetivas que justifiquem a corrida pela produção. No tocante ao cotidiano, tanto a urgência em sanar a fome quanto a necessidade de cantar loas aos santos se inscrevem na mesma face da moeda que, embora congregando práticas e objetivos diferentes, sustenta-se no fato de que o desejo e a imaginação não estão fora das condições objetivas em que são constituídos, ou melhor, esta não é uma opção que emerge da consciência; antes, trata-se de processos inconscientes no sentido freudiano do termo, como coerção e renúncia do instinto.

Na lida do cotidiano são feitas trocas, arremedos, negociações, barganhas, que possuem o colorido da intersubjetividade possibilitada pela intimidade do convívio diário. Aí estão presentes trocas mais profundas, legitimadas pela idéia do reconhecimento. Segundo Todorov:¹⁹²

“É o reconhecimento que determina, mais do que qualquer outra ação, a entrada do indivíduo na existência especificamente humana. Mas apresenta também uma singularidade estrutural: aparece, em certo sentido, como o duplo obrigatório de todas as outras ações. (...) O reconhecimento pode ser material ou imaterial, da riqueza ou das honrarias, implicando ou não o exercício do poder sobre as outras pessoas. A aspiração ao reconhecimento pode ser consciente ou inconsciente, acionando mecanismos racionais ou irracionais. O reconhecimento atinge todas as esferas de nossa existência e suas diferentes formas, e nenhuma pode substituir a outra: conseguem, no máximo, proporcionar, conforme o caso, algum consolo”.

O reconhecimento pelo trabalho prestado, pela participação na vida de um grupo pode ser entendido e sentido como a força necessária para alavancar ou

¹⁹² Tzvetan Todorov. *Vida em Comum – ensaio de Antropologia Geral*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996. Página 89.

perpetuar a estima própria. O reconhecimento do outro situado numa hierarquia superior indica a certeza dos acertos, tranqüiliza a existência, reforça a troca com os outros. A natureza das trocas simbólicas, materiais ou imateriais, como dar ao coronel o filho para batizar; votar no candidato do “meu patrão”, indicam relações baseadas num nível de intersubjetividade que legitima sua existência, o que não justifica o processo de dominação, mas distancia-se da venda do voto para candidatos desconhecidos em troca de dinheiro ou outro valor. Essas relações de mando têm fornecido elementos para a constituição de subjetividades forjadas na esteira da figura imponente do “grande proprietário bom”: aquele a quem todos devem favor. É ele quem abre as portas para o emprego na prefeitura; é ele quem fornece a terra para a benfeitoria; é ele que abre crédito bancário etc. Também é ele quem legitima e reconhece o fruto de seu trabalho.

Com papéis sociais bem definidos, homens e mulheres tecem sua vida diária, instituindo espaços de sociabilidade que marcam tanto o espaço imaginário quanto o do trabalho. Devido à fricção causada entre o tradicional e o móvel, uma nova configuração vai se instalando nas dimensões subjetivas da realidade e passa a operar por meio de ações no universo prático e simbólico dos habitantes.

As conexões que tecem elementos da tradição e elementos da modernidade fazem parte de uma rede maior entre os sistemas locais e os sistemas nacionais. Segundo Wolf:¹⁹³ As comunidades são modificadas e adquirem características novas devido a sua dependência funcional de um sistema novo e mais amplo. (...) é a rede de relações de grupos que conecta as localidades e as instituições nacionais.”

As tradições sofrerão modificações no seu fazer, entretanto sua gênese atende às necessidades pelas quais foram criadas porque fazem parte do modo de ser e existir nos domínios das caatingas e não em outro lugar. As idéias de cura, prevenção e cuidados são objetivadas, testadas e consagradas, sofrendo mutações no lidar diário da vida no lugar. Representam manifestações de como

¹⁹³ Antropologia e Poder. Eric Wolf. Organizado por Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNICAMP, 2003. Página 74.

o lugar foi construindo, ao longo de sua história, saberes que garantem a sobrevivência do grupo. Elementos novos são agregados, provenientes da convivência entre as diversas comunidades e também dos conhecimentos trazidos por aqueles que migraram, em meio à imensa rede de movimentação e troca com centros urbanos, como São Paulo, por exemplo.

Quando as pessoas migram, entram em interlocução com os modos de vida de uma sociedade urbana capitalista, apreendem modos que são incorporados e consolidados no decorrer do tempo. Entretanto, seus sistemas inconscientes, presentes em suas ações, parecem extrapolar para além do que fora incorporado. Não são mais os sistemas próprios de quem nunca saiu de lá, nem também o novo sistema incorporado a partir da convivência urbana. Trata-se de um elemento novo, composto de fragmentos identitários, numa metamorfose que se inscreve num tempo determinado. Num tempo próximo, ela já não será mais como antes, mas em transmutação constante a partir dos elementos da vivência com as crenças antepassadas e a vivência atual.

O capítulo procurou mostrar cenas do cotidiano da vida nos domínios de localidades caatingueiras, centrando-se no Cercado como foco de profundidade, ao mesmo tempo em que o interconecta com outras localidades adjacentes. Não se trata de evidenciar seu modo peculiar, sua forma de isolamento, mas estabelecer conexões entre os diferentes intercâmbios que seus moradores tecem com os outros lugares. Narrados a partir da trilha que dá acesso à subida da Serra do Cigano, os modos de vida nas diferentes localidades encontradas até o Rio São Francisco são perpassados por elementos de intensa intersecção, formando intercâmbios de saberes, trocas, práticas, não só em nível local, mas também nas esferas do município, dos municípios vizinhos e dos outros Estados da Federação por onde segue a rota migratória de pessoas do lugar.

A partir da década de setenta o Cercado passou a conviver com mudanças no seu dinamismo organizativo, mudanças configuradas a partir de uma complexidade de fatores, entre os quais destacamos: o enfraquecimento da agricultura provocado pela escassez de terras férteis e intensificado pelos

períodos de secas prolongadas nos anos de 1973 e 1974; o intercâmbio com viajantes e pessoas da região que retornavam a passeio despertou a necessidade motivacional pela busca de atualização dos desejos de consumo. Gradativamente o Cercado foi modificando seus eventos religiosos, suas práticas profiláticas, manuseio das plantas medicinais e sistema de beneficiamento da mandioca.

A chegada de mineradoras à área parece ter acelerado essas transformações que culminaram na modificação do espaço destinado à plantação e água doce. Uma série de atualizações no sistema de organização do modo de vida local necessitou ser feita para garantir a continuidade da comunidade, apesar dos fluxos migratórios que se seguiram.

Neste novo contexto marcado pelo avanço irreversível da mercadoria, o espaço para o cultivo do feitiço diminuiu, a manifestação da magia e dos saberes locais perde legitimidade. A descrença num imaginário que outrora fornecia o sentido da existência deixou um espaço vazio na comunidade. O Cercado gradativamente vai perdendo os referenciais que antes dignificava a vida no lugar. Em decorrência, passa a se enfraquecer enquanto grupo comunal. Com a saída de importantes lideranças locais nas décadas de setenta e oitenta, o Cercado começou a padecer de um não-lugar, cujo processo identitário sofria esfacelamento que refletia diretamente nas práticas cotidianas que garantiam a sobrevivência da comunidade.

O fluxo dos acontecimentos cotidianos inscreveu o Cercado na lógica de convivência com a natureza do semi-árido, mantendo vivas suas tradições e modos de vida que garantiam a sobrevivência da comunidade. A comunidade também se alimentava das trocas materiais e imateriais que realizava com as diversas localidades da complexa rede de sociabilidade vicinal. Entretanto, com a intensificação da porosidade das fronteiras impostas pela modernidade, o mundo da mercadoria passou a ramificar-se no interior desses grupos, reescrevendo modalidades de convívio comunal. O Cercado que outrora vivera dilemas entre abundância e escassez, agora padece de um não-lugar, onde

vigora a transitoriedade dos desejos e sonhos de consumo. Projeta-se uma face sem rosto que deixam os processos identitários em suspensão.

Para concluir, é importante ressaltar que o Cercado e as comunidades vizinhas lutam desde sempre com dificuldade para manter sua vida, em meio aos desmandos e autoritarismo regional. Como vimos, ações governamentais são realizadas na área, mas a maioria não se preocupa em ouvir verdadeiramente a população local, compreender suas principais necessidades, seus anseios e o que desejam para o lugar. Como resultado, descompassos entre a lógica da população e a lógica governamental, preocupada em sanar as deficiências dos indicadores sociais, são inevitáveis. Via de regra, há um hiato entre as concepções e modelos de desenvolvimento formulados pela gestão pública e as carências e anseios das comunidades.

O Cercado, assim como outras localidades da região, amargam um relativo abandono por parte do poder público: a cidadania ali se manifesta através do voto, de cabresto, do sistema de aposentadoria rural e de escolas multisseriadas que oferecem serviço precário ao aluno. Essas últimas sequer chegaram ao Cercado, cujas crianças utilizam a escola da comunidade da Tapera. A presença das mineradoras não trouxe benefício à comunidade; muito pelo contrário, sua ação predatória e intervencionista acabou por alterar significativamente o ecossistema da serra.

Tradicionalmente a região tem presenciado ações públicas formuladas a partir de um híbrido de assistencialismo e demagogia, que geralmente acompanham a visão do Nordeste Seco como área atrasada, passível de intervenções de toda natureza. O modelo de desenvolvimento para a região tem se alterado timidamente nos últimos anos, embora permaneça a falsa concepção de que a população local é conformista, não luta por seus direitos, sendo, portanto dispensável que sua opinião e participação sejam levadas em consideração. Essa visão é ilustrada com propriedade através das tradicionais frentes de trabalho que em tempos de seca empregam os mais necessitados e cuja atividade se resume em quebrar pedras para em seguida removê-las para o local de onde foram tiradas. Esse tipo de ação pública, relativamente comum,

tem significado desrespeito aos recursos públicos e aos trabalhadores, cuja dignidade é frontalmente abalada. O impacto da ofensa é ainda mais severo, quando se sabe que homens e mulheres já se sentem bastante humilhados por sua condição de pobreza e miséria.

Visões de desenvolvimento como esta vêm sendo questionadas por teóricos e sociedade civil organizada, conforme abordado nesta tese. A população local tem unido esforços na tentativa de romper com este ciclo, criando projetos voltados às suas necessidades, como o de criação do bode, de beneficiamento do buriti, de artesanato mineral, oficinas de costura, projeto da casa de farinha, dentre outros. Essas iniciativas se inscrevem na lógica de convivência com o semi-árido, mostrando que é possível conciliar a presença humana com os frágeis ecossistemas caatingueiros. Essas são ações que revelam menor impacto no ambiente e podem permitir sustentabilidade às comunidades. Deste modo, o cenário que se desenha atualmente contém um misto de otimismo e também de pessimismo. Otimismo porque as pessoas já estão se mobilizando em torno de um objetivo comum. Pessimismo porque as ações locais parecem se diluir frente à presença das corporações mineradoras e de outros interesses contrários ao exercício da participação popular. Trata-se de uma tensão em que atuam, lado a lado, dominação e libertação, vitória e derrota. E este é um motor que mantém em pleno funcionamento o exercício humano na luta e paixão pela vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da colonização portuguesa, os bandeirantes avançaram sertão adentro, dizimando as populações indígenas, explorando os recursos naturais e demarcando territórios. Com a intenção de estabelecer a pecuária nos domínios do semi-árido brasileiro, varreram a área em busca de povos para escravizar. Quando encontravam resistência, usavam de seu poderio de “fogo” para dominar os grupos existentes. Utilizando o Rio São Francisco penetraram a região central da Bahia, área da Chapada Diamantina. Estabeleceram-se por lá, constituindo-se um dos elementos de formação dos povos das caatingas. Paralelo à atividade pecuária, descobriu-se grande quantidade de riquezas: primeiramente o ouro e, num segundo momento, o diamante. Inicia-se então o processo histórico de ocupação dos povos externos à região. Com o enfraquecimento da atividade canavieira na faixa litorânea, muitos escravos foram deslocados para a região com o intuito de serem utilizados na atividade pecuária e nos garimpos. Essa ocupação é marcada pela violência que acompanhou as batalhas entre bandeirantes e indígenas e entre bandeirantes e escravos. Violência que se inscreve nos modos de ser e existir na região, perpetuando a relação mando/obediência que marca tanto as relações patronais quanto as relações com lideranças políticas, criando práticas de gestão da *res pública* baseadas na apropriação e uso privado dos bens públicos, bem como no estabelecimento de políticas do favorecimento a uma minoria privilegiada que historicamente tem dominado os pequenos municípios da Chapada Diamantina.

O Brasil tem visto o Nordeste Seco como lugar incapaz de se auto-sustentar, o que justifica intervenções. Desde aquelas mais comedidas e baseadas em estudos científicos, até as faraônicas, como a construção de grandes barragens em propriedades privadas ou ainda as bizarras, como a importação de camelos da Argélia, cujo fim era adaptá-los como animal de montaria e

carga.¹⁹⁴ A oligarquia nordestina e os donos do poder¹⁹⁵ viam nessas intervenções oportunidade ideal para enriquecimento e fortalecimento das estruturas de domínio e subjugação às quais suas populações estavam submetidas. As famílias tradicionais do Nordeste, as elites açucareiras e latifundiárias usavam a seca como moeda de troca por favores políticos. Os nordestinos pobres e sem terra respondiam à dominação de vários modos, ora adaptando-se a ela e tirando algum proveito, ora sendo explorados até o limite da condição humana, às vezes, respondendo com levantes e revoltas. De modo que a violência tem marcado as relações sociais nordestinas, com crimes de mando, vingança, cobrança de sangue e assassinatos comuns.

Desde o início da colonização a região da Chapada Diamantina foi devassada de forma predatória. Primeiramente com a presença dos exploradores de ouro e diamantes que após exaurirem as lavras diamantinas buscaram a extração de pedras semi-preciosas, mármore azul, quartzo, dentre outras. Atualmente o solo é fragmentado em propriedades privadas dedicadas à criação de bovinos, caprinos e para a agricultura de pequena escala, além de atividades de garimpo. Gradativamente, a região teceu sua dinâmica cotidiana em cima tanto de escombros humanos gerados pelo menosprezo e abandono quanto dos ecossistemas frágeis com risco de desertificação¹⁹⁶.

Através das históricas lutas entre coronéis rivais criaram-se os primeiros partidos políticos da região. Partidos que se mantêm presos às mesmas dinâmicas anti-democráticas sob as quais foram criados, originando assim os duelos e facções que se rivalizam pelo poder até os dias atuais. Essas rivalidades conferem peculiaridade à democracia da região, uma vez que o fenômeno do mandonismo subsiste com força, subjugando a população aos ditames daqueles que se encontram no poder. As contradições e lutas se interpõem: ora vive-se um intenso burburinho de participação, ora vive-se o

¹⁹⁴ Sobre as obras de cunho intervencionista, ver o capítulo 2.

¹⁹⁵ Raimundo Faoro. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1977.

¹⁹⁶ Geovanni de Farias Seabra. Do Garimpo aos Ecos do Turismo: o Parque Nacional da Chapada Diamantina. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

terror da não expressão. Dentro desta atmosfera de abandono e dominação, os desafios para o futuro requerem negociação com os diversos poderes existentes para abrir espaço a presença humana nos espaços povoados por frágeis estruturas naturais.

No processo de convivência com a caatinga, a mulher e o homem sertanejos criam e reproduzem práticas que garantem muito mais do que sua sobrevivência. Relacionam-se com a natureza de forma a retirar dela tudo de que precisam para o estabelecimento de uma vida plena, onde felicidade, angústia, dor, tristeza, alegria e comemorações fazem parte de um *complexum* cotidiano, como outra comunidade qualquer. Viver nas caatingas da Chapada Diamantina não os torna mais ou menos felizes que outros. Torna-os singulares nas experiências ímpares que possuem no diálogo com seus territórios imaginários ao mesmo tempo em que compartilham a humanidade que há em todos os povos. Irmanam-se com outros povos do mundo que enfrentam condições parecidas, numa economia agrária de subsistência, cuja condição climática os posiciona como sujeitos que convivem com o Semi-Árido. Mas nada disso os torna “especiais”, torna-os antes, sujeitos de seu processo histórico. Neste sentido, convém assinalar, que a ausência do Estado brasileiro insiste em torná-los invisíveis, intensificando o seu isolamento geográfico, o que resulta na negação do acesso aos direitos básicos garantidos pela Constituição Brasileira, agravando a pobreza. Se antes era seu estilo de vida rústico que aos olhos de um desavisado poderia indicar miséria, agora a pobreza é real, sentida através da privação aos meios que garantiam e coloriam sua existência: as manifestações culturais, a religiosidade e os saberes medicinais.

Enquanto espaços em mutação, as caatingas apresentam as contradições e a heterogeneidade do mundo inscrito na modernidade atual. Esses elementos contêm a elasticidade própria das dinâmicas sociais em ebulição, o que quer dizer que mesmo o estado de relativo isolamento geográfico de algumas comunidades permite um fluxo de diálogo, contendo elementos inter-relacionados do campo social Brasil e mundo. As mutações se impõem com

relevância. As tradições sofrem atualizações conforme a necessidade do grupo, e também conforme as imposições das políticas macro-econômicas, das políticas públicas intervencionistas e das práticas predatórias empreendidas pelas mineradoras na região. As comunidades menores e mais fragilizadas sofrem diretamente as conseqüências dessas ações, resultando no enfraquecimento cada vez maior das tradições e modos de vida local. Gradativamente, as populações tradicionais perdem seus referenciais, seus conhecimentos tradicionais como o saber sobre o corpo e a saúde, que já não atendem mais às suas necessidades e tampouco têm a mesma vivacidade de outrora. A relação que tecem com a natureza e com a terra está em metamorfose.

Esta metamorfose está diretamente relacionada à perda da magia do mundo, condição básica para a manutenção da dimensão mítica como sedimento da vida comunal. A transposição das barreiras porosas da modernidade fluída permite que seja instaurado um processo de “minar” de dentro para fora, do interior da vida comunitária, as dimensões da magia, criando a desarticulação dos aspectos primordiais que conferiam identidade ao grupo. O exemplo estudado no trabalho ilustra o processo de desarticulação que ameaça o esfacelamento da comunidade. O Cercado vive intensamente este processo, ou seja, encontra-se no epicentro do desencantamento do mundo: não está totalmente desarticulado, nem absorveu por completo os estilos de vida urbana, mas questiona o sentido das suas tradições. Há crise na produção de sentidos dos habitantes do Cercado sobre si mesmos, sobre a utilidade dos festejos, das rezas e rituais, dos usos diversificados do feitiço e do modo de vida da comunidade. As práticas discursivas locais sinalizam para um hiato entre os estilos de vida que preconizavam a magia da vida e aqueles estilos que se avizinham. Neste momento a comunidade do Cercado vive algo disforme, sem rosto e sem sombra. Algo que não sabem o que é, mas sentem que um vazio toma conta de todos, gradativamente. Resta a rememoração dos tempos de outrora, onde podem reviver, na imaginação, um tempo de ouro, onde as coisas tinham um ritmo próprio e a natureza ditava os ciclos da vida.

Aos poucos, o modo de vida comunal vai sendo substituído pela competição e individualismo, presentes nos atuais processos de disputa por terras, por rezes e por mulher. A presença das mineradoras na região tem intensificado a disputa pelos parques postos de trabalho, causando inimizades entre famílias que historicamente haviam se mantido unidas pela força da lida na casa de farinha. A própria dinâmica na casa de farinha alterou-se com a presença da energia elétrica que dispensa as pessoas que antes eram necessárias para puxar a roda da moenda; o ritmo é outro: a temporalidade pacata agora ganha ares de produtividade, uma vez que é necessário que se trabalhe depressa, as conversas freqüentes na lida da roça ou da própria casa de farinha não são mais possíveis, é necessário poupar também a energia elétrica, de alto custo.

A desarticulação está associada à perda do núcleo identitário central da comunidade, representado pelas festividades, rituais, usos diversificados do feitiço e relação intensa com a natureza. Em seu lugar não há a busca por outros elementos de identificação; há um esvaziamento dos sentidos do viver e habitar nas dimensões territoriais do Cercado. A própria relação que mantinham com a terra, que antes ultrapassava a idéia de usufruto, significando um espaço, um lugar por onde a vida flui, cujo sentimento de pertença circunscrevia seus habitantes nos territórios imaginários de lutas e conquistas, agora amarga o abandono, visível nas casas, nas roças e nos espaços coletivos.

O processo de territorialização é marcado, conforme Alencar¹⁹⁷, pelas diversas dimensões, elementos e componentes, inscritos num processo histórico contínuo e contraditório. Esse processo indica um território em uso, conforme Milton Santos¹⁹⁸. O território em uso indica a importância da investigação da malha de conexões possíveis que são estabelecidas entre as comunidades em diferentes níveis, estendendo essas conexões para a sociedade como um todo.

¹⁹⁷ Raildo da Silva Alencar. Assentamento Rural: conflitos internos e a territorialização do MST – Um estudo de caso. Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

¹⁹⁸ Milton Santos. Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

A temporalidade das ações locais permite a visualização das relações, além de permitir a compreensão das intersecções, dos nós desse processo.

Entre o território imaginário e ideal e o território da cotidianidade há um hiato preenchido pela sobreposição de territorialidades desejadas: relações solidárias; retorno a um tempo idealizado; lugar de fartura e concretude das conquistas desejadas. Segundo Alencar, a construção do território faz parte das estratégias identitárias, nas quais o sujeito tenta reconstruir seu modo de vida, suas relações de parentesco, seus costumes e hábitos com a família. No confronto com os acontecimentos cotidianos, a transmutação está inscrita num tempo presente ao mesmo tempo em que se reconhece o caráter de imutabilidade: os elementos humanos na composição paisagística parecem permanecer inalterados até os dias atuais. Relatos de viajantes do século XIX confundem-se com a observação empírica da paisagem de hoje: casas de pau-a-pique se espalham por todos os lugares; cacimbas; cabaças; gibão de couro cru corroboram a estética que fora antes estigmatizada pela visão de atraso cultural. A oscilação entre a estética caatingueira e a aquisição de novos padrões estéticos da modernidade mostra a efervescência de um processo que se determina para além da relação entre tradição e modernidade. Conexões são tecidas entre os modos de vida local e aqueles resultantes das intersecções com outros grupos. A diferença é que essas conexões não se traduzem em dissolução ou desarticulação desses modos de vida, mas em complementaridade e troca. A questão central diz respeito ao modo como a modernidade, na acepção de Bauman¹⁹⁹, promove a desarticulação dos modos de vida local e interfere diretamente nas conexões entre grupos vizinhos e a sociedade em geral. Não somente a sedução do mundo mercadológico, mas a racionalidade que não permite mais conferir sentido às crenças locais, potencializa a perda da magia.

A tecnologia, o advento dos grandes sistemas de informação, redes de mapeamento imagético e superação de limites imaginados pelo homem não tem significado melhoria da qualidade do modo de vida em comunidades rurais

¹⁹⁹ Zygmunt Bauman. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

caatingueiras. Questões básicas como o enfrentamento da fome, da miséria e da não participação na gestão pública têm intensificado a degradação da vida local. Essas tecnologias têm se preocupado cada vez mais com o aumento da potencialidade de consumo de grupos populacionais marginalizados. Entretanto, ao colocá-los no epicentro da sociedade de consumo, os exclui dessa mesma sociedade, pois seu pequeno poder de consumo não justifica tal “investimento”. Configura-se assim uma tênue linha neste incongruente processo: pessoas abaixo da linha de pobreza ocupando territórios imaginários, compartilhados com latifundiários e “donos do poder”, irmanados pelo que resta da crença da magia do mundo. Pensar em soluções que tragam melhoria da vida local através de ações públicas responsáveis pela valorização de estilos de vida solidários parece ser um grande desafio.

Algumas comunidades, muitas delas de difícil acesso, retiram seu sustento da natureza e tecem com ela uma relação de temerosidade e respeito. Desconhecem a finitude dos recursos naturais, mas conhecem verdadeiras “fórmulas sagradas” que os livram da doença, da morte e da fome. Seu sistema de trocas solidárias permite gerir a comunidade, muitas vezes, instalando e mantendo uma escola em locais onde o poder público desconhece a existência. Criam assim, uma irmandade de sujeitos intercambiáveis, onde os sentidos das trocas representam algo mais do que suprir uma falta material. Esta é uma problemática vivida não só no Cercado, mas em muitas outras comunidades chapadeiras com relativo isolamento geográfico.

As negociações de uso do espaço são elementos imprescindíveis na produção de sentidos das populações caatingueiras. Estas dinâmicas estão relacionadas ao fluxo de determinação das águas e dizem diretamente da forma como se constrói a sociabilidade do lugar. Segundo Milton Santos²⁰⁰, o mundo não existe por si, mas para os outros. É o lugar que dá conta do mundo. A relação entre o global e o local, entre os que mandam e os que não mandam, os ricos e os pobres, os poderosos e os não poderosos se faz presente da mesma forma

²⁰⁰ Milton Santos. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
Milton Santos. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

que a noção de horizontalidade como resultado da vizinhança, coabitação e da coexistência do diverso. Somam elementos para a compreensão dos sentidos das pessoas acerca do outro que é diferente de si, tanto em relação à língua, como com relação aos costumes, valores e interesses.

Entende-se como fundamental a discussão sobre os espaços de vida cotidiana e seus desdobramentos, compreendendo as relações tecidas pelos habitantes locais com seus espaços de vida. Muito mais que uma descrição de arranjos da vida dos habitantes da Chapada Diamantina, é importante a preocupação em compreender como o espaço da habitação, arredores e dinâmicas da natureza da região dialogam com a lógica governamental de implantação das políticas públicas a eles direcionadas. Entende-se o “lugar” como uma construção social e que, portanto, obedece a lógicas de interesse diferentes para cada segmento social. Tais lógicas estão em diálogo que poderão tornar-se efetivos e sinérgicos ou poderão divergir, formando descompassos entre um entendimento e outro. Segundo Peter Spink, há um complexo de ligações e relações de colaboração, solidariedade, contradição, disputa e conflito presente na discussão sobre o *lugar*; relações cujos sentidos estão em contínua produção²⁰¹. Da mesma forma, a noção de território em uso, preconizada por Milton Santos, que por ser mais visível revela o drama e as contradições da nação e a dialogia entre espaços e poderes.

Como aspecto desafiador, surge a integração das forças que convergem para o desenvolvimento das nações pobres e a idéia de que é necessária a preservação dos raros recursos naturais existentes no planeta. Mas não se trata de um desenvolvimento a qualquer custo, que aniquila populações tradicionais que vivem exclusivamente desta relação que mantém com a natureza. Esse novo empreendimento requer que se pense integrando forças e sinergias para a sustentabilidade do lugar. Conceitos amplamente defendidos na *Convenção da Diversidade Biológica*²⁰² solicita aos Estados-membros que, de acordo com a legislação nacional, respeitem, preservem e mantenham o

²⁰¹ Solicitação feita pelo autor.

²⁰² Brasil. Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Gestão dos Recursos Naturais: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília, DF: Consórcio TC/BR-FUNATURA, 2000.

conhecimento, as inovações e as práticas das comunidades indígenas e locais que incorporam estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e o uso sustentado da diversidade biológica e que promovam sua aplicação mais ampla com a participação e envolvimento dos detentores desses conhecimentos, inovações e práticas. Além disso, encorajam o compartilhar equitativo dos benefícios resultantes da utilização desses conhecimentos, inovações e práticas.

O que se observa, no entanto, é que tanto a natureza, quanto os povos tradicionais que dela sobrevivem são relegados ao esquecimento. E a ação das políticas públicas, criadas para contemplar esta relação, sofre desvios na sua aplicação e não atinge seus objetivos. As populações tradicionais desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias apropriadas, simbologias, mitos e até um linguajar próprio revelam a sua integração com a natureza.

Conciliar a presença humana com espaços povoados por frágeis estruturas naturais constitui um dos maiores desafios a ser enfrentado na atualidade. Com a intenção de tornar esta relação menos predatória e impactante, surgiram importantes reflexões sobre sustentabilidade, conceito que poderia trazer respostas para esta convivência e tem sido na prática alvo de controvérsias e questionamentos. Afinal, como conciliar o desenvolvimento com a necessária sustentabilidade? Em contextos como o nosso onde a distribuição das riquezas é uma das mais perversas e desiguais do mundo, em que a estrutura de distribuição das terras e, conseqüentemente, dos recursos naturais contribui para a criação de mecanismos excludentes, como pensar na conciliação da ação humana sobre a natureza com necessidade de obtenção da melhoria da qualidade de vida das pessoas?

A idéia de desenvolvimento tem sido ao longo dos anos adaptada às mais diversas situações. Essa característica “camaleônica” do conceito tem aumentado também a confusão em torno dos seus usos. Talvez o ponto comum que aproxima os diferentes usos do conceito, seja a idéia marcante de

evolução e progresso. Mas no mundo do pós-guerra, constatou-se que a inesgotável natureza já clamava por socorro e que o caminho trilhado até então, de desenvolvimento econômico a qualquer custo, não mais seria possível, uma vez que este dava seus primeiros sinais de esgotamento, elevando consideravelmente as desigualdades sociais²⁰³.

De acordo com Arbix e Zilbovicius:²⁰⁴

“Em um país de carências como o nosso, desenvolvimento já foi totem e tabu. Com profundas raízes no passado, mas encravado nos territórios do futuro, esse conceito foi ao longo do século XX fonte inesgotável de criação, proteção e destruição de novas imagens do mundo, em especial nos países atrasados. Sob o domínio do Estado, insinuou-se para além do bem e do mal. Momentos houve em que irrompeu prenhe de sentidos, envolvendo governantes e governados com as razões da economia. Em outros, porém, mal conseguia disfarçar um vazio cínico, que aproximou sua elasticidade de conceito ao de uma usina de ilusões.”

A adoção do conceito por parte dos organismos internacionais e do Governo brasileiro atrelou-o aos ditames estritamente econômicos, relegando a planos secundários dimensões importantes como a ecológica e a social. Embora se trate de um conceito elástico podendo se adequar às diversas situações, conforme o interesse que convém à nação ou outros grupos controladores, é importante que não se perca de vista a dimensão da utopia que nos coloca diante do desafio de superar os problemas ambientais e sociais que se evidenciam atualmente.

Para Ignacy Sachs²⁰⁵, é importante que sejam abarcadas várias dimensões na busca pelo desenvolvimento e sustentabilidade:

- sustentabilidade social: cujo objetivo é construir uma civilização do “ser”, em que exista de fato maior equidade na distribuição do “ter”, procurando assim melhorar as condições de vida das populações em exclusão, diminuindo as diferenças entre ricos e pobres;
- sustentabilidade econômica: objetivando alocar de forma mais eficiente os recursos, em uma ordem social econômica mundial mais justa;

²⁰³ Solange Silva-Sánchez. Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil. São Paulo: Humanitas/Annablume/USP, 2000.

²⁰⁴ Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius. Por uma estratégia de civilização. Em: Razões e Ficções do Desenvolvimento. São Paulo: Editora UNESP, Edusp, 2001. Página 55.

²⁰⁵ Ignacy Sachs. Estratégias de transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel Fundap, 1993.

- sustentabilidade ecológica: aumentando a capacidade de carga, com a intensificação dos usos dos recursos potenciais dos ecossistemas, sem prejuízos aos mesmos, limitando o uso de combustíveis fósseis e de outros recursos facilmente esgotáveis, além de estipular limites no consumo dos ricos e também estimular e intensificar a pesquisa em tecnologias capazes de reverter a degradação;
- sustentabilidade espacial: equilíbrio nas dinâmicas de ocupação entre o espaço urbano e o espaço rural e
- sustentabilidade cultural: procurando adaptar as diversidades culturais ao meio ambiente e entorno social, incentivando soluções locais aos problemas enfrentados.

Atualmente, à frente do novo pensamento integrado está o Relatório de Desenvolvimento Humano, do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento²⁰⁶. Nele estão contidas as noções de desenvolvimento Humano como: o processo de alargamento das escolhas das pessoas e o nível de bem estar, essência de desenvolvimento humano. Independentemente do nível de rendimento, as três escolhas essenciais para as pessoas são: as de ter uma vida longa e saudável, de adquirir conhecimentos e de ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida adequado.

Priorizando a atuação do homem frente ao mundo em que vive, o Relatório de Desenvolvimento Humano procura discutir questões que tangem aos valores universais e colocam o homem em condições de igualdade no mundo competitivo atual. Procura colocar em pauta equidade nos serviços de saúde, educação e segurança para garantir que estes valores universais realmente atinjam a todos numa proporção desejável.

O Economista indiano Amartya Sen representa um dos principais nomes dessa corrente de pensamento. Para Sen, há que se buscar o equilíbrio entre as

²⁰⁶ Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1996.

Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1997.

dimensões do valor do humano e as determinações econômicas. Nenhuma política pública terá sucesso se relegar a segundo plano a capacidade humana de escolha. Aliás, a própria noção de desenvolvimento está atrelada à expansão das capacidades humanas e das liberdades substantivas: (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora.

“As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além dos recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras”.²⁰⁷

Sen propõe uma inversão nas análises das políticas públicas questionando o sentido utilitarista e imediatista impulsionado pelos ditames econômicos. A dimensão da esperança parece que ficou relegada à meia dúzia de otimistas, os utópicos, que assim como Sen, ousam pensar que o mundo poderá ser um lugar melhor do que tem sido ultimamente. Celso Furtado, economista brasileiro de renome internacional, referência importante neste trabalho, corrobora as visões de Sen. Para Furtado²⁰⁸:

“Hoje o Brasil tem uma renda dez vezes maior do que tinha quando comecei a estudar esses problemas, mas tem também maiores desigualdades, e os pobres continuam igualmente pobres. Cabe a pergunta: houve desenvolvimento? Não: o Brasil não se desenvolveu; modernizou-se. O desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada”.

Se pensarmos que as populações que habitam as caatingas da Chapada Diamantina estão alijadas da participação nas determinações das políticas públicas que a eles são dirigidas, como almejar a sustentabilidade, conciliando tradições e liberdades? Ao propor mudanças na metodologia de análise do desenvolvimento, tanto Sen quanto Furtado estão lançando as sementes de um processo sensível a outros indicadores e dados que devem ser prioritários quando a intenção é olhar profundamente para questões como pobreza, desenvolvimento e sustentabilidade de determinada região. Para Sen, as

²⁰⁷ Amartya Sen. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Páginas 25 e 26.

²⁰⁸ Celso Furtado. *Em Busca de um Novo Modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Página 21.

próprias pessoas devem ter a responsabilidade de desenvolver e mudar o mundo em que vivem, o que pressupõe o entendimento de que as pessoas possuem capacidades, como expressão da liberdade substantiva. Essa compreensão deve levar em consideração:

- “1) sua relevância direta para o bem-estar e a liberdade das pessoas;
- 2) seu papel indireto, influenciando a mudança social, e
- 3) seu papel indireto, influenciando a produção econômica.

O princípio organizador que monta todas as peças em um todo integrado é a abrangente preocupação com o processo do aumento das liberdades individuais e o comprometimento social de ajudar para que isso se concretize. Essa unidade é importante, mas ao mesmo tempo não podemos perder de vista o fato de que a liberdade é um conceito inerentemente multiforme, que envolve considerações sobre processos e oportunidades substantivas”.²⁰⁹

A relevância de se deter nessas dimensões diz respeito ao entendimento das pessoas que habitam as caatingas da Chapada Diamantina como indivíduos cuja expressão de liberdade os emancipa da tutela de quem quer que seja. Compreendê-los como pessoas que possam expressar suas liberdades substantivas requer que o Estado, as ONGS e segmentos da sociedade civil se desfaçam dos velhos preconceitos e visões arraigadas que os enxerga como “pobres miseráveis, vítimas da seca”, destituídos da capacidade de auto-percepção ou auto-determinação. A importância dessa visão não se restringe somente ao plano ideológico, mas deve estar no bojo das decisões políticas, no cerne do planejamento das políticas públicas que historicamente insistem em tratá-los como tábula rasa. Levar em consideração a capacidade de expressão da liberdade das pessoas inverte a lógica de planejamento estatal, colocando os indivíduos como agentes ativos e responsáveis tanto pela formulação, quanto pelo planejamento, aplicação e avaliação das políticas públicas o que poderia mudar significativamente a eficácia das ações voltadas ao desenvolvimento da região.

Conciliar o modo de vida de comunidades caatingueiras da Chapada Diamantina com as exigências impostas pela modernidade, requer que se retomem práticas solidárias e de trocas, usuais em sistemas de intercâmbio e organização do trabalho local. As formas de sociabilidade, os sistemas de

²⁰⁹ Amartya Sen. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Página 335 e 336. Ver também: Amartya Sen. *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

crença compõem a organização do cotidiano local do mesmo modo que os laços de parentesco e vizinhança. Este estilo de vida corre o risco de desarticulação, decorrente dos processos aqui discutidos. A questão que se coloca passa pelas seguintes preocupações: contra o ritmo acelerado da modernidade não há o que fazer. Resta, entretanto, saber se estes estilos sobreviverão ajustados aos ditames da modernidade, ou se antes serão capturados pelo mundo mercadológico e transformados em produtos turísticos de um estilo de vida *pseudo* comunitário, *pseudo* tradicional.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY , Ricardo. **O que é Fome**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

ABRAMOVAY , Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec/Editora da UNICAMP, 1998.

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil (1853-1927)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

ABREU, João Capistrano de. **O Descobrimento do Brasil (1853-1927)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Temas brasileiros)

AB'SABER, Aziz Nacib. **Sertões e Sertanejos: Uma Geografia Humana Sofrida**. Em Dossiê Nordeste Seco. Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, volume 13, nº 36 – Maio/Agosto de 1999. Página: 7 a 68.

ACCIOLI, Ignácio. *Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia*. Salvador, Imprensa Official do Estado, 1917.

Água de Chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido brasileiro. Cáritas Brasileira, Comissão Pastoral da Terra, Fian/Brasil. São Paulo: Paulinas, 2001.

ALBANO, Idelfonso. **O Secular Problema do Nordeste**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. **Um Sertanejo e o Sertão**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.

ALENCAR, José de. **O Sertanejo**. São Paulo: Ática, 1975.

ALENCAR, Raildo da Silva. **Assentamento Rural: conflitos internos e a territorialização do MST – Um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

ALMEIDA, José Américo de. **As Secas do Nordeste**. Co-edição da Fundação Casa de José Américo e da Fundação Guimarães Duque. Coleção Mossoroense – Vol CLXXVII, 1981.

ALMEIDA, Cândido Antonio Mendes de. **Nacionalismo e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro, 1963.

ALVES, Lindolfo. **Maria Dusá**. Editora não identificada, 1870.

AMBRATUR/IBAMA. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Grupo de Trabalho Interministerial – MICT/MMA. Brasília – DF, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Condições naturais e sistemas de exploração da terra no estado de Pernambuco**. São Paulo, Boletim Paulista de Geografia, n.44, p. 63-84,1967.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Tradição e Mudança: A Organização do Espaço Rural e Urbano na Área de Irrigação do Sub-médio São Francisco**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ANDRDE, Manoel Correia de. **As Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática Editora, 1986.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1982.

ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo. **Razões e Ficções do Desenvolvimento**. São Paulo: Editora da UNESP, EDUSP, 2001.

AUGÉ, Marc. **A Construção do Mundo (religião, representações, ideologia)**. Lisboa – Portugal, 1974.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP:Papirus,2003.

BALANDIER, Georges. **As Dinâmicas Sociais**. Portugal: Difel, 1976.

BARBOSA, Cleto B. **As Estratégias do Sertanejo: Convívio com a Seca faz do Sistema de Vida no Interior do Nordeste**. In: Ciência Hoje: Revista de Divulgação Científica da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, 1998.

BARBOSA, Diva Vinhas Nascimento. **Os Impactos da Seca de 1993 no Semi Árido Bahiano: Caso de Irecê**. Salvador: SEI, 2000.

BARRETO, Leda. **Julião, Nordeste, Revolução**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1971.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Zygmunt Bauman. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERNARDES, Nilo. **As Caatingas**. Em Dossiê Nordeste Seco. Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, volume 13, nº 36 – Maio/Agosto de 1999. Página: 69 a 78.

BESEN, José Artulino. **Nos Sertões do São Francisco – recordações do mundo sertanejo**. Passo Fundo/Rio Grande do Sul: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1993.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e Vaqueiros**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Afeto da Terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Gestão dos recursos naturais: subsídios e elaboração da Agenda 21 brasileira**. Brasília, DF: Consórcio TC/BR-Funatura, 2000.

BRESLER, Ricardo. A Roupa Surrada e o Pai: Etnografia em Uma Marcenaria. Em MOTTA, F.C.P. e CALDAS, M. P. **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997. Página: 111 a 126.

BRESSER – PEREIRA e REGO, José Márcio (Orgs.). **A Grande Esperança em Celso Furtado – ensaios em homenagem aos seus 80 anos**. São Paulo: Editora 34, 2001.

BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos Donos – Planejamento e Clientelismo no Nordeste**. Petrópolis /Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

CALASANS, José. **No Tempo de Antonio Conselheiro**. Salvador: Livraria Progresso Editora.

CALMON, Francisco Marques de Góes. **História da Casa da Torre, uma dinastia de pioneiros**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter Kevin. **Parcerias e Pobreza: Soluções Locais na Construção de Relações Sócio Econômicas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter Kevin. **Parcerias e Pobreza: Soluções Locais na Implementação de Políticas Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

CAMELO FILHO, José Vieira. **A Implantação e Consolidação das Estradas de Ferro no Nordeste Brasileiro**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Economia Política da UNICAMP, 2000.

CAMELO FILHO, José Vieira. **Rio São Francisco: problemas e soluções: uma questão de políticas públicas**. Tese de Pós Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. **Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria duas cidades, 1971.

CÂNDIDO, Antonio. **Teresina e Seus Amigos**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão – Subsídios para a História e a Geografia do Brasil**. Maranhão: Ética, 2000.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Vaqueiros e Cantadores**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939.

CASTRO, Josué de. **Sete Palmos de Terra e um Caixão: ensaio sobre o Nordeste – uma área explosiva**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Censo Demográfico 2000: Resultados Preliminares/IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CEBALLOS-LASCURÁIN. "O ecoturismo como um fenômeno mundial." *In*: LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald (Editores). **Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A Estória do Severino e a História da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS. **Agenda 21**. Brasília – DF, 1995.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM (BA). **Projeto Chapada Diamantina**: Parque Nacional da Chapada Diamantina – BA; informações básicas para a gestão territorial, diagnóstico do meio físico e da vegetação. Salvador: IBAMA, 1994.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS**: Chapada Diamantina – Salvador, 1997.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS**: Sub-espacialização da Chapada Diamantina – Salvador, 1997.

CPRM/IBAMA. **Parque Nacional da Chapada Diamantina: informações básicas para a gestão territorial**. , Salvador : CPRM, 1994.

CRUZ, Myrt Thânia de Souza. **Uma história de alijamento do povo: análise psicossocial da trajetória de implantação e interrupção do Programa Cidades Saudáveis na Chapada Diamantina**. Dissertação de Mestrado do Programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: **a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **A Imagem das Águas**. São Paulo: Hucites/NUPAUB, 2000.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1990.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder – o Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERREIRA, Juradyr Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto de Geografia e Estatística, 1957.

FERREIRA, Lúcia da Costa. “Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania”. *In*: FERREIRA, Leila da Costa e VIOLA, Eduardo (orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

FIGUEROA, Manoel. **O Problema Agrário no Nordeste do Brasil – análise e proposições**. São Paulo e Recife: Hucitec e SUDENE, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

FREUD, Sigmund. **O Mal Estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. Decadência do patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: livraria José Olympio Editora, 1951.

FUNATURA. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC: aspectos conceituais e legais**. Brasília: FUNATURA, 1989.

FUNCH, Ruy. **Chapada Diamantina: uma reserva natural**. Salvador: Bureau Gráfica e Editora, 1982.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. **O Mito de Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Celso. **Seca e poder – entrevista com Celso Furtado/ entrevistadores Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade e Raimundo Pereira**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1998.

FURTADO, Celso. **O Longo Amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2001.

FURTADO, Celso. **Em Busca de Um Novo Modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Odair. **Dimensões Subjetivas da Realidade: um estudo de subjetividade social no Brasil**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da PUC/SP, 1998.

GARCIA, Carlos. **O Que é Nordeste Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. Coleção: Primeiros Passos.

GODELIER, Maurice. **Horizontes da Antropologia**. Lisboa – Portugal: Edições 70, 1973.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O Trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. São Paulo/Campinas, Editora da UNICAMP, 1999.

GOMES, Josildete. **Povoamento da Chapada Diamantina**. Em: Anais do Congresso de História da Bahia, 2. Salvador, 1952.

HARRIS, Marvin. **Town and Country in Brazil**. New York, Columbia University Press, 1956.

IBAMA/GTZ. **Marco conceitual das Unidades de Conservação Federais do Brasil. Projeto Unidades de Conservação**. Brasília – DF, 1997.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi e FISCHMANN, Roseli (Orgs.). **Povos Indígenas e Tolerância**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

JACOBI, Pedro Roberto. "Meio ambiente e sustentabilidade". *In: O município do século XXI: cenários e perspectivas*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, 1999.

JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. **Lamarca, o Capitão da Guerrilha**. São Paulo: Global Editora, 1989.

JUNQUEIRA, Carmen. **Antropologia Indígena. Uma introdução – História dos Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: Editora da PUC/SP, 1999.

KINKER, Sônia, M. S. **O ecoturismo como uma das estratégias para a conservação da natureza em Parques Nacionais Brasileiros: estudo de caso dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Caparaó**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, 1999.

LEAL, Inara R., TABARELLI, Marcelo e SILVA, José Maria Cardoso da (editores). **Ecologia e Conservação da Caatinga**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo, no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEVINE, Robert M. **O Sertão Prometido: o massacre de Canudos no Nordeste Brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

LEWIS, Oscar. **Five Families: Mexican Case Studies in the Culture of Poverty**. New York, Basic Books, 1957.

MARCONDES, Maria José de Azevedo. **Cidade e Natureza. Proteção dos mananciais e exclusão social**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999.

MARQUES, José Geraldo. **Pescando Pescadores: Ciência e Etnociência em uma Perspectiva Ecológica**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária – o Diálogo Impossível**. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 2000.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. **A Reivenção do Sertão**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

MEDEIROS, Antonio Carlos de e SOUZA, Celina. **Gestão do Território Versus Estrutura de Solidariedade e Autoridade**. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, v. 27, n.3, 1993.

MENEGON, Vera .Em SPINK, Mary Jane (org.) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Subsídios à elaboração da agenda 21 brasileira**. Agricultura sustentável. Brasília – DF: Edições IBAMA, 2000.

MORAES, Walfrido. **Jagunços e Heróis**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Dimensão Histórico-Cultural: Chapada Diamantina. Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável**. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, 1997.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma Comunidade Sertaneja, de Sesmarias ao Minifúndio: Um Estudo de História Regional e Local**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.

NEVES, Juvenal. **Vilarejo – A Vila de Bom Sossego: verdadeira história da Chapada Diamantina**. Salvador, Governo do Estado da Bahia, 2001.

NOVAES, Manoel. **Memórias do São Francisco**. Brasília: CODEVASF, 1989.

NUNES, Benedito. **O Tempo na Narrativa**. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Elo Perdido – Classe e Identidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PESAVENTO, Sandra. **Um Historiador nas Fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

PIERUCCI, Antonio Flávio. **O Desencantamento do Mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: Editora 34, 2003.

PINHEIRO, Ana Lúcia de Godoy. **Da imensidão selvagem às áreas protegidas: inventando naturezas, criando lugares**. Dissertação de Mestrado do programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

PIERSON, Donald. **Branços e Pretos na Bahia: estudos de contato racial**. São Paulo: Nacional, 1971.

PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Tomos I,II e III. Superintendência do Vale São Francisco, Rio de Janeiro, 1972.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O Crime na Cor – A Experiência Escrava no Alto Sertão da Bahia – Rio de Contas e Caetité (1830 – 1888)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

QUEIRÓS, Claudionor de Oliveira. **O Sertão que eu conheci**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

REGO, Rubem Murilo Leão. **Sentimentos do Brasil. Caio Prado Júnior – continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira**. São Paulo: Edita da UNICAMP, 2000.

Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD/IPEA, 1996.

Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD/IPEA, 1997.

RICCO, Elizabeth de Melo e RAICHELIS, Raquel (orgs.) **Gestão Social: Uma Questão em debate**. São Paulo, EDUC; IEE, 1999.

RICUPERO, Rubens. **Esperança e Ação. A ONU e a busca de desenvolvimento mais justo: um depoimento pessoal.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel Fundap, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade – entrevista com Milton Santos/entrevistadores Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite.** São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único a consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEABRA, Geovanni de Farias. **Do garimpo aos ecos do turismo: o Parque nacional da Chapada Diamantina.** Tese de Doutorado do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 1998.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1937.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Orlando Sampaio. **O dilúvio na História Mito e na Realidade Atual dos Tuxa – Sociedades e Culturas em Confronto no Sertão São Franciscano da Bahia.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1983.

SILVA-SÁNCHEZ, Solange. **Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil.** São Paulo: Humanitas/Annablume/USP, 2000.

SILVA, Vagner Gonçalves. **O Antropólogo e sua Magia. Trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SOARES, Maria de Lurdes. **A Arte de Construção e Desconstrução do Nordeste: A Luta Entre Deus e o Diabo Pela Terra do Sol.** Tese de

Doutorado ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (Antropologia) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

SPERBER, Dan: **O Saber dos Antropólogos**; Edições 70, Lisboa, Portugal, 1992.

SPINK, Mary Jane. **Práticas Discursivas e Produção de Sentido: Apontamentos Metodológicos para a Análise de Discursos Sobre a Saúde e a Doença** (Revista de Saúde Pública da Universidade de São Paulo), 1994. Página: 149 a 171.

SPINK, Mary Jane. **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

SPINK, Peter Kevin e CLEMENTE, Roberta : **Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. FGV, Rio de Janeiro, 1997.

SPINK, Peter Kevin. Discurso e Ideologia Gerencial: Reflexões a Partir da Experiência Brasileira. Em MOTTA, F.C.P. e CALDAS, M. P. **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997. Página: 305 a 315.

SPINK, Peter Kevin. A Democratização do Poder Local: Gestão Social na Ótica Subnacional. Em RICCO, Elizabeth de Melo e RAICHELIS, Raquel (orgs.) **Gestão Social: Uma Questão em debate**. São Paulo, EDUC; IEE, 1999. Página: 191 a 208.

SPINK, Peter. **O Lugar do Lugar na Análise Organizacional**. Revista de Administração Contemporânea da ANPAD. Volume 5, 2001.

SPINK, Peter Kevin. **Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista**. Revista Psicologia & Sociedade. Volume 15 nº 2, Porto Alegre jul/dez. 2003.

TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

VASCONCELOS SOBRINHO, José de. **O processo de desertificação do Nordeste**. Brasília: Senado Federal, 1976.

VASCONCELOS SOBRINHO, José de. **Desertificação do Nordeste brasileiro**. MRC/Universidade Federal Rural de Pernambuco. Estação Ecológica de Tapacura. São Paulo: Padilha Inds. Graf. Ed, 1982.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

VEIGA, José Eli da. **A Face Rural do Desenvolvimento: Natureza, Território e Agricultura**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

VERGER, Pierre. **Notícias da Bahia**. Salvador: Corrupio, 1981.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

VIOLA, Eduardo. "A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil, 1989-1995". *In*: FERREIRA, Leila da Costa e VIOLA, Eduardo (orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

WEBER, Max. **Economía y Sociedad. Esbozo de sociologia comprensiva**. México: Fondo de Cultura Económica. 1964.

WEBER, Max. **Textos Selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

WEBER, Max. **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

WEBER, Max. **Conceitos Básicos de Sociologia**. São Paulo: Centauro, 2005.

WESTERN, David. "Definindo ecoturismo". *In*: LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald (Editores). **Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

WHYTE, W. F.: **Street Corner Society: The Social Structure in Italian Slum**. Chicago, The University of Chicago Press, 1943.

WOLF, Eric. **Antropologia e Poder**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

ZAIDAN FILHO, Michel. **O Fim do Nordeste e Outros Mitos**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)